



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 46, TERÇA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 46ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 16 DE ABRIL DE 2018

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a homenagear, <i>in memoriam</i> , o arcebispo de Natal, Dom Nivaldo Monte, nos termos do Requerimento nº 51/2018, da Senadora Fátima Bezerra e outros senadores.	7
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	7
1.2.2 – Execução do <i>Benedictus da Misa a Buenos Aires, de Martín Palmeri</i>	7
1.2.3 – Oradores	
Senadora Fátima Bezerra	7
Sr. José Mário de Medeiros, Padre e Capelão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, representante da Arquidiocese de Natal	10
Srª Ângela Maria Paiva Cruz, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	12
Senador Garibaldi Alves Filho	14
Senador José Agripino	17
Sr. José Augusto Delgado, representante da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras	19
Sr. Roberto Monte, representante da família do homenageado	20
1.2.4 – Exibição de vídeo elaborado pela arquidiocese de Natal em homenagem ao arcebispo de Natal, Dom Nivaldo Monte	22
1.3 – ENCERRAMENTO	22
2 – ATA DA 47ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE ABRIL DE 2018	
2.1 – ABERTURA	24
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	



2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	24
2.2.2 – Oradores	
Senador Telmário Mota – Cobrança à Prefeitura de Boa Vista e ao Governo de Roraima por investimentos na área da saúde; e outros assuntos.	24
Senador Paulo Paim – Informações sobre a visita de membros da CDH à cidade de Curitiba para realização de diligência junto à Superintendência da Polícia Federal; e outros assuntos.	27
Senador Valdir Raupp, como Líder – Celebração pelo crescimento e desenvolvimento da produção de café no estado de Rondônia.	31
Senadora Fátima Bezerra – Comentários a respeito das mobilizações populares em defesa da liberdade do ex-presidente Lula; e outros assuntos.	34
2.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão de debates temáticos amanhã, às 11 horas, destinada a discutir a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais referente ao Projeto de Lei do Senado nº 330/2013, nos termos do Requerimento nº 133/2018, do Senador Ricardo Ferraço e outros senadores.	40
2.2.4 – Mensagem do Presidente da República	
Nº 161/2018, na origem (Mensagem nº 20/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sr ^a CAROLINA DE ASSIS BARROS para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.	40
2.2.5 – Oradores (continuação)	
Senador Elmano Férrer – Alerta para a falta de manutenção e inspeção nas barragens do estado do Piauí.	40
Senador Paulo Rocha – Considerações acerca da prisão do ex-presidente Lula, e breve histórico político da atuação do PT para o desenvolvimento do País.	44
Senadora Regina Sousa – Comentários acerca da ocupação do triplex atribuído ao ex-presidente Lula pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; e outros assuntos.	49
2.3 – ENCERRAMENTO	51

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 47ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicação

Do Senador Wilder Moraes, de filiação partidária de S. Ex^a ao DEM (**Memorando nº 13/2018**). ... 53

3.1.2 – Documento encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim - Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno. 55



3.1.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 161/2018, na origem (**Mensagem nº 20/2018, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª CAROLINA DE ASSIS BARROS para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil. 57

3.1.4 – Projetos de Lei do Senado

Nº 179/2018, do Senador Elmano Férrer, que altera o *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso.* 82

Nº 180/2018 (**apresentado como conclusão do Parecer nº 25/2018-CDH**), que dispõe sobre a implementação do Portal da Transparência da Saúde. 89

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 180/2018. 97

3.1.5 – Requerimentos

Nº 211/2018 (**apresentado como conclusão do Parecer nº 11/2018-CTFC**), de informações ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. 100

Nº 212/2018 (**apresentado como conclusão do Parecer nº 11/2018-CTFC**), de informações ao Ministro de Estado da Fazenda. 118

3.1.6 – Término de Prazo

Término do prazo, em 13 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 10/2018. 137

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	138
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	141
6 – LIDERANÇAS	142
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	146
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	159
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	162
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	211



Ata da 46ª Sessão, Especial,
em 16 de abril de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência da Srª Fátima Bezerra e do Sr. Garibaldi Alves Filho.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 17 minutos e encerra-se às 13 horas e 23 minutos.)



A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear, *in memoriam*, o Arcebispo de Natal, D. Nivaldo Monte, nos termos do Requerimento nº 51, de 2018, de autoria da Senadora Fátima Bezerra e de outros Senadores e Senadoras.

Convido agora, com muita alegria, para compor a Mesa, primeiro, o Sr. Roberto Monte, representante, aqui, da família do homenageado.

Com igual satisfação, convido também para fazer parte da Mesa o Rev^{mo} Sr. Côn. José Mário de Medeiros, representando aqui a Arquidiocese de Natal e Capelão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Convido também a S. Mag.^a a Reitora Prof^a Ângela Maria Paiva Cruz, reitora da nossa Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Convido também o Ministro José Augusto Delgado, representando aqui a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e Ministro do Superior Tribunal de Justiça no período de 1995 a 2008.

Convido também os Senadores da Bancada potiguar, que subscrevem comigo o presente Requerimento, o Senador Garibaldi Filho e o Senador José Agripino.

Convido todos e todas agora para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Convido todos e todas para acompanharmos agora a execução do hino Benedictus, de autoria de Martin Palmeri, pelo nosso brilhante e talentoso Coral do Senado.

(Procede-se à execução musical.) (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos aqui agradecer, mais uma vez, ao Coral do Senado pelo presente que nos dá nesta manhã, trazendo não só o Hino Nacional, mas o hino Benedictus, esse canto tão bonito. Quero, portanto, agradecer a todo o Coral do Senado, na pessoa da nossa regente e, permita-me também, na pessoa de Maria Tereza Mariz, que integra o Coral e é potiguar. Inclusive, quem celebrou o casamento de Tereza foi exatamente D. Nivaldo Monte. Muito obrigada pela presença de vocês. *(Palmas.)*

Mais uma vez, parabéns ao Coral do Senado!

Bom, peço agora ao Senador Garibaldi Filho que presida os trabalhos enquanto eu me dirijo à tribuna.

(A Sr^a Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Assumo, com muita honra, a Presidência dos trabalhos desta sessão solene que vai homenagear o nosso Arceb. D. Nivaldo Monte.

Concedo a palavra à autora da propositura que culminou na realização desta sessão, Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero também aqui saudar com muita alegria – e o faço, inclusive, na condição de professora – os estudantes da Escola Classe Engenho Velho, aqui do Distrito Federal, que participam desta sessão solene. Sejam muito bem-vindos e bem-vindas.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, demais convidados que participam desta sessão especial, sejam muito bem-vindos.

Ao mesmo tempo em que agradeço a presença honrosa de cada um, de cada uma de vocês, faço uma saudação muito especial aos familiares aqui presentes: a Roberto Monte, a Oswaldo, enfim aos demais sobrinhos de D. Nivaldo.

Ao saudar os familiares aqui presentes de D. Nivaldo Monte, estendo esta saudação a toda família, ao povo potiguar, ao povo do Nordeste e ao povo brasileiro que acompanha, neste presente momento, esta sessão por meio da internet e da TV Senado.

Hoje, o Senado Federal vive um dia especial. Para mim, Roberto, é uma honra ser autora desta sessão para lembrar e reverenciar os cem anos de D. Nivaldo Monte. É uma alegria e emoção para mim, na condição de



professora e de primeira Senadora de origem popular, representar o povo do meu querido Rio Grande do Norte nesta simples, porém significativa, justa e merecida homenagem.

Essa alegria eu compartilho com todos os Senadores e Senadoras que subscreveram o requerimento, especialmente os Parlamentares da Bancada potiguar, Senadores Garibaldi Alves e José Agripino, aqui presentes.

D. Nivaldo foi arcebispo da Arquidiocese de Natal por 20 anos, entre as décadas de 60 e 80, período histórico particularmente marcante da história brasileira e mundial.

Nosso homenageado nasceu em Natal, capital do Rio Grande do Norte, e teria completado cem anos agora, no último dia 15 de março de 2018. Viveu até os 88 anos e, durante esse período, marcou a história da Igreja Católica em solo potiguar e a vida do nosso povo.

A maior e melhor homenagem que podemos prestar a D. Nivaldo é relembrar sua história e o legado que ele nos deixou. Afinal, estamos falando de alguém que dedicou uma vida inteira aos ensinamentos contidos no Evangelho e à busca incansável por dignidade, especialmente para o povo mais carente do nosso querido Rio Grande do Norte.

Assim como tantos de nós, nordestinos, D. Nivaldo nasceu no seio de uma família de agricultores pernambucanos que migraram para o Rio Grande do Norte. Essa experiência de vida, no meio de seu povo, provavelmente despertou no menino Nivaldo a sensibilidade social e a vocação sacerdotal. Vem daí o amadurecimento para o lema que adotou em toda a sua trajetória: "Pisar firme, pensar alto e ver longe". Repito: esse foi o lema que ele abraçou e marcou a sua vida: "Pisar firme, pensar alto e ver longe". Foi esse pensamento que serviu de norte e referência para o cumprimento de sua missão.

É sob essa inspiração que D. Nivaldo sempre trabalhou, para que o povo mais humilde do meu Estado conquistasse melhores condições de vida e enfrentasse a miséria, a desnutrição, o analfabetismo, os efeitos das secas, as doenças, a exploração e a ausência de políticas públicas.

D. Nivaldo despertou sua vocação muito cedo, tendo iniciado seus estudos secundários no Seminário Menor de Natal, em 1931, aos 13 anos. Depois, ele foi para o Seminário Maior de Fortaleza, onde completou sua formação com cursos superiores de Filosofia e Teologia.

Era possuidor de uma inteligência admirável, que sempre esteve a serviço de uma sociedade nova, mais solidária e fraterna.

Sua figura pequena e aparentemente frágil guardava uma pessoa determinada e inquieta, sempre, sempre em busca de respostas para os dilemas humanos e para os problemas que afetavam o seu povo.

Essa inquietude levou D. Nivaldo a ser um estudioso de várias áreas do conhecimento...

Eu preciso tomar água, porque um momento como este, é evidente, mexe com os nossos sentimentos, traz emoção. Nós não estamos aqui homenageando um potiguar, um brasileiro qualquer, de maneira nenhuma. A biografia dele fala por si só.

Mas, enfim, como eu ia colocando, ele foi um estudioso de várias áreas do conhecimento. D. Nivaldo foi botânico, psicólogo, poeta, compositor, cronista, escritor, jornalista, além de educador nos ensinamentos médio e superior. Que bela trajetória, não é?

Sua produção literária o levou a ocupar a Cadeira nº 18 da Academia Norte Riograndense de Letras. E aqui quero fazer um registro, Ministro Delgado. Essa paixão intelectual dele, esse preparo intelectual não afastou D. Nivaldo de uma outra paixão, a paixão pelo futebol, tendo sido um fervoroso torcedor do mais querido, o nosso ABC Futebol Clube.

Sua rica história eclesial foi marcada pela dedicação à Igreja e ao trabalho social. Inspirado nos ensinamentos e exemplos de Jesus, D. Nivaldo sempre esteve atento às dificuldades dos menos favorecidos e comprometido com a luta pela melhoria de vida desses irmãos e irmãs.

Nosso homenageado gostava do contato direto com as pessoas, fazia questão de estar sempre presente nas comunidades rurais ou urbanas, contribuindo com a ação e a motivação de Igreja, para a promoção de projetos fundamentais para a dignidade das populações mais humildes, como o apoio aos flagelados das secas e das enchentes, alfabetização, ações na área da saúde e da prevenção à prostituição, a capacitação profissional de trabalhadores rurais e urbanos e o trabalho de educação política, vista por D. Nivaldo como um caminho essencial, um caminho pacífico para a libertação das pessoas e superação das desigualdades.

Imagino – e faço aqui um parêntese – a alegria que brotaria no coração de D. Nivaldo, e de D. Expedito também, se vivos estivessem, para testemunhar que aquela utopia que parecia impossível, a de matar a sede do povo nordestino, com segurança hídrica, através da transposição do São Francisco, está se tornando realidade.



E peço permissão aqui, Roberto, para abrir mais um parêntese, por dever de justiça. Esse sonho que é ver as águas do São Francisco chegarem ao Nordeste Setentrional – Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte –, esse sonho secular, acalentado no peito do sertanejo, só se tornou realidade através da ousadia e determinação de um menino, de um retirante nordestino que se tornou o maior e o melhor Presidente da história do País, Luiz Inácio Lula da Silva, hoje preso político, vítima da violência política, judicial, e da intolerância deste País.

D. Nivaldo sempre dizia que todo cristão deveria levar em conta que Jesus veio ao mundo para que todos tenham vida, e vida em abundância.

Foi com ações ousadas e criativas como essas que ele imprimiu uma marca humanista à sua ação e ajudou no crescimento social, econômico e político das comunidades que viam, em D. Nivaldo, um líder, um amigo, um pastor amoroso, ao mesmo tempo firme e paciente.

Iniciativas como a criação da Colônia Agrícola de Punaú e a construção de 140 casas populares, destinadas às famílias sem teto da época, lá no Distrito de Emaús, em Parnamirim, dão a exata dimensão do humanista que ele era; dão a exata dimensão do senso de justiça que norteou a história de vida de D. Nivaldo.

Foi encarnando o cristianismo e vivendo a solidariedade que D. Nivaldo levou esperança aos que ele tinha que cuidar – e como ele cuidava com tanto carinho, com tanto respeito... E foi seguindo os ensinamentos, Roberto, de Jesus, como Jesus disse, ao convocar seus apóstolos: "Sê pescador de homens e mulheres." Foi tomado por grandes sentimentos de amor que, ao lado de D. Eugênio Sales, ajudou a fundar o Movimento de Natal, que era uma espécie de atividade de caráter social, religioso, educativo e cultural realizada pela Arquidiocese de Natal e que se revelou uma das mais bem-sucedidas experiências pastorais, por sua dimensão, amplitude e profundidade.

Essa ação, inclusive – é importante que se diga aqui –, serviu de inspiração e modelo para a criação da Campanha da Fraternidade, Cônego José Mário, desenvolvida inicialmente – não é isso? – no Rio Grande do Norte, e que depois se transformou em uma ação de âmbito nacional, realizada em todo País, por ocasião da Quaresma, no período da Quaresma.

Quero aqui inclusive mencionar que, no próximo dia 7 de maio, Senador José Agripino e Senador Garibaldi, às 11h, nós também vamos realizar uma sessão especial, aqui, para debater o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, que é "Fraternidade e Superação da Violência". Essa sessão solene, inclusive, é fruto de um requerimento também de nossa autoria. Repito: dia 7 de maio, aqui, no Senado Federal.

Mas, voltando ainda, aqui, a falar de D. Nivaldo, que merece todos as nossas homenagens, acrescento ainda que ele foi reitor-presidente, em nível nacional, da Cáritas, uma organização internacional da Igreja Católica, que, já naquela época, realizava um trabalho cujo objetivo era o combate à fome e a garantia de segurança alimentar para as famílias em situação de miséria.

D. Nivaldo, como já mencionei anteriormente, dirigiu a Arquidiocese de Natal num período particularmente desafiador, um período muito difícil da história do nosso País, visto que o Brasil vivia, naquele momento, o pesadelo de um regime ditatorial, sufocando a liberdade, torturando muitos e muitos que deram a sua vida na luta pela conquista da democracia. Repito: ele viveu exatamente esse período e, ao seu modo, não abriu mão, de maneira nenhuma, daquela postura humanista que o caracterizava. E conduzia a Igreja sempre a um posicionamento de resistência pacífica.

D. Nivaldo era, repito, humanista, democrata, mediador, justo, tolerante.

Os perseguidos, na época, pela ditadura – e quanta dor nós carregamos no nosso peito até hoje, em função desse período –, agnósticos e até ateus, quando precisavam do apoio de D. Nivaldo, lá estava ele, sempre acolhendo essas pessoas, trazendo a palavra de conforto, de carinho, de solidariedade. Ou seja, em tempos sombrios, D. Nivaldo soube se conduzir, empunhando a palavra profética e o amor ao próximo.

Agora que vivemos no Brasil um regime de exceção e a perigosa escalada da intolerância e a disseminação do ódio, homenagear D. Nivaldo é, sobretudo, para nós, nesse momento, uma forma de afirmar que a justiça e o amor prevalecerão. A verdade nos libertará.

Viva D. Nivaldo Monte!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*O Sr. Garibaldi Alves Filho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Fátima Bezerra.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos agora, com muita alegria, convidar, para fazer uso da palavra, o nosso cônego, o nosso querido Pe. José



Mário de Medeiros, representando aqui a Arquidiocese de Natal, que é também Capelão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Pode se dirigir à tribuna, Pe. José Mário de Medeiros.

O SR. JOSÉ MÁRIO DE MEDEIROS – Ex^{ma} Sr^a Prof^a Presidente e requerente desta sessão de homenagem aos 100 anos de D. Nivaldo Monte, Senadora Fátima Bezerra; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador José Agripino; representante da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, o Ministro José Augusto Delgado; S. Mag^a a Sr^a Ângela Maria Paiva Cruz, Reitora da nossa Universidade Federal; sobrinho e encarregado de tudo o que está acontecendo, Sr. Roberto Monte; amigos e amigas de D. Nivaldo Monte que aqui se encontram neste plenário; todos os que aqui vieram prestigiar esta hora mais do que digna da homenagem ao grande D. Nivaldo Monte, aqui estou em nome de S. Ex^a D. Jaime Vieira Rocha, Arcebispo Metropolitano de Natal que, por compromissos com a CNBB, não pôde comparecer.

Dentre as comemorações alusivas ao centenário do nascimento do 2º Arcebispo de Natal, S. Ex^a a Senadora Fátima Bezerra propôs esta sessão para descrever um pouco e reavivar na memória quem foi D. Nivaldo. Pequeno de estatura e grande pelo próprio nome, ele era um monte! Filho de Natal, como já foi dito, onde nasceu a 15 de março de 1918, concluiu sua vida aos 10 de novembro de 2006.

Discorrer sobre o riquíssimo *curriculum vitae* do homenageado exigiria horas e horas numa interminável lista pelo que ele realizou durante 88 anos de ações dignas dos maiores encômios. Vida fecunda no seu sacerdócio, totalmente doado às pessoas que o procuravam em todas as circunstâncias em busca de um aconselhamento psicoespiritual, ocasião em que constatamos sua orientação sábia para um discernimento equilibrado.

Foi professor de diversas disciplinas no seminário, escolas da rede privada e, por fim, da nossa Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Era um estudioso, ninguém o encontrava em casa a não ser com um livro na mão, lendo e comentando-o com quem chegava. Isso fazia de sua pessoa um seguro autodidata. Era um homem profundamente mergulhado na vida cultural do Estado, sobre ela informado.

Membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, da qual foi Vice-Presidente, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, membro integrante do Pacto pelo Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, demonstrava profundo interesse no estudo e desenvolvimento do Estado, onde se propôs a editar um dia uma obra intitulada *Enciclopédia do Rio Grande do Norte*, que não chegou a ser publicada.

Foi, igualmente, membro fundador do Instituto de Antropologia da UFRN, do Conselho Estadual de Educação e Cultura, do Conselho Universitário da UFRN, sócio fundador da Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos e membro da Association pour la Fondation Jean Rodhin. Também foi membro fundador da Associação Potiguar de Letras, membro da Associação de Escritores Norte-Rio-Grandenses e Professor Emérito da nossa universidade federal. Publicou 12 livros e 3 plaquetes. Participou de inúmeros encontros, conferências e congressos, tanto no Brasil quanto no exterior. Foi agraciado com comendas, títulos honoríficos e muitas outras distinções em nível nacional.

Ele mesmo, D. Nivaldo, escreveu, certo dia de setembro de 1988, ao Côn. Jorge O'Grady, meu antecessor na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, externando suas elucubrações intelectuais, científicas e místicas ao dizer:

Estou como Fernando Capelo Gaivota, procurando espaços mais amplos e fascinantes. Tudo me convida a um amor maior, o que me leva a querer contemplar com mais intensidade os mistérios dos seres. O terreno da psicologia, da genética, da história; tudo me fascina, quando tudo me leva cada dia mais à contemplação de Deus.

Na genética, espero continuar as minhas pesquisas sobre a fecundidade e desenvolvimento [...]. Desta vez quero fazer algumas experiências com "porquinhos da índia", para procurar saber o que a proteína pode influenciar no problema da fecundidade. Quanto menos proteína, mais fecundidade? É uma interrogação que me inquieta. Ou será a ausência outro fator que desencadeia a fecundidade dos animais mal alimentados? Fica a pergunta.

Na antropologia eu me interrogo sobre a formação do homem do Seridó, tão diferente dos de outras regiões do Estado. Na botânica [genética], o interesse por estudos um pouco mais na formação do "hormônio" do "Cavalheiro" no "cavalo" quando se trata de enxerto. Fato comprovado em pesquisas anteriores, cujas fotos eu as guardo com muito carinho.

Na psicologia, procuro fixar as diferenças fisiológicas entre as paixões e as emoções [cujos primeiros estudos estão descritos no livro: *Os Temperamentos*]. Na mística procuro encontrar a raiz da visão beatífica, da felicidade dos justos, não na posse de Deus, mas, na contemplação de Deus. Para mim,



Jorge, a felicidade não pode estar na posse, que sempre escraviza, mas, na contemplação, que liberta e deixa os outros livres.

Não foi sem grande inspiração na sua vocação mística que ele, ao deixar o governo da Arquidiocese, em 1988, disse: "hoje, no coração da Igreja de Natal, eu quero ser, antes de tudo, uma alma contemplativa."

D. Nivaldo, desde cedo, como sacerdote, voltou sua atenção pastoral para o social. Essa preocupação com o social remonta a uma visão prospectiva e pioneira, quando sonhou e fundou em 1945 a Escola de Serviço Social, a quarta do Brasil e a segunda do Nordeste. O propósito maior da referida escola era o de preparar profissionais com formação humanística e técnica, adequada para a pessoa ser agente do desenvolvimento, enfatizando o trabalho comunitário.

No período de 1946 a 1965, fundou diversos centros sociais na área urbana e periférica da cidade de Natal. Teve uma ação preventiva à prostituição de jovens, atento a oferecer-lhes melhor qualidade de vida. Fundou a Casa da Empregada para profissionalização da empregada doméstica e melhor formação de sua personalidade. Voltou-se para a ação pastoral, atuando, com determinação e otimismo, nas Pastorais da Terra, do Trabalho, Operária, Carcerária e da Mulher Marginalizada e na conhecida Frente da Alfabetização Popular. Deu início a um grande projeto de erradicação de uma favela no centro da capital natalense, cuidando de sua urbanização com a construção de casas, escola, centro social e capela, dando, assim, melhores condições de vida aos seus habitantes.

Fundou em 1966 o Serviço de Ação Urbana, Saur, órgão responsável pela supervisão do trabalho e da capacitação de seus dirigentes na área urbana e suburbana da cidade. Desenvolveu trabalho realizado pelo Movimento de Educação de Base, o MEB, sendo membro integrante do seu Conselho Diretor, sediado aqui em Brasília. Incrementou uma experiência agrária, como já disse a Senadora Fátima, na colônia de Punaú, a primeira em nosso País, com excelentes resultados na distribuição da terra e no seu aproveitamento. Foi a primeira reforma agrária deste País.

Atuou, como administrador arquidiocesano, em tantas outras iniciativas nesse sentido.

Teve intensa atuação pastoral: promoveu a reestruturação dos limites paroquiais da cidade; criou grande número de paróquias e também de áreas pastorais; modificou os limites das paróquias; investiu em ministros extraordinários da comunhão eucarística. Fundou o Itepan, Instituto de Teologia Pastoral de Natal, ao mesmo tempo colocando nele a ESER, a escola de educação religiosa.

Iniciou a construção da atual Catedral de Natal, contando com a colaboração infatigável e preciosa do seu bispo auxiliar D. Antônio Soares Costa, posteriormente nomeado Bispo da Diocese de Caruaru.

Caríssimos ouvintes, prezado Plenário, seriam tantas outras coisas a dizer neste momento. Tentarei, diante da exiguidade do tempo, ser mais breve.

D. Nivaldo foi um homem ilimitadamente humano, compreensivo, acolhedor e amigo. Ele nos passou essa imagem na sua abundante e envolvente produção literária. Seus livros nos transmitem o quanto era solidário, pacífico e sereno no que dizia e no que escrevia. Um visionário que soube ver além das contingências do tempo e da região onde viveu. Era possuidor de uma beleza de estilo e, profundamente, indiscutível quando afirmava, em seus livros, com a suavidade que lhe era peculiar, os ensinamentos que mostravam os valores imprescindíveis à formação do homem.

No dizer do imortal Murilo Melo Filho, membro da Academia Brasileira de Letras, ele é um ser poliédrico, multifacetado, que começa como botânico, pelo seu amor às plantas e aos enxertos genéticos, com experiências valiosíssimas no cultivo das sementes e dos adubos. Continua como arqueologista em suas pesquisas numa gruta de São Tomé, no Rio Grande do Norte, onde ele descobriu um cemitério de índios; prossegue como psicólogo e grande mestre no estudo das almas e prolonga-se como jornalista, cronista e conferencista. Dá sequência aos poemas e composições musicais, nos oferecendo uma rica e abundante produção literária.

Conhecido por todos como um homem de frases lapidares. Entre tantas e incontáveis, eu gosto muito de repetir a seguinte, abro aspas: "Só uma coisa impede o homem de crescer: a vontade de permanecer pequeno. Não foi a escalada alpina que de Aníbal fez um herói, mas foi o heroísmo de Aníbal que o fez capaz de escalar os Alpes." – fecho aspas. O amor telúrico aflora a cada momento nos seus lábios.

Natal era a sua cidade querida diante da qual ele se deslumbrava. Depois de lembrar tantos detalhes de uma vida nessa cidade que tanto amou, desejou vê-la recheada de beleza e encantamento por toda a parte, recordando tanto nomes de ilustres filhos de que essa terra se orgulha. Avançando na idade, ele escreve, abro aspas:

E agora minha cidade querida, como me esquecer de ti, quando já sinto a neve tingir-me os cabelos e o meu tempo ter ficado tão longe e vejo tão curtos os meus amanhã, como me esquecer de ti! Não pendurarei a minha



harpa nos salgueiros e me recuso, terminantemente, a fechar os meus lábios, pois vou continuar cantando para tudo e para todos os mais belos madrigais aleitados nas fontes do coração, cujas águas conservam sempre jovens aqueles que souberam realmente AMAR".

O Pe. Francisco das Chagas Gurgel a ele assim se referiu:

Tudo neste autor é harmonioso e límpido, respingando essa claridade de um regato tranquilo, serpenteando sob um sol claro e céu sereno, porque deve proceder de fontes, que somente se voltam para a vastidão...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ MÁRIO DE MEDEIROS –

... imensa do oceano, altar do universo, onde Deus também se retrata, na linda moldura do seu extenso lençol de águas de cristal.

Muitas outras coisas teria a dizer, vou concluir só.

Em dois minutos, é possível à Mesa?

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. JOSÉ MÁRIO DE MEDEIROS – Em dois minutos, eu concluo.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ MÁRIO DE MEDEIROS – Quando toca o sinal, a gente se perde, não é?

Eu queria apenas concluir.

D. Nivaldo, se vivo fosse, neste momento de tantas incertezas neste País, de tantos caminhos que foram percorridos... E, de agora em diante, surgem no horizonte quando nós vivemos mais incertezas do que esperanças em dias vindouros... Diante de tudo o que ocorreu, eu acredito que D. Nivaldo, lá do alto, pede por este País, para que, sobretudo, as medidas judiciais sejam avaliadas de outra maneira, para que o brasileiro não perca o seu norte e acredite em dias melhores, que virão sem dúvida.

Muito obrigado pela paciência.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Côn. José Mário de Medeiros, pelo brilhante pronunciamento que acaba de fazer.

Imediatamente, queremos agora convidar a Prof^a Ângela Maria Paiva Cruz, Reitora da nossa Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A SR^a ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ – Eu gostaria de iniciar cumprimentando a nossa Presidente e requerente desta sessão de homenagem, a Senadora Fátima Bezerra; o Senador Garibaldi Alves; o Senador José Agripino; o representante da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e Ministro do Superior Tribunal de Justiça no período de 1995 a 2008, o Sr. Prof. José Augusto Delgado. Quero cumprimentar também nosso representante da Arquidiocese de Natal e Capelão da UFRN, o Rev^{mo} Sr. Côn. José Mário de Medeiros, e cumprimentar o Sr. Roberto Monte, aqui representando a família de D. Nivaldo.

Com um sentimento mesclado, em que se confundem humildade, fé, alegria e saudade, mas, sobretudo, com uma natural gratidão pelo convite, chego a esta Casa para homenagear um ser humano especial e um pastor exemplar na celebração dos seus cem anos.

Nascido no seio de uma família extremamente religiosa, ainda menino, Nivaldo começou a trilhar os caminhos da fé, buscando sua formação no Seminário São Pedro, em Natal. E mercê das suas qualidades, tornou-se arcebispo da sua querida cidade em 1965.

Irmão de uma figura legendária do clero potiguar – o Pe. Monte, que, sem jamais abrir mão da fé, também enveredou pelo campo da ciência –, D. Nivaldo Monte faria de sua trajetória um exemplo de humildade e de temperança.

A inteligência e o sentido perquiridor como características da família não lhe faltariam. E, fascinado pela ciência, a ela voltou-se, porém, associando ao interesse da psicologia e da educação, algo que o aproximaria definitivamente da natureza e do amanhã da terra como entusiasta da botânica.



Animador da causa da educação, desde cedo lecionou nos colégios da capital, sem prejuízo de muitas outras atividades que já foram mencionadas e que ainda serão mencionadas pelos participantes desta sessão.

No campo educacional, a sua atuação não ficaria limitada ao ensino médio, mas faria também admirável carreira no ensino superior, no qual atuou destacadamente como professor de latim e grego, no Seminário São Pedro; psicologia geral, história e filosofia da educação, na Escola Normal de Natal; e psicologia, na Escola Doméstica e no Instituto de Ciências Humanas.

Lembrar sua trajetória de educador me alegra sobremaneira, porque me leva hoje, como Reitora da UFRN, a considerar sua atuação na proto-história da Universidade do Rio Grande do Norte, como professor em escolas e faculdades isoladas, para depois participar da criação da primeira universidade do Estado, a UFRN, que, neste ano, registre-se, comemora os seus 60 anos. Ele foi um dos representantes da congregação de professores que assinou a ata de instalação do Conselho Maior da Universidade Federal, que se chama Conselho Universitário.

Entre a faculdades isoladas e escolas existentes em Natal àquela época, figurava a Escola de Serviço Social, criada em 1945. E nós sabemos que foi do conjunto das faculdades e de escolas, entre elas a Escola de Farmácia e a Escola de Serviço Social, que se originou a nossa Universidade do Estado, posteriormente federalizada em 1960.

Dessa forma é digno de nota e das páginas da nossa história registrar que D. Nivaldo é um dos pioneiros e um dos fundadores dos cursos superiores de Serviço Social no Rio Grande do Norte. A Escola de Serviço Social de Natal, como dito pelo meu antecessor, foi a quarta do Brasil e a segunda do Nordeste.

Com efeito, além de orador sacro talentoso, D. Nivaldo foi também um notável conferencista e um sempre lembrado professor, a espargir suas ideias em todas as latitudes, para falar de botânica, psicologia, educação, poesia, música, crônica e jornalismo, assuntos dos quais deixaria copiosa e importante produção. E sua condição de botânico o levou a materializar o dom divino na prática da sementeira.

Escritor de reconhecido mérito, publicaria um conjunto de livros de grande interesse no campo da psicologia, da antropologia e da formação religiosa.

Em boa hora, atendendo uma proposição da Senadora Fátima Bezerra, esta Casa decidiu prestar esta homenagem. Aqui se homenageia um grande religioso e educador, mas igualmente o homem notável, envolvido com as questões do seu tempo e consciente de que até a dúvida e a incerteza compõem o acervo de sentimentos que Deus nos destinou.

Recorro, ainda uma vez, ao notável escritor Hélio Galvão, que transcreveu no discurso de recepção um trecho da sua entrevista realizada pelo notável jornalista e poeta Sanderson Negreiros, falecido neste ano, em Natal. Numa espécie de autodefinição, um arcebispo cheio de humildade e valendo-se da ciência como um postulado divino, não temendo assim enveredar pelo campo da psicologia, disse de si mesmo, abre aspas: "Sou um homem ambivalente aparentemente contraditório. A alegria sempre foi uma meta na minha vida, mas sinto-me envolvido por certa angústia no mistério. Enfim, sou esquizotímico." – fecha aspas.

Que não se assustem os desavisados. A esquizotímia, não chegando propriamente a configurar um temperamento patológico, revela comportamento de timidez, embora tendente ao idealismo, segundo nos ensina o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* – timidez e idealismo. Faltou apenas dizer que a característica maior do nosso arcebispo era a alegria, que, no nosso caso, se sobrepõe à saudade, porque se associa a um veemente reconhecimento da sua importância para a cultura e a educação do Estado em que atuou como pastor.

Por fim e por tudo o que foi dito, registro, em nome da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o nosso melhor e mais legítimo reconhecimento ao professor emérito de bondade, D. Nivaldo Monte, no seu centenário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento a Prof^a Ângela pelo importante pronunciamento, trazendo aqui a palavra da nossa Universidade Federal do Rio Grande do Norte nesta homenagem a D. Nivaldo Monte.

Nós queremos passar a palavra agora para o Senador Garibaldi Filho.

Enquanto ele se dirige à tribuna, eu quero agradecer, mais uma vez, e registrar com muita satisfação a presença aqui na Mesa: Roberto Monte; os sobrinhos do homenageado Tânia Maria de Oliveira Monte e Oswaldo Monte; a sobrinha-neta Tâmara Monte Rodrigues de Melo; os sobrinhos-netos do homenageado Carlos Monte Rodrigues de Melo, Cícera Brasil Fernandes, Sr. Raimundo César Brasil Fernandes e a Sr^a Maria Tereza Mariz.

Com a palavra o Senador Garibaldi Filho.



O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar a Presidente, requerente desta sessão de homenagem, Senadora Fátima Bezerra; cumprimentar o Senador José Agripino; cumprimentar o Ministro José Augusto Delgado, representante da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e Ministro do Superior Tribunal de Justiça no período de 1995 a 2008; cumprimentar a Magnífica Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Sr^a Ângela Maria Paiva Cruz; cumprimentar o representante da Arquidiocese de Natal e Capelão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Rev^{mo} Sr. Côn. José Mário de Medeiros; cumprimentar o representante na Mesa da família, Sr. Roberto Monte; cumprimentar os demais familiares, como fez agora a Presidente da nossa sessão, Roberto Monte, Oswaldo Monte, Tânia Monte, Carlos e Tâmara; cumprimentar aqui amigos, conterrâneos, a Sr^a Cícera Brasil Fernandes e o Sr. Raimundo César Brasil Fernandes, seu filho; cumprimentar a Prefeita de São José do Campestre, Alda Romão, aqui presente; cumprimentar todos os que vieram ao plenário do Senado Federal quando se homenageia um dos mais ilustres norte-rio-grandenses do nosso tempo, D. Nivaldo Monte, Bispo Auxiliar de Aracaju e, depois, Administrador Apostólico e Arcebispo de Natal, de 1965 a 1988.

O feliz ensejo desta homenagem, proposta pela Senadora Fátima Bezerra, refere-se aos cem anos do seu nascimento, completados agora em 15 de março. E é por dever de gratidão e justiça, como potiguar e Senador pelo Rio Grande do Norte, que me uno nesta homenagem a quem, por mais de 20 anos, emprestou sua fé, seu talento e sua abnegada dedicação, como já disseram aqui os oradores que me antecederam, ao pastoreio dos católicos na Arquidiocese de Natal.

Natalense, desde muito cedo fez de sua vida o serviço ao povo na sua Igreja. Submeteu-se ao chamado e repetiu, por toda a sua vida, como o salmista: "Eis-me aqui; eu venho para fazer a tua vontade."

Entrou, como já disseram os oradores que me antecederam, ainda adolescente, no Seminário de São Pedro, em Natal, sendo ordenado padre já em janeiro de 1941.

Foi servir a Deus no interior do Estado, São Gonçalo do Amarante e Goianinha, vindo em seguida para Natal, onde, desde logo, engajou-se nas causas sociais, assistente do Secretariado Arquidiocesano de Ação Social, a partir de 1946.

Nomeado pelo Papa Paulo VI bispo auxiliar de Aracaju, foi sagrado em Natal por D. Eugênio de Araújo Sales, norte-rio-grandense, então administrador apostólico de Natal, depois arcebispo de Salvador, da Bahia e do Rio de Janeiro; por D. Manoel Tavares de Araújo, também potiguar e bispo de Caicó; e por D. José Tavares, titular da arquidiocese sergipana.

Com a morte do velho e querido Arceb. D. Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, foi nomeado para a Sé de Natal, em 1965.

Seu brasão episcopal trazia a inscrição, extraída de São Paulo, na Carta aos Filipenses: "Para mim, o viver é Cristo".

Aí está a compreensão de sua própria vida, uma vida de entrega, uma vida de doação. Mais que isso, aí está sua própria vida, porque para ele, como para o Apóstolo, a vida nada mais era que viver o próprio Cristo.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e nossos convidados, quem assim pensou e viveu sua própria vida não tem biografia, nem história, nem feitos, nem glórias. Só tem o mistério da sua fé.

Sr. Presidente, ele mesmo disse, em depoimento que foi citado inclusive pela reitora: "Sou um homem ambivalente, aparentemente contraditório. A alegria – como relembrou a nossa reitora – sempre foi uma meta na minha vida, mas sinto-me envolvido por certa angústia no mistério."

Onde estaria esse mistério nele, que era homem do mundo, pleno de toda humanidade, professor de latim e grego, história, psicologia e filosofia? Onde se escondia algo, assim, de tão oculto nele, cuja curiosidade científica – como já ressaltaram os que me antecederam nesta tribuna – o levava a transitar, da Botânica à Teologia, da poesia às ciências naturais, e, daí, às coisas impalpáveis da fé?

Certamente, o seu mistério estava em sua própria vida, que ele disse, em seu lema de pastor, ser o próprio Cristo.

Eu o conheci, meus caros convidados, de perto, não só na generosidade de sua amizade, mas também porque era ele já arcebispo, desde há alguns anos, quando tive a ventura de ser prefeito de Natal.

Atento às questões sociais e institucionais, num corpo franzino, quase nada, uma voz leve e suave, um olhar doce, das almas ternas, tinha, de fato, o seu mistério, porque o seu Cristo, o Cristo de sua fé, é o mesmo que, de forma desconcertante, disse: "Não pense que vim trazer paz à terra. Vim trazer a espada."

D. Nivaldo Monte...



(*Soa a campanha.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Essa campanha é cruel. Até eu, que já estou acostumado... Você avalie o Côm. José Mário. (*Risos.*)

Eu agora peço desculpas e peço à Presidente que me dê uma tolerância, porque eu ainda vou aqui... Não vou falar tanto, mas vou falar um pouco ainda.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Obrigado, Senadora Fátima.

D. Nivaldo Monte, Srª Presidente, ostentou, por sua própria vida, a conciliação desse severo anúncio evangélico com um gesto de amor do próprio Cristo, que paradoxalmente dissera trazer espada ao mundo.

Seu Cristo e, portanto, ele próprio, em seu viver, era também a doação sem limites, pois aquele que trouxe a espada à terra censurou o amigo que a usou para defendê-lo e, logo depois, ofereceu a sua face inocente à mais iníqua das torturas.

A contradição é real, mas esse é o sinal de contradição do verdadeiro cristão, certo de que a espada que divide extirpa o mal, para deixar o justo. E o fruto da justiça, diz o apóstolo, é semeado na paz para aqueles que promovem a paz.

D. Nivaldo Monte era esse semeador da paz, por ser missionário da justiça.

Srª Presidenta, Sr. Senador José Agripino, todos aqueles que estão aqui presentes e são conhecedores da vida de D. Nivaldo Monte, é esse o mistério que ele próprio dizia levar ao culto em si. Isso se refletia não só em sua alma boa, mas em sua ação, gestos, palavras.

Conciliador magnânimo, pacífico e promotor da paz entre os desavindos, era fiel à sua própria Igreja e intransigente na sua fé.

Mas era um homem descontraído, Srª Presidente.

Num livro sobre D. Nivaldo, *O Semeador de Alegria*, o escritor Diógenes da Cunha Lima, que é presidente da Academia de Letras, da qual D. Nivaldo foi vice-presidente, conta que D. Nivaldo uma vez entrou em seu escritório de advocacia e disse...

(*Soa a campanha.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Presidente, tenha pena de mim. (*Risos.*)

D. Nivaldo Monte...

Essa campanha, eu vou dizer uma coisa... Ela é insuportável, porque o orador fica perturbado.

Na verdade, ele, quando entrou no escritório do Dr. Diógenes da Cunha Lima, disse: "Olha, eu ainda não lhe dei o presente que você merece. Eu vou trazer para você um cacho de flores." Sim, de flores. Aí, ele estranhou, o nosso Diógenes. Quando ele entrou depois, um cacho de bananas! Ele disse: "Você não falou que eram flores?" Ele disse: "É, mas na pontinha de cada banana há uma flor." E D. Nivaldo, segundo Diógenes da Cunha Lima, era esse homem descontraído.

Ele, na verdade, se fez acompanhar uma vez de D. Eugênio, e foram os dois cumprimentar um presidente da CNBB – e me perdoem, mas a memória não está ajudando –, pelo êxito de uma Campanha da Fraternidade. E, quando chegaram ao gabinete do presidente da CNBB, o presidente, surpreendentemente...

(*Soa a campanha.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Meu Deus, será que eu mereço isso? (*Risos.*)

Eu não, mas D. Nivaldo não merece, de jeito nenhum.

Aí, o presidente da CNBB disse: "Traga aí uma garrafa de vinho e um charuto." Aí, D. Nivaldo disse: "Só pode ser para Eugênio, porque eu nem fumo nem bebo assim." Mas, com todo o respeito à figura de D. Eugênio, na verdade, D. Eugênio tinha essas predileções que D. Nivaldo não tinha.

Eu gostei do livro do Prof. Diógenes, porque ele nos mostrou a face terna, descontraída, de D. Nivaldo Monte. Ele, na verdade...

(*Soa a campanha.*)



O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu acho que há uma conspiração contra mim.

Estou brincando.

Na verdade – estou falando até descontraidamente –, eu quero terminar as minhas palavras dizendo o seguinte: ainda, enfaticamente, citou D. Nivaldo a feliz paráfrase de Tagore:

A quem adoras tu nesse canto escuro
e solitário de um templo com portas fechadas?
Abre os teus olhos e vê que o teu Deus não está diante de ti!
Ele está onde o lavrador cava a terra dura
e onde aquele que abre caminhos está quebrando pedras.
Está com eles ao sol e à chuva, com a roupa coberta de pó.
Despe o teu manto ritual e desce como ele ao chão poeirento.

Ainda na década de 40, D. Nivaldo, mal-ordenado sacerdote, dava com a Igreja de Natal os primeiros passos inovadores, e com o depois Card. Eugênio Sales e outros membros do clero natalense, participou do que se convencionou chamar Movimento de Natal.

Um dos primeiros, mais duradouros e importantes frutos desses primórdios foram os esforços de educação e politização do meio rural: a Rádio Rural de Natal e suas escolas radiofônicas tiveram sua efetiva e permanente participação, revelando-lhe ainda mais os dotes e talentos de eloquência, de exímio comunicador, em prol não só da catequese, mas da conscientização...

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... política.

Também é dessa época, e com sua dedicada e inteligente participação... (*Fora do microfone.*) ... o trabalho de sindicalização dos trabalhadores rurais e a denúncia corajosa da perversa indústria da seca.

Sr^a Presidente, era em tudo, porém, homem de diálogo, mas sem transigir com o mal e o erro.

Acolhido com respeito pelos mais afortunados, era amado pelos mais desassistidos, e estava sempre atento quando um irmão, rico ou pobre, preto ou branco, poderoso ou desvalido, lhe dizia, como o parálítico a Jesus: "Senhor, eu não tenho ninguém."

E ao só e triste, abandonado nos desencantos da vida, amargurado na opulência ou desesperado na pobreza, ele dizia: "Aqui estou. Você tem alguém."

E, em sua fé, como na sua vida...

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... era o Cristo. Aquela sua presença solidária era não só alguém, mas tudo. (*Fora do microfone.*)

Sr^a Presidente, senhoras e senhores, não esbocei biografia do nosso homenageado. Quis dar um testemunho comovido, de quem conheceu e admirou a alma meiga e firme, desprendida, mas santamente ativa, de D. Nivaldo Monte.

Não falei sobre uma vida, mas sobre alguém a cuja memória, com Natal e o Rio Grande do Norte, dedico o preito não só de honra e saudade, mas de sentida e fiel devoção.

Eu quero dizer ainda que, no livro de Diógenes...

Se não fosse essa campanha... Ela, às vezes... Eu estou achando que ela... Eu já estou voltando atrás: acho que essa campanha, às vezes, tem as suas razões, porque a gente se estende mesmo.

(Interrupção do som.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador, permita-me rapidamente. Vou conceder mais dois minutos para V. Ex^a concluir o belo pronunciamento que faz.

Por favor.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Isso é bondade de V. Ex^a.

D. Nivaldo dizia que só há uma oração que está no livro de que eu não gosto: é a Salve Rainha. Aí, as pessoas se admiravam e perguntavam por quê? Porque ela diz:



[...] vida, doçura e esperança nossa, salve! A vós bradamos, os degredados filhos de Eva; a vós suspiramos, gemendo e chorando neste vale de lágrimas. Eia, pois advogada nossa, esses vossos olhos misericordiosos a nós volvei; e depois deste desterro nos mostrai Jesus, bendito fruto do vosso ventre [...].

Certamente, "a vós bradamos, os degredados filhos de Eva" é realmente...

(*Soa a campanha.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Olha, eu queria apenas agora, no final, saudar aqui não os conterrâneos do Rio Grande do Norte, mas os conterrâneos do Rio Grande do Sul no apreço a D. Nivaldo, que são o Sr. Rubi Rodrigo e a Sr^a Odete, que estão presentes e foram grandes amigos de D. Nivaldo e sua família.

Presidente, muito obrigado. Desculpe. Eu realmente abusei aqui do tempo, e a campanha me puniu, mas eu estou muito feliz por participar desta sessão e por homenagear esse sacerdote que realmente orgulha todo o mundo católico do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimos o Senador Garibaldi Filho e pedimos sua compreensão, pois ele sabe melhor do que eu que esta campanha aqui é automática. (*Risos.*)

Mas, enfim, conta aqui com a nossa compreensão também, tendo em vista o desejo que pauta todos nós aqui, que é de rendermos as mais merecidas e justas homenagens a D. Nivaldo Monte.

E, imediatamente, passo agora a palavra ao Senador José Agripino, ao tempo em que quero aqui saudar, na verdade, a família do homenageado, que aqui já saudamos: Oswaldo Monte, Tânia, Roberto, bem como Tâmara, sobrinha-neta, e o Carlos Monte Rodrigues de Melo, também sobrinho-neto. Mas eu quero saudar com muita alegria também aqui os potiguares Cícera Brasil Fernandes e Raimundo César Brasil Fernandes, de Caicó, mas radicados em Brasília; Tereza Mariz, que já saudei no início. E saúdo aqui a presença do nosso artista potiguar Geraldinho Carvalho, hoje radicado aqui na cidade de Brasília. E saúdo também Fernando Mousinho, aqui presente.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente desta sessão, Senadora Fátima Bezerra; Senador Garibaldi Filho; senhor representante da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça, meu amigo Ministro Delgado; Reitora Ângela Paiva, da nossa UFRN; estimado amigo Côn. José Mário de Medeiros, que representa aqui a Arquidiocese de Natal; o Sr. Roberto Monte, a quem quero cumprimentar em nome do Senado; assim como os familiares de D. Nivaldo; e todos os amigos que vieram, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul, enfim, do Brasil inteiro, para homenagear uma figura singular que foi D. Nivaldo Monte.

Eu fui, Ministro Delgado, Prefeito de Natal de 1979 a 1982 e Governador de 1982 a 1986 e tive o privilégio de, nesse período todo, conviver com D. Nivaldo Monte como Chefe da Igreja do nosso Estado. Eu posso dizer que privei, com D. Nivaldo, de momentos de tensão e de momentos de felicidade, de confraternização.

Eu diria que D. Nivaldo foi um conselheiro, foi um amigo, foi um crítico, mas, acima de tudo, foi um homem de respeito. Eu diria que D. Nivaldo foi um cidadão marcado pela característica de ser conciliador, muito afável no trato, mas obstinado nas atitudes. E aí eu queria fazer algumas observações.

Aqui foi mencionada a criação da Escola de Serviço Social. Na década de 50, lá atrás, não existia a UFRN, não existia a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mas começaram a existir algumas faculdades. Talvez a primeira de todas tenha sido a Escola de Serviço Social, que surgiu junto com a Faculdade de Odontologia e Farmácia, depois a de Economia, depois, para o Onofre Lopes, a de Medicina... Mas talvez a pioneira tenha sido a Escola de Serviço Social. Para formar quem? Assistentes sociais. Por inspiração de quem? De D. Nivaldo Monte. Ele se preocupou com a economia, com a engenharia, com a arquitetura? Não, se preocupou com os mais humildes, que precisavam de assistentes sociais formados. Ele criou e quase que construiu, Garibaldi, a Escola de Serviço Social, onde hoje funciona a Câmara de Vereadores de Natal. Aquele prédio, Côn. José Mário, foi feito pelas mãos operosas, obstinadas de D. Nivaldo, para ali instalar uma semente ou embrião do que viria a ser a nossa Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ele foi precursor no tempo a favor dos pobres, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



Ele era um obstinado. Como foi obstinado? Ele foi aluno, o senhor sabe, D. Côn. José Mário, do Seminário de São Pedro, que fechou. De 1969 a 1977, fechou, e ele, como ferrinho de dentista, a vida inteira buscou reabrir. E reabriu, em dezembro de 1977, ele conseguiu reabrir o Seminário onde ele estudou. Ele era um obstinado em favor de quê? Era o pastor, era um homem caridoso, era um homem de fé e era um homem acima do seu tempo.

Ele tinha uma característica diferente de D. Eugênio. D. Eugênio era um homem de atitudes muito fortes, polêmico. D. Nivaldo era um conciliador, um homem afável. Mas eles foram muito amigos, e, pela amizade deles, nasceu a Rádio Rural. Nasceu para quê? Para entreter as pessoas? Mais, muito mais do que para isso: para fazer com que o ensino à distância ocorresse pela Rádio Rural do Rio Grande do Norte, produto da ação de D. Nivaldo, de D. Eugênio; para que os sindicatos rurais tivessem voz e ação através da Rádio Rural.

Isso tudo precisava ser dito nesta hora em que se homenageia uma figura singular que foi D. Nivaldo Monte. Ele foi mais do que isso: foi um botânico. Eu me lembro de D. Nivaldo nas secas que enfrentei como Governador. E eu me aconselhava com ele, conversava com ele, sentia confiança nele. Quantas vezes conversei com ele sobre as ações que eram necessárias para superar os efeitos da crise da seca?!

E ele, quando deixou o arcebispado, foi terminar em Emaus, na Granja do Clero, para firmar a vocação de botânico, cuidando de espécies, de enxertias, vivendo daquilo que ele gostava de viver e deixando como legado, para o clero, o clero de Emaus, a Granja de Emaus.

Nada mais justo do que o Parque da Cidade de Natal, um parque com mais de 100ha, que preserva as dunas, que preserva parte da Mata Atlântica, ter recebido o nome de D. Nivaldo Monte pela generosidade e pelo reconhecimento do Prefeito Carlos Eduardo Alves, para imortalizar D. Nivaldo.

Ele merecia isso. Ele merece esta sessão e merece muito mais, como mereceu que o Parque da Cidade de Natal tivesse o nome de Parque Dom Nivaldo Monte, para homenagear uma das características que teve em vida, o botânico, o homem ligado à natureza.

Eu digo isso para fazer uma referência também ao homem de letras. Ele escreveu não sei quantos livros. Ele foi colega de tantos literatos, a começar por Jorge da Cunha Lima, José Mário Galvão, Ministro Delgado.

Ele escreveu não sei quantos livros sobre diversos assuntos, mas um dos títulos que mais me comovem é *O Coração é para Amar* – O Coração é para Amar! Isso resume a filosofia de vida de D. Nivaldo, um homem puro, um homem simples, que visitei na UTI.

Eu tive a oportunidade, Ministro Delgado, de estar com o meu amigo D. Nivaldo Monte na UTI do Hospital São Lucas, perto de ele morrer. Ele morreu um mês depois. Ele ainda estava ativo. Receberam-me, e ele estava numa UTI até grande, numa *chaise-longue*, onde ficou sentado. E eu passei um bom tempo conversando com ele, um bom tempo conversando com ele sobre as nossas recordações positivas e sobre as dificuldades que juntos enfrentamos, quando tive a oportunidade de agradecer-lhe o que foi em vida. E quero quase que encerrar esta minha fala despretensiosa, mas sincera, em relação a D. Nivaldo, falando do amigo que ele foi. Porque é preciso registrar. Ele talvez tenha sido um dos melhores amigos do meu pai, Tarcísio Maia, que foi Governador quando ele era Arcebispo; Tarcísio Maia, de quem ele foi amigo e cuja Missa de 7º Dia ele rezou na Catedral.

Roberto Monte, foi uma das homilias mais bonitas que eu ouvi na minha vida, foi uma homilia do amigo para o amigo, de D. Nivaldo para Tarcísio Maia.

E eu quero aqui terminar as minhas palavras com este gesto de reconhecimento ao cidadão a quem o Rio Grande do Norte deve muito...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... pelo exemplo de vida.

Já vou terminar, vou cumprir rigorosamente o meu tempo.

Pelo exemplo de vida e dizendo de D. Nivaldo aquilo que acho que muitos tinham vontade de dizer: D. Nivaldo foi um homem do bem. Não é um homem de bem, foi um homem do bem, um conciliador e, acima de tudo, um benfeitor do nosso Rio Grande do Norte.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Senador José Agripino pelo importante pronunciamento que fez em homenagem a D. Nivaldo Monte.

Imediatamente, passo a palavra agora ao Dr. Delgado, representando aqui a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, que foi Ministro do Superior Tribunal de Justiça, no período de 1995 a 2008.



Ministro Delgado, com a palavra.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DELGADO – Eminente Presidente e Senadora Fátima Bezerra, receba as homenagens, não somente de minha pessoa, mas também da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, que eu tenho a honra de representar, neste momento, por delegação honrosa que me foi concedida pelo Prof. Diógenes da Cunha Lima. Senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino, que bem representam o nosso Estado, e diletos amigos, as minhas homenagens.

Caríssimo confrade da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Padre, Monsenhor e Capelão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Rev.^{mo} Côn. José Mário de Medeiros; Sr. Roberto Monte, representante da família que hoje aqui está sendo homenageada, através da figura de Nivaldo Monte, a quem tenho a honra de, neste momento, reverenciar, dizendo que a história do Senado Federal do Brasil está engrandecida por este momento em que, em boa hora, a Senadora Fátima Bezerra propôs que esta solenidade acontecesse.

Já foi dito muito a respeito de Nivaldo Monte nesta solenidade. Todos os seus predicados foram aqui registrados, com fidelidade e com amor à realidade, a demonstrar a universalidade da bondade de Nivaldo Monte, a demonstrar sempre os princípios conciliadores que ele perseguiu em toda a sua vida, a demonstrar a valorização da dignidade humana e a valorização da cidadania, que eram as suas metas principais a serem atingidas através de suas ações religiosas e sociais.

Eu pediria licença, não para falar de Nivaldo Monte, o homem que aqui foi caracterizado em seus ideais, mas para falar de Niniu – apelido de Nivaldo Monte por muitos anos, conhecido e tratado familiarmente como Niniu. O Niniu religioso; o Niniu chamado de Bispo em sua infância; o Niniu, que, no início, quando a vida se desabrochava através da sua mocidade, já descobria a sua vocação; o Niniu que se transformou depois na figura já aqui mencionada que bem representou, que bem demonstrou o seu caráter e a sua vocação; e o Niniu que D. Jaime assim o identificou, assim o caracterizou – abro aspas –:

"Hoje, diante de um tempo em que a memória se dissipa de forma rápida, às vezes, até injusta, é muito válido lembrar de pessoas que tiveram relevância na sociedade. É louvável a dedicação e o envolvimento de D. Nivaldo com assuntos de família, da Igreja, da cidade, da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte."

Para D. Jaime, aqui citado, que conviveu com D. Nivaldo e foi por ele ordenado padre, festejar o Professor é evidenciar uma pessoa que elevava a alma de todos com seu otimismo. Apesar de sua aparência física frágil, era um cabedal de conhecimento, com uma sensibilidade incrível e grande habilidade para mediar conflitos. Era um conciliador, um homem da comunidade, paciente, que sabia até onde podia ir em cada situação. Era um homem de ações, era um homem de preces, era um homem que empregou todo seu talento em benefício da sociedade, em benefício do ser humano, em benefício da paz, em benefício da serenidade nas conclusões das ações. Curioso e inquietante, também D. Nivaldo era desportista. Foi compositor de músicas cristãs e ainda assumiu o projeto arquitetônico do prédio onde funcionou a Escola de Serviço Social aqui já mencionada.

Com D. Eugênio Sales, D. Nivaldo também foi o primeiro coordenador da Ação Católica Feminina e o segundo, da Ação Masculina, ajudando a criar o Movimento de Natal, iniciativa pioneira da Igreja Católica formada por um conjunto de ações que prezava pela formação do ser humano no período da Segunda Guerra Mundial. Era o homem que pensava além do tempo em que vivia, que pensava para o futuro, sempre em benefício da paz.

O Pe. Fábio Santos escreveu uma obra chamada *Dom Nivaldo Monte, o nosso Niniu* e disse, em sua obra, que D. Nivaldo foi a pessoa que melhor entendeu e sentiu as palavras de Jesus: de que na Terra é preciso se transformar numa criança para poder entrar no Céu. Por isso, o seu nome, mesmo nos tempos de padre, bispo e arcebispo, sempre foi o seu nome de menino: Niniu. Eu o chamava de o "sempre menino bispo". Ele, com o saber e o sabor de uma criança, era um encantado, se encantava e encantava a todos.

E é de se registrar que me sensibilizou profundamente, no início desta solenidade, quando, como um desígnio de Deus e como que uma mensagem representando que Deus está aqui presente também homenageando Nivaldo Monte, as galerias desta Casa se encheram de crianças que se sucederam por vários momentos. Todas elas aqui, voluntaria ou involuntariamente, como que mandadas por Deus, vieram homenagear o nosso Niniu.

E termino as minhas palavras lembrando que D. Nivaldo foi um poeta – um poeta! –, embora muitos de seus versos continuem ainda escondidos na imaginação daqueles que com ele conviveram e que ouviram estes versos. Ele sempre foi um poeta. Era um poeta que, em momentos de suas reflexões, homenageou a velhice dizendo:



A velhice é muito boa
Pouco mal ela nos faz.
Só não gosto da velhice,
É por ser curta demais.

Em outro poema, denominado Pétala de Rosa, D. Nivaldo demonstrou todas as suas características do homem aqui já refletido ao dizer:

Não te admires por eu ser tão velho
De fazer, como eu faço, eu te aconselho:
Nunca deites, cansado, pra dormir.
À procura de um justo e bom repouso...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ AUGUSTO DELGADO –

Nunca feches os olhos sem abrir
Um livrinho com fados de trancoso.

Esse é o homem aqui refletido por todos os depoimentos que foram feitos. Ele é um patrimônio da cultura e do saber. Ele é universal, uma fonte de ensinamentos, um testemunho de vida, um filho amado do Pai, um autêntico louvor de sua glória.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimentamos aqui o Ministro Delgado pelo brilhante pronunciamento que fez, representando aqui a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.

Agora, no encerramento dos nossos trabalhos, nós vamos ouvir a palavra aqui de Roberto Monte, que vai falar exatamente em nome da família.

O SR. ROBERTO MONTE – Senadora Fátima Bezerra, proponente da presente sessão, autoridades presentes, amigos e familiares, companheiros e companheiras potiguares, todos e todas que assistem à TV Senado, falo aqui em nome da família Monte.

É com grande alegria e satisfação que estamos hoje aqui no Senado Federal, participando das comemorações do Centenário de D. Nivaldo Monte, Arcebispo da Arquidiocese de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, Região Nordeste do Brasil.

D. Nivaldo Monte, conhecido pela nossa família e pessoas próximas como Niniu, o derradeiro filho de Pedro e Belarmina, emergiu de uma família em que o amor, a fé e o humanismo são marcas determinantes que ficaram em todos nós seus descendentes, conhecidos e admiradores. Sejam todos nós dignos desse legado.

Gostaria muito de ressaltar a força desse núcleo familiar tão bem representado por essa mulher de fibra, a nossa avó Belarmina, conhecida como D. Bela. Uma família de sete irmãos – Luiz, Judith, Orígenes, Severino, Sebastião, meu querido pai, Oswaldo, e Nivaldo –, dos quais três foram sacerdotes, sendo o primogênito, Luiz, o Côn. Luiz Gonzaga do Monte, atualmente em processo de beatificação aberto pela nossa arquidiocese.

Fátima, você citou uma frase, mas há um arremedo: "É preciso pisar firme, pensar alto, olhar longe e agir pronto". É uma das frases de D. Nivaldo.

Conhecido como um amante da natureza e profundo conhecedor da alma humana, apesar de ser considerado uma pessoa moderada, teve um grande trabalho social, com o chamado Movimento de Natal, com a citada Escola de Serviço Social, com sindicatos rurais, com educação radiofônica, com o Programa de Educação Política da Arquidiocese de Natal, com a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz durante a resistência democrática nos tenebrosos anos da ditadura militar após 1964.

Eram tempos em que termos como bem comum, conscientização, reforma agrária, direitos humanos e CEB (Comunidades Eclesiais de Base) faziam parte da práxis da Igreja do Rio Grande do Norte – palavras e ações atuais, necessárias nos dias de hoje, e não preciso nem dizer por quê.

Era um democrata, gostava de falar de flores e da natureza, mas nunca colaborou ou compactuou com opressores e inimigos da democracia.

No final da década de 90, fez a introdução e o prefácio do Programa Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, na época em que Garibaldi era o Governador, escrevendo:



Duas forças inelutáveis nascem da natureza do homem: a força da imanência que o leva a lutar pela integridade harmônica de seu ser, e a força da transcendência que o impele a progredir em busca de novas formas de ser e de existir.

[...] Todo homem tem direito à vida, todo homem tem direito de progredir. Toda economia que não tem como escopo primordial, de primeira urgência, o homem e seu bem-estar é uma economia injusta [...].

Continua D. Nivaldo em sua reflexão:

Só domina quem se domina, só se domina quem se possui, só se possui quem se conhece, só se conhece quem sabe refletir. Se queremos uma sociedade justa e progressista, temos que lutar com todos os meios de que dispomos, numa luta constante, sem quartel, para que sejam respeitados os direitos individuais de uma existência sadia, de um corpo bem nutrido e de um espírito consciente e livre, para que o homem possa buscar, para si e para a sociedade em que vive, dias de paz e de desenvolvimento, podendo assim viver e ser feliz.

"Viver e ser feliz", finaliza D. Nivaldo.

Era muito ligado às religiosas do nosso Estado. Para ressaltar esse dado, gostaria de dar voz a uma religiosa, a nossa querida Irmã Vilma Lúcia de Oliveira, da Congregação Filhas do Amor Divino, que, num texto para o nosso DVD, Fátima – cuja cópia deixei para você –, fala do D. Nivaldo Monte como Teólogo da Ternura.

Diz Irmã Vilma:

D. Nivaldo Monte continua vivo entre nós! O seu amor pela igreja e pelo seu redil prossegue na eternidade. Só a saudade e a ternura podem inspirar as definitivas lembranças que temos dele como um afetuoso pastor, homem bom, erudito, simples, orante, terno, vazio de si, mas repleto de totalidade! A lembrança de seus gestos sinceros colore nossos dias com carisma e afeto, eternizando o privilégio de tê-lo por perto. O seu legado tem um triplo aspecto: ser pastor, ser poeta e ser, de alguma forma, um dos precursores da teologia da ternura.

Comissão dos cem anos: desde o mês de agosto de 2017, trabalhamos em conjunto com a Arquidiocese de Natal na programação do presente Centenário.

Houve uma grande harmonia entre nós familiares e a Arquidiocese de Natal, na pessoa do nosso Arcebispo D. Jaime Vieira Rocha, seus auxiliares, religiosos e religiosas e, em especial, a Pastoral da Comunicação (Pascom), que fez o vídeo a que depois vamos assistir, não é, Fátima?

Houve homenagens e sessões solenes no Legislativo e em entidades e instituições culturais; lançamento de um DVD, que acontecerá hoje no Ki Filé; selo comemorativo via Correios; história em quadrinhos, cordel, livros; exposição de sua vida e obra para alunos da rede pública e privada; levantamento e publicação de sua obra, 27 livros e plaquetes, e textos inéditos; e reflexões em áudio através de *e-books*, DVDs, redes sociais, internet.

Uma dica, acessando www.dhnet.org.br/nivaldomonte, todos poderão acessar dados na forma de texto, áudio, vídeos e fotos sobre o nosso homenageado.

Finalizando, quero agradecer a Senadora Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores, e toda a sua equipe pelo carinho e atenção em todo esse processo de construção da presente sessão.

Cara Fátima, você dignifica tudo que o que chamamos de Doutrina Social da Igreja, pois a sua prática tem sempre em mente o bem comum, nunca traiu a confiança do povo do Rio Grande do Norte, nunca traiu a democracia e sempre esteve ao lado do povo, dos excluídos e empobrecidos da nossa terra e do nosso País. Leva a sério, Fátima, aquilo que o Papa Francisco fala: "Um cristão jamais deve ser hipócrita."

Como dizia D. Nivaldo, o sim deixou de ser sim e o não deixou de ser não. A mentira e a informação manipulada começam a ter lugar nas declarações dos homens públicos. Nunca se mentiu tanto como nos dias de hoje.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO MONTE – Para finalizar, quero agradecer pelas imagens que passaram aí, que são do nosso amigo Henrique José.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Roberto, quero cumprimentar e dar um abraço fraterno nos familiares aqui presentes e naqueles que aqui não se



encontram. Também quero dar um abraço muito fraterno na legião de amigos e amigas, admiradores e admiradoras que D. Nivaldo tem não só no Rio Grande do Norte, mas no Nordeste e no Brasil.

Também quero cumprimentá-lo pelo belo pronunciamento que acaba de fazer, ao tempo em que quero dizer que você traz, nas suas veias, o sangue de D. Nivaldo, que aflorou no sentido de ter uma vida pautada e voltada para a defesa da justiça social, da solidariedade, para ter uma vida pautada e voltada exatamente para olhar exatamente para os mais humildes, para os pequenos, para os que mais precisam de justiça e de dignidade.

Roberto abraçou essa luta, em defesa dos direitos humanos. É um dos militantes dessa área, um dos estudiosos, respeitado e reconhecido não só no meu querido Rio Grande do Norte, mas em todo o Brasil, idealizador, fundador do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular lá de Natal, no Rio Grande do Norte.

Então, fica aqui também a nossa homenagem a você pelo papel que você desempenha, repito, inspirado na história de vida e na trajetória de vida de D. Nivaldo, esse papel tão importante que você desempenha na luta em defesa de direitos humanos, por justiça e por dignidade.

Para encerrar mesmo, agora, caminhando para o encerramento da nossa sessão, eu gostaria de convidar os presentes para assistirem a um vídeo que vai ser exibido agora, no painel do plenário do Senado.

Esse vídeo foi feito...

O SR. ROBERTO MONTE (*Fora do microfone.*) – Pela Pascom (Pastoral de Comunicação) da Arquidiocese de Natal.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esse vídeo foi feito, Senador Garibaldi, pela Pastoral de Comunicação da Igreja de Natal.

Então, por favor, vamos veicular, aqui pela TV Senado, como parte da programação da nossa sessão solene, esse vídeo que fala da trajetória de D. Nivaldo Monte.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero aqui também fazer o registro, na nossa sessão solene, de que, como parte da agenda de comemorações alusivas ao centenário de D. Nivaldo Monte, a Câmara Municipal de Natal, no próximo dia 7 de maio, às 19h30, vai abrigar o evento, ocasião em que será lançado o selo comemorativo em homenagem a D. Nivaldo.

Quero ainda também fazer constar aqui o DVD dedicado à memória histórica potiguar, dedicado exatamente a D. Nivaldo Monte, que faz parte da coleção multimídia Memória Histórica Potiguar, que foi produzido pela Rede de Direitos Humanos e Cultura lá do nosso querido Rio Grande do Norte.

Quero finalmente, cumprida toda a finalidade da sessão, primeiro agradecer a presença de cada um dos senhores e de cada uma das senhoras, das demais autoridades que nos honraram com suas presenças, e dizer que o Senado Federal faz, no dia de hoje, nada mais, nada menos é do que a nossa obrigação, o nosso dever de fazer este resgate da memória para as gerações presentes e para as gerações futuras; como eu disse ao longo da minha fala, o resgate da história de um homem profundamente marcado pelo sentimento do humanismo, da solidariedade, pelo quanto a sua história de vida, a sua trajetória se voltou para a luta em defesa da justiça social, para a luta em defesa da solidariedade.

D. Nivaldo seguiu os ensinamentos de Cristo – assim como são os ensinamentos do Papa Francisco –, no sentido de não abrir mão, de maneira nenhuma, daquele sonho que todos nós carregamos: o de uma sociedade com justiça social, com solidariedade; um mundo onde as pessoas possam viver com dignidade, com justiça e com paz. Esse foi o lema dele, esse é o legado exatamente que ele nos deixou.

Por isso, quero dizer aqui realmente da nossa alegria de fazer com que o Senado Federal oportunize não só ao povo potiguar e ao povo do Nordeste, mas ao povo do Brasil essa simples, porém, Roberto, justa, verdadeira e merecida homenagem a D. Nivaldo Monte, especialmente nesses tempos que nós estamos vivendo, infelizmente; tempos de ameaça à democracia, de ataque à democracia; tempos de crescimento da intolerância, do ódio.

Mais do que nunca, portanto, é muito oportuno falarmos de um homem como D. Nivaldo Monte, a quem rendemos todas as merecidas e justas homenagens.

Muito obrigada a todos e a todas.

Está encerrada a presente sessão. (*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 23 minutos.)



Ata da 47ª Sessão, Não Deliberativa,
em 16 de abril de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Telmário Mota, Elmano Férrer e Paulo Rocha.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 16 horas e 14 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Há oradores inscritos.

Passo a palavra ao Senador Telmário Mota, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado.

Sr. Presidente, antes de fazer meu pronunciamento aqui, eu quero agradecer.

Nesse final de semana eu estive num Município do meu Estado, chamado Caracaraí, e ali nós tivemos uma belíssima receptividade. Estávamos ali, prestando contas do nosso trabalho para com o Município, para com o Estado, sobre os projetos que temos tramitando aqui na Casa, e fomos muito bem recebidos por todos, especialmente pelo ex-Prefeito Antônio Reis e pela Hermana, esposa dele. Almoçamos uma galinha caipira maravilhosa. Quero agradecer aqui ao ex-Prefeito Antônio Reis a receptividade, o carinho, o acolhimento e o apoio à nossa caminhada rumo ao Governo do Estado. Muito obrigado.

E também quero aqui agradecer ao Sr. Manoel Carmo, Presidente da Associação dos Agricultores e Pescadores de Vista Alegre, em Caracaraí. Estivemos lá nesse final de semana, conhecendo as suas necessidades, as suas prioridades. Conversamos com quase toda a comunidade e, realmente, aquele local, que vive da pesca, agora está num período em que a pesca está proibida. Então, eles estão ali com muitas dificuldades, desde a questão de saúde, transporte, iluminação, geração de renda e emprego... Ali estivemos juntos e quero agradecer, também, a toda aquela população maravilhosa de Vista Alegre, no Município de Caracaraí.

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna hoje porque... Inclusive, nesses três dias em que eu estive em Roraima, foi muito forte a reclamação com relação à saúde no nosso Estado. As prefeituras – especialmente a Prefeitura de Boa Vista, que tem 60% da população – não cumprem a sua parte nas unidades básicas de saúde. O atendimento de baixa complexidade é de responsabilidade da prefeitura, e ela não cumpre a sua parte.

Hoje, a Prefeitura de Boa Vista só sabe fazer duas coisas: criar plantinhas, molhar plantinhas, e colocar pardais, só para multar, e não para educar ou disciplinar, o motorista. Então, hoje, o papel da Prefeitura é este: gastar nessas jardinagens, sobre as quais já há uma denúncia grande de corrupção, e fazer uma alta arrecadação, uma fábrica de fazer dinheiro, que são os pardais, os quais não trouxeram resultado positivo com relação à redução dos acidentes na nossa capital.

E a parte da saúde totalmente abandonada.

E aí o Governo, por sua parte, fica com a alta complexidade, o pronto-socorro, e o atendimento está da pior qualidade.

Ontem mesmo estava circulando, no nosso Estado, um vídeo feito na maternidade, no qual o pai de uma nenê, vendo ali a falta de limpeza da maternidade, pega uma vassoura, um rodo, uma coisa qualquer, e faz a limpeza dentro da maternidade. Isso é um absurdo! Nós não podemos conviver com uma situação dessas.



A mesma coisa... O Governo, recentemente, inaugurou o Hospital das Clínicas, dizendo que haveria ali cento e poucos leitos. Só há 20 leitos, e com péssimo atendimento, inclusive com gente indo a óbito, ali, exatamente por falta de condições daqueles leitos.

Então, eu não consigo entender e faço aqui um apelo à Governadora: o que é que está acontecendo, Governadora? Acabamos de... Eu lutei muito. Colocamos cerca de R\$36,8 milhões para o hospital, exatamente para atender à alta, à média e à baixa complexidade. Esse recurso serve para o custeio de um modo geral: aquisição de equipamentos, compra de medicamentos... E nada disso aconteceu.

Em emendas minhas, próprias, nesses três anos como Senador, nós já colocamos ali mais de R\$12 milhões, para recuperação do Hospital Geral, recuperação do Hospital Coronel Mota, recuperação da maternidade, do Centro de Referência da Mulher, e esses R\$36 milhões são para atender a essas unidades e a todas as unidades básicas que estão sob a responsabilidade do Governo, nos diversos Municípios do nosso Estado.

Mas, de ponta a ponta, a saúde no nosso Estado está na UTI – está doente. Falta remédio, falta o aparelhamento, faltam médicos, faltam os exames, as cirurgias...

Eu estive agora no Município de Iracema. Eu era parado nas ruas. Fazendo meu som, prestando contas, e as pessoas vinham, com muita dor, com sofrimento, com pequenas cirurgias, e estão ali, passando três, quatro, cinco meses, sem serem atendidas.

Eu encontrei mesmo, lá em Vista Alegre, em Caracaraí, um senhor com câncer, há três meses esperando uma cirurgia. Em Caracaraí. Uma senhora, com mais de três meses esperando uma cirurgia de pedra na vesícula. Então, são coisas com as quais você não pode conviver nem aceitar.

Hoje, lamentavelmente, o quadro do nosso Estado é de total abandono. Roraima está vivendo a pior crise da sua história, crise econômica e crise social. Você vê aí que, na crise econômica, Roraima não produz nem para se autossustentar. Roraima não tem renda, não tem investimento, não tem dinheiro para investir na infraestrutura para o setor produtivo. Isso é lamentável. Por conseguinte, não tem a riqueza e não tem a geração de emprego.

Na área de segurança, os policiais são verdadeiros heróis, porque não têm equipamento para desenvolver seu trabalho e para a proteção da própria saúde, da própria vida. Não há uma polícia científica, técnica, que possa realmente, efetivamente, trabalhar no descobrimento dos crimes, etc, que ocorrem no nosso Estado. Uma violência de norte a sul no nosso Estado – de norte a sul. Todo dia essas organizações criminosas praticam crimes bárbaros e colocam nas redes sociais.

Então, é crise na saúde, é crise na educação... Na educação nem se fala: merenda sem qualidade, envolvida com denúncia de corrupção, escola caindo na cabeça das crianças, professor mal remunerado, sem aparelhamento, sem automatização... Sabe, é realmente doloroso ver o quadro em que se encontra a gestão do nosso Estado. E parece que nada está acontecendo. Parece que nada está acontecendo.

Então, é importante que as providências sejam tomadas. Eu quero aqui... Embora, Governadora, eu não seja da sua base, estou sempre para colaborar. Agora, eu não consigo entender o que é que o Estado está fazendo com esse dinheiro todo. Recebeu, só da minha parte, com essa emenda de Bancada, R\$36 milhões; e, com as minhas emendas individuais, dá mais de R\$40 milhões.

Ou a saúde estava totalmente destruída, e a Governadora nunca externou isso para a sociedade, não teve coragem, não sei por quê... O que estou vendo hoje, por exemplo, é que o



Governo do meu Estado está com quase todos os seis secretários do governo anterior, que quebrou o nosso Estado.

Então, eu faço aqui esse apelo, porque é um apelo que as pessoas me pedem. Aí, às vezes, as pessoas dizem assim: "O Senador Telmário é muito voltado para as questões do seu Estado." Mas Roraima é Brasil; foi ele que me colocou aqui, eu represento o meu Estado, e eu tenho a obrigação de usar esta tribuna, de usar a minha voz em prol, em favor do meu povo, que está muito sofrido.

Quando Roraima era Território, a gente tinha uma vida mais alegre, mais feliz. Não havia miséria, não havia pobreza, não havia desemprego, não havia violência, dormia-se com janelas e portas abertas. Há 28 anos passamos a Estado, juntamente com Tocantins e Rondônia, que têm uma vida econômica a partir da produção. E nós fomos viver do contracheque.

Quanto à economia de Roraima, 49% vêm do contracheque, do pagamento dos servidores; 36% vêm do comércio e do serviço; 9% vêm da indústria; e 6%, do setor primário. Ou seja, os nossos governantes, em vez de governar de olho na produção, para gerar renda, emprego, riqueza, não: viraram de costas para a produção e se agarraram com a corrupção.

Então, há muito tempo nosso Estado vem sendo uma vítima da corrupção, e está na hora de o povo, a própria população de Roraima, acordar para isso. Não vamos esperar mais que a punição dos corruptos venha só pelas mãos do Ministério Público, do Judiciário.

Acho que a sociedade, neste ano, tem que realmente atentar para isso e não dar o seu voto em quem esteja envolvido em corrupção.

Eu sempre digo que ninguém tem corrupto por estimação. Por estimação a gente tem a família, a nossa sociedade, o nosso Estado, o nosso Município. Pode ter até um animalzinho, um cachorro, um gatinho... Agora, ladrão? Ladrão ninguém tem por estimação. Ladrão tem que ser atrás das grades, ali, com a Polícia Federal, com a Polícia Civil, com a Justiça.

Então, meu Estado vem realmente sendo vitimado, com essa política suja, com essa política corrupta. E hoje o nosso povo sofre, e muito – e muito.

Então, fica aqui o alerta à nossa Governadora.

Queremos providência, Governadora. É preciso haver providência. Não se pode fazer da Secretaria de Saúde uma troca de apoios políticos. Quem tem que assumir a Secretaria de Saúde, quem tiver que ir para ali tem que ir para ali para desenvolver um trabalho de políticas públicas com qualidade – não só olhar, Senador Paulo Paim... Um gestor não pode só olhar o eleitor; ele tem que ver, sentir, e se colocar no lugar da pessoa. Então, é importante.

Com relação ainda à saúde, algumas cirurgias não podem ser feitas no nosso Estado, e o paciente pega o TFD, que é um tratamento fora do Estado.

Esse TFD da Prefeitura é de partir o coração. A pessoa sai de Roraima com R\$24, para ter transporte, café da manhã, almoço, janta e pernoite. Quer dizer, é um absurdo! Então, é um verdadeiro flagelo, uma verdadeira via sacra em que a Prefeitura coloca o nosso pessoal. E, no entanto, para molhar florzinha, fazer jardinagem e trambicagem, o que não falta é dinheiro. Dinheiro há, tanto na Prefeitura quanto no Governo. O que não está havendo é coragem de enfrentar a corrupção; o que está faltando é amor às pessoas; o que está faltando é compromisso com o nosso Estado. Eu acho que está na hora de a população não viver mais de migalha, não viver mais de sobra, não viver de favores politiquieiros. Nós temos que viver do próprio suor do rosto, das mãos calejadas, mas viver com dignidade, com a cabeça erguida.

Eu sempre digo: numa disputa dessas, é muito melhor você perder de cabeça em pé, erguida, do que ganhar ajoelhado para a corrupção.



Então, fica aqui o alerta à nossa sociedade e a minha cobrança à Prefeitura de Boa Vista, que abandonou totalmente a saúde, e à Governadora do nosso Estado, que está governando totalmente em descompasso com os anseios e a necessidade do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Havendo orador inscrito, eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Telmário Mota, eu quero iniciar, como iniciei hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, informando a todos que, no dia de amanhã, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal estará na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, realizando diligência junto à Superintendência da Polícia Federal, onde pretendemos verificar as condições de encarceramento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos demais presos daquela sede. Confirmaram a presença, até o momento, a Senadora Regina Sousa, Presidente da CDH, Senadora Vanessa Grazziotin, Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Telmário Mota, Paulo Rocha, e este Senador que vos fala. No caso, sou o Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Estamos interagindo com Curitiba, no sentido de que se garanta, de fato, a visita ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Senadora Fátima, Senador Telmário, hoje pela manhã eu vi aqui, no meu *twitter*, embora educadamente, algumas pessoas perguntando: "Mas por que é que a Comissão de Direitos Humanos não visita o caos em que se encontram os presídios?" Eu respondi e respondo aqui: nós já fomos, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, nós já visitamos todos os presídios. Fizemos até uma CPI. A Comissão de Direitos Humanos fez uma CPI dos presídios. Eu visitei presídio até do interior, como foi o caso de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

É mais do que legítimo que uma comissão do Parlamento possa visitar um ex-Presidente preso, como se deslocaram para lá – se eu não me engano – 10 ou 11 governadores e foram visitar o Presidente. Parece-me que não puderam visitar.

Eu fiz um apelo hoje, pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, e faço também aqui agora, da tribuna do Senado, para que se permita, porque é uma visita oficial, gasto zero para a instituição. Será tudo do pagamento do próprio bolso dos Senadores e das Senadoras que forem. Querem ter a oportunidade de visitar o ex-Presidente Lula e conversar com ele.

Eu estou convencido que nós poderíamos ter esse contato com o ex-Presidente, porque ele não está confinado; ele está preso. Nós queremos ter a oportunidade de conversar com ele. O documento que foi remetido àquela Superintendência, assinado pela Presidenta da Comissão Direitos Humanos, busca apenas isto: que a gente possa visitá-lo e também os outros presos que se encontram naquela unidade.

Queria também, Sr. Presidente, neste momento, aproveitar a tribuna para falar um pouco do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Vou falar da dívida do Estado. A dívida do Estado do Rio Grande do Sul junto à União é um assunto que sempre estará em pauta.

Quero aqui registrar um artigo: "Dívida do Rio Grande do Sul: uma proposta viável", de minha autoria, publicado no Portal Rede de Opinião, lá do meu Estado, e de outros órgãos de



imprensa. Agradeço também ao Jornalista João Garcia e a toda a equipe do portal pela oportunidade, pela forma como valorizaram esse artigo e, pelo Twitter, pela forma carinhosa, respeitosa como ele se referiu ao meu mandato. Disse ele – aqui só vou comentar: "É um mandato exemplar, que orgulha o povo gaúcho."

Muito obrigado, Jornalista João Garcia.

E é uma honra para mim ser convidado por ele como colunista, ao lado do ex-Governador Germano Rigotto e do treinador de futebol, que foi também da seleção, Luiz Felipe Scolari, que também é um dos que escrevem na coluna do Portal Rede de Opinião.

Dívida do Rio Grande do Sul: uma proposta viável.

Do total de R\$104,2 bilhões da dívida do estado, o Rio Grande do Sul deve ainda R\$ 58 bilhões à União por uma dívida iniciada em 1998, no valor de R\$9,7 bilhões. O estado já pagou R\$28 bilhões da dívida. Os juros, para variar, são leoninos.

O Projeto de Lei do Senado [que apresentei] nº 561, de 2015, em texto apresentado [e discutido amplamente] pelo meu colega e ex-deputado Constituinte Hermes Zaneti [a quem eu rendo aqui minhas homenagens] é extremamente fundamental para o encaminhamento de uma solução para esta terrível dívida [que está quase que levando o Estado a uma situação de que "não vamos conseguir nunca pagar"].

Também destaco que o projeto é de minha autoria, mas teve apoio também, porque assinam logo abaixo, da Senadora Ana Amélia Lemos e do Senador Lasier Martins.

A ideia não é de calote, nem de perdão, mas de justiça, impondo como único encargo financeiro a atualização monetária calculada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) [sem juros], devolvendo à União o valor real do empréstimo, sem contar que de 1994 a 1998, por conta de medidas da União, a dívida do Estado aumentou em 122% em valores reais.

Pretendemos uma readequação das condições nos financiamentos assumidos perante o Tesouro Nacional, em formas diversas àquelas adotadas pelo Governo Federal.

Na prática, isso representaria a repactuação da dívida, beneficiando o estado e os municípios [a juros justos].

O projeto também objetiva sanar as dificuldades do estado com o pagamento dos servidores, haja vista o imenso ônus do pagamento da dívida. [Os servidores recebem o salário, no meu Estado, parcelado.]

Ele está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça e [eu diria que] interessa a todos os estados da federação, pois eles também serão beneficiados.

O Rio Grande do Sul, por exemplo, por esse projeto, já quitou a dívida em 1º de maio de 2013 e teria [assim] a receber um crédito de cerca de R\$10 bilhões [...]. Aliás, quem de fato arcou com ela foi o povo gaúcho, os trabalhadores e os empresários com os seus impostos pagos.

Todos os governos, independentemente de partidos ou coligações, suaram sangue e conviveram com essa violência.

Seria extraordinário se a sociedade gaúcha [fosse atendida, pois ela está abraçando essa movimentação da nossa Bancada]. Uma das formas é encaminhar e-mails para todos os senadores solicitando que o projeto entre na pauta e seja aprovado.



Mas diz aqui também:

Seria extraordinário se toda a sociedade [gaúcha e de todos os Estados] abraçasse essa movimentação [porque não seria somente da Bancada, mas toda a sociedade, Estado por Estado, buscando a] superação de diferenças partidárias, [em nome de cada região]. Outros Estados [creio eu, farão a mesma ação]. Os Deputados [...] já podem se mobilizar, pois, se aprovado, o projeto será encaminhado à Câmara [dos Deputados].

Eu fiz um resumo, Presidente, do projeto que apresentei, para uma reflexão, mostrando que é uma dívida que já está paga e que nós temos mais é que receber o excedente que pagamos. Basta que o projeto seja aprovado aqui na Casa.

Mas, Sr. Presidente, usando os últimos nove minutos, estive no Rio Grande do Sul nesse fim de semana, cumprindo uma agenda ampla: estive nas cidades de Santa Maria e São Pedro do Sul, região central do Estado. Participei de diversas audiências. Uma delas foi uma audiência pública com os funcionários dos Correios, para discutir a crise da empresa. A situação dos Correios é gravíssima. Os funcionários estão preocupados com as demissões em massa que vêm ocorrendo, além do sucateamento das agências, até mesmo a falta de funcionários para a execução de serviços básicos. Foi unânime a crítica de todos que estavam na Câmara de Vereadores da cidade de Santa Maria pela falta de recursos públicos desde 2011, o que impede a reposição de postos de trabalho perdidos e que funcionários aceitem ingressar em planos de demissão voluntária que é uma insistência por parte da empresa.

E por trás disso tudo está a privatização. Houve um corte de 25 mil funcionários em cinco anos. O quadro caiu de 125,4 mil empregados, em 2013, para os atuais 106 mil; ou seja, uma redução de 15,5%. Para os dirigentes que estavam lá, que representam os funcionários da empresa, o corte de pessoal é uma tentativa de sucateamento, como eu dizia, com o objetivo da privatização.

Para não comprometer a qualidade na prestação de serviço, os Correios deveriam ter hoje um quadro de 140 mil funcionários, e não de 106 mil. Não é de hoje que os consumidores se queixam de atrasos na entrega de encomendas e correspondências pelos Correios. E alguns disseram: "Agora, com a internet, com o WhatsApp, a comunicação é muito mais rápida." Isso é um avanço, por um lado; mas, por outro lado, aumentou o número de empresas que vendem pela internet. E quem é que entrega? Os Correios. Aumentou-se o número de pacotes de encomendas, de compras que eles têm que entregar casa por casa. Por isso, seria preciso aumentar o número de funcionários.

Quero cumprimentar os que participaram desse bom debate na Câmara de Vereadores: os Deputados Estaduais Valdeci Oliveira, Luiz Fernando Mainardi; o assessor direto do Deputado Federal Paulo Pimenta, Sidinei Cardoso Pereira; o representante da Deputada Federal Maria do Rosário, Luiz Fernando Soares; o Coordenador Regional, Paulo Conceição, do Partido dos Trabalhadores; a Presidenta municipal Helen Cabral; e outras lideranças.

Representando os trabalhadores dos Correios, participaram o Secretário de Assuntos Raciais da Fentect, Rogério Ubine; o Secretário-Geral do Sintect, Ernani de Menezes; o Diretor Sindical do Sintect/Santa Maria, Odemir Paim Peres Jr.

Quero agradecer a todos os vereadores que estiveram lá presentes, na figura da Vereadora Celita da Silva, que, além de estar presente, me acompanhou pela região, como outros Vereadores



e Deputados, pela moção de congratulações que lá recebi pelo reconhecimento do nosso trabalho aqui no Senado da República.

Em São Pedro do Sul, onde me reuni com centenas de lideranças comunitárias, trabalhadores rurais, aposentados, trabalhadores urbanos, na Câmara de Vereadores da cidade, o debate foi sobre previdência social: a previdência é do povo brasileiro, e não do mercado financeiro, uma frase que cunhei aqui e eles repetiram lá. Enriqueceram o debate a Vereadora Mirela Poll, do PT, de São Pedro do Sul, e os Deputados que já citei, Valdeci Oliveira e Luiz Fernando Mainardi.

No sábado, voltei a Santa Maria e visitei pela manhã o Feirão Colonial – espaço da economia solidária, tradicional ponto de encontro da população, que conta com diversos pavilhões, com produtos agrícolas, artesanato e ainda com as delícias da culinária local.

Conheci o projeto Esperança/Cooesperança, coordenado pela Irmã Lourdes Dill, uma líder incontestável. Durante todo o período em que passei na feira, foram abraços, beijos, fotos com a população, que foi muito prazeroso.

Também agradeço à imprensa de toda a região, Santa Maria como também a cidade vizinha, pelo carinho com que me trataram. Tive ali a oportunidade de, além de dar diversas entrevistas, fazer ainda um bate-papo, transmitido pelas redes sociais.

Conversei com lideranças que preparam o 3º Fórum Mundial Temático da Ecosol e a 3ª Feira Mundial da Ecosol, importante evento que vai acontecer de 12 a 15 de julho em Santa Maria. Recebi o convite dos organizadores e já garanti minha presença numa comitiva de mais de 25 países.

É sempre bom retornar às raízes, conversar com todos, receber o carinho das pessoas.

Eu diria, concluindo, que essas causas norteiam as nossas vidas e os nossos mandatos, os daqueles que são comprometidos com o povo brasileiro: são causas dos trabalhadores do campo e da cidade, dos aposentados, dos pensionistas, dos trabalhadores, como eu dizia, dos empresários com visão social, das pessoas com deficiência, combatendo também todo tipo de discriminação ou preconceito.

Alguns feirantes me abordaram e relataram um incidente ocorrido naquele mesmo dia entre os feirantes e a fiscalização e inspeção estadual e municipal. Solicitei mais informações sobre o fato e me comprometi a interagir para que não aconteça nenhum excesso ou irregularidade por parte da fiscalização.

Calculem: era uma feira popular, os produtores rurais prepararam durante a semana o que iam vender nessa feira popular e livre – desde frutas, verduras, galinhas, ovos –, e, de repente, perderam tudo aquilo que preparam para vender devido a uma fiscalização, para mim, inoportuna, que não respeitou o trabalho de toda aquela gente.

Enfim, quero também cumprimentar o evento que houve em Farroupilha, onde fui representado por outra liderança. Tratou-se de um debate sobre a educação.

Também cumprimento outro evento que houve em Bento Gonçalves, onde, infelizmente, não pude estar presente.

Mas foi muito bom o debate de que participei na Universidade de Santa Maria: "Racismo, basta".

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ao lado do Pró-Reitor, Flavi Lisboa, no *campus* da universidade, participaram jornalistas, lideranças do movimento negro, branco, índio, estudantes e professores. Foi muito importante o debate do



Estatuto da Igualdade Racial, que é de nossa autoria, e da política de cotas. Enfim, terminamos com um grande evento no Piquete Jarau, na periferia de Santa Maria, onde estava de aniversário – este era o eixo daquela festa – a Vereadora Celita da Silva.

Agradeço a todos, a todos mesmo, pela forma carinhosa como lá me receberam durante todo o período em que lá estive.

Agradeço muito a moção de apoio que foi aprovada na Câmara de Vereadores, segundo a Vereadora, por unanimidade.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E lá estão representados todos os partidos – o PSDB, os partidos da Base do Governo, os partidos da oposição, PMDB, Rede. Fiquei muito contente quando ela me disse que recebíamos uma moção de apoio pelo trabalho que realizamos aqui no Congresso. Isso mostra que a luta do bem é suprapartidária. E todos aqueles que quiserem se somar, com certeza, estarão juntos.

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.2 do Sumário)

Matéria referida:

– Moção de Congratulações – Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Nosso próximo orador, Senador Valdir Raupp, pela Liderança do MDB.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Telmário Mota, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou aqui com a voz um pouco rouca devido às andanças que temos feito – assim como o Senador Paim fez no Rio Grande do Sul – semanalmente no Estado de Rondônia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Ex^a me permitir, não é um aparte. É porque eu não estava achando a moção.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Fique à vontade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu gostaria que constasse nos *Anais* do Senado a moção de apoio que recebi.

Agradeço.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Parabéns, Senador Paim, pela garra, pela luta!

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu reponho o seu minuto.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 14 de março, em Cacoal, Rondônia, o Grupo Técnico de Especialistas em Café (GTEC) iniciou uma visita de reconhecimento da cafeicultura de Rondônia, que teve três dias de duração. Esse grupo técnico é uma iniciativa da empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., que existe há 15 anos e que desde a sua criação vem se constituindo em importante fórum de debates sobre a cafeicultura brasileira.

A comitiva que esteve em Rondônia teve representantes das principais regiões produtoras de café do Brasil e foi formada por 25 especialistas em cafeicultura. Além dos visitantes de outros Estados, integraram a comitiva pesquisadores do Núcleo Café da Embrapa, representantes da



Emater/Rondônia, da Secretaria de Estado de Agricultura de Rondônia (Seagri) e da Câmara Setorial do Café, cujo presidente é o Tuta Café, lá da cidade de Cacoal, nosso amigo.

O GTEC escolheu Rondônia porque nosso Estado tem passado por mudanças muito positivas nos últimos anos em matéria de cafeicultura, com especial destaque para o aumento da eficiência produtiva, para o crescimento do volume da safra e para a melhoria da qualidade do que produzimos.

Isso é fruto de um longo trabalho que alcançou bastante êxito quando eu era Governador no Estado de Rondônia, após um tempo de pouco incentivo. Felizmente, esse trabalho foi retomado pelo então Governador Confúcio Moura, e agora começamos a colher os frutos de um processo de modernização constante que incluiu o uso de tecnologia clonal, de materiais genéticos superiores, de irrigação e de novas práticas de manejo.

Esse café clonal, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem revolucionando a cafeicultura do Estado de Rondônia e está sendo visitado por produtores do Mato Grosso, do Pará, do Tocantins, até do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo que não acreditavam no que estava acontecendo em Rondônia, onde se produz 160, 170, até 180 sacas de café por hectare.

Além de toda essa tecnologia, o clima amazônico tem se mostrado muito favorável à produção das variedades híbridas de café (conilon e robusta), conhecidas como robustas amazônicas, que têm conquistado exigentes mercados consumidores graças às suas características diferenciadas de sabor e aroma.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse conjunto de transformações e o potencial do Estado para se tornar referência na produção de café no Brasil têm chamado a atenção de especialistas e de investidores, que desejam conhecer mais de perto essa verdadeira revolução silenciosa que está acontecendo no campo.

Daí o motivo da visita do GTEC a Rondônia. Trata-se, não resta dúvida, de importante momento que o Estado de Rondônia vive em relação à cultura cafeeira. Hoje, o Estado é o quinto maior produtor de café do País e está entre os três maiores Estados produtores da espécie *coffea canephora*, cujo cultivo é baseado na agricultura familiar de 22 mil produtores rurais. Hoje, nós somos o quinto produtor, mas, na velocidade em que estamos indo com essa variedade de café, vamos chegar muito proximamente, muito rapidamente à quarta ou terceira colocação como maior potência na produção de café do Brasil.

Graças à adoção de novas e modernas tecnologias, a área plantada reduziu em 46%, e a produtividade aumentou em 180%. Olha só: reduzimos em 46% a área plantada...

(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – ... e estamos produzindo 180% a mais nos últimos seis anos.

Além disso, Rondônia tem obtido destaque e reconhecimento pela qualidade do café que produz. Aliás, pelo segundo ano seguido, o vencedor do Concurso de Qualidade e Sustentabilidade do Café de Rondônia, em 2017, foi de Cacoal, onde houve esse encontro: o produtor Tiago Moraes Duarte. O concurso teve 231 produtores de 30 Municípios inscritos. Depois de um processo de análise física, 30 amostras foram selecionadas para serem submetidas à análise sensorial, através de degustação por especialistas. Ao final, a amostra de Cacoal foi eleita a vencedora, com melhor qualidade. Então, Rondônia e Cacoal já têm a melhor qualidade de café dessa marca.

Tudo isso me deixa muito orgulhoso, porque também contribuí com todo esse processo, tanto no Governo do Estado, quanto aqui no Senado da República. Por isso, sei da importância dessa



missão de reconhecimento: ela tem o potencial de criar uma massa crítica sobre a agricultura em Região Amazônica, sobre agricultura familiar e sobre desenvolvimento sustentável.

A expectativa é de que esses especialistas que compõem o GTEC tenham voltado para seus Estados de origem com uma nova visão sobre o potencial de Rondônia como polo produtor de café de qualidade e de agricultura sustentável. Foram visitadas propriedades de café dos Municípios de Cacoal, Rolim de Moura e Nova Brasilândia, além do complexo turístico Cacoal Selva Park.

Sr. Presidente, eu tenho visitado várias cidades, vários Municípios de Rondônia, em dias de campo. Mais recentemente estive em Alto Alegre dos Paricis. Estarei nos próximos dias em Novo Horizonte, em São Miguel, em Alvorada. Tivemos já dias de campo em Rolim de Moura e em outras cidades de Rondônia, sempre com alta produtividade do café clonal.

Encerro, Sr. Presidente, cumprimentando todos os responsáveis por esse grande desenvolvimento do nosso Estado: os produtores de café de Rondônia, os institutos de pesquisa e as autoridades governamentais que têm apoiado este setor tão importante para a economia de Rondônia que é a cafeicultura!

Viva Rondônia! Viva os produtores de café do meu querido Estado!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Raupp, eu parabeno V. Ex^a.

Eu conheci Rondônia ainda enquanto Território, toda aquela sua região em construção. E eu fico até com inveja do progresso – mas aplaudindo o desenvolvimento de Rondônia –, porque o meu Estado passou a Estado junto com o Estado de V. Ex^a, e eu dizia há pouco que o Estado de Roraima é um Estado que não tinha pobreza, não tinha mendigo, todo mundo tinha o seu emprego, vivia do setor primário. Chegamos a ser um dos maiores exportadores de carne bovina do Norte à época. Temos uma oportunidade de desenvolvimento maior até do que Rondônia, porque nós temos um PIB em Roraima maior que o PIB de São Paulo, considerando o PIB da Venezuela, Guiana Inglesa, Manaus etc.

E Rondônia é isso que V. Ex^a acabou de falar e muito mais. Então, sem nenhuma dúvida, é um Estado expoente, um Estado realmente do futuro, em que o povo, os gestores de Rondônia... V. Ex^a passou por esse período – e até hoje é extremamente bem reconhecido com a recondução que tem – e fala das coisas boas de Rondônia com muita emoção, com muito carinho, com muito respeito...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – ... com muita alegria, porque V. Ex^a foi Governador daquele Estado. E, quando você passa pelo Governo de um Estado, eu acho que você tem pelo Estado o carinho que tem por um filho: quer vê-lo sempre crescer; quer vê-lo sempre bem. Até digo o seguinte: não importa se você se dá bem com o genro ou com a nora, mas importa que seu filho seja feliz. Então, assim é um ex-governador: não importa quem está naquele momento tocando o Estado, mas o importante é que ele está indo num bom caminho. E Rondônia aponta nesse sentido.

Quando vejo V. Ex^a subir a essa tribuna exatamente para fazer o destaque de que o setor primário vem ali alavancando essa economia, resistindo às crises que o País está vivendo, eu só tenho que dar meus aplausos, parabenizar o povo de Rondônia, porque, quando eu olho para o meu Estado, eu fico com vontade de chorar: nós, em vez de avançar, andamos que nem caranguejo. Hoje vivemos do contracheque, do comércio, do serviço, do setor primário,...



(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – ... com uma representaçãozinha de 6%.

Parabéns a Rondônia! Mas Roraima vai chegar lá. Nós vamos limpar as aves de rapina, o que vai dar jeito lá.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado! Estamos lá prontos para ajudar Roraima. Eu sei que muitos produtores de Roraima têm ido a Rondônia comprar matrizes de gado nelore e de outras espécies para incentivar a produção lá em Roraima.

Rondônia já tem mais ou menos 14 milhões de cabeças de gado; é também, se não me falha a memória, o quinto maior rebanho de gado do Brasil, além de ser um grande produtor de café, de cacau e de pescados hoje. Talvez o maior produtor de peixe em cativeiro do Brasil já seja o Estado de Rondônia. E a soja também já está entrando – eu espero que não entre com muita força, porque a soja afugenta os pequenos produtores, e nós queremos conviver bem com os médios, os grandes, mas, sobretudo, incentivando as pequenas propriedades da agricultura familiar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Parabéns a V. Ex^a! Parabéns ao Estado de Rondônia!

Eu quero, enquanto a assessoria nos informa aqui o nome da escola dos estudantes que hoje nos prestigiam com sua visita, passar a palavra a essa guerreira mulher, a essa voz do Nordeste, do Rio Grande do Norte do meu avô Cabral, uma mulher que usa bem esse mandato, usa, na essência, 100% em defesa do povo de Natal, do povo do Nordeste, do povo do Brasil. E ela é a mãe da educação – o Cristovam é o pai, ela é a mãe.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora Fátima.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Telmário Mota, que ora preside os trabalhos, eu quero mais uma vez agradecer as palavras, como sempre, tão generosas, atenciosas e, mais do que isso, tão incentivadoras que V. Ex^a nos dedica. E quero dizer aqui também da admiração e do respeito que a gente tem pelo seu trabalho. V. Ex^a faz um mandato mais do que atuante, um mandato muito presente, sempre ali vigilante, na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo de Roraima. Mas, Senador Telmário, eu quero cumprimentar também os demais Parlamentares, os telespectadores, os ouvintes da Rádio Senado, os que nos acompanham pelas redes sociais. E quero aqui, inicialmente, Senador Telmário, mais uma vez, falar dessa infâmia, do absurdo que é essa brutal injustiça contra o Presidente Lula, dessa violência política e judicial que é essa prisão, repito, injusta e arbitraria do Presidente Lula. Ou seja, na tentativa de quererem anular a maior liderança política do nosso País e de retirá-lo da disputa político-eleitoral, eles continuam perseguindo, condenando, aprisionando o ex-Presidente Lula, sem crimes e sem provas.

Por isso, nós temos denunciado ao Brasil e ao mundo essa violência contra o Presidente Lula através dessa prisão arbitraria e injusta. Por quê? Porque ela, enfim, é calcada em cima de uma condenação que não se sustenta do ponto de vista jurídico, do ponto de vista técnico. E, por isso mesmo, essa prisão, inclusive, fere a própria Constituição, onde está escrito, no seu art. 5º, o chamado princípio da presunção de inocência, o chamado trânsito em julgado. Mas nada disso



valeu para o Presidente Lula, porque as forças conservadoras querem, a todo custo, sepultar a soberania do voto popular e tirar o Presidente Lula da disputa político-eleitoral de 2018.

Eu quero dizer que, apesar de estar preso injustamente, apesar de todo esse cerco midiático, essa perseguição política e judicial ao Presidente Lula, feita lamentavelmente com a conivência de setores do sistema de Justiça, mesmo assim, Senador Elmano, Lula é muito forte. Lula continua imbatível nas pesquisas de intenção de voto em todos os cenários pesquisados, tanto no primeiro turno como no chamado segundo turno. Ou seja, repito, por mais que tentem destruir a história do Presidente Lula, a trajetória do Presidente Lula, com calúnias, com infâmias, com injustiças, com arbitrariedades, como é, por exemplo, essa prisão do Presidente Lula, eles não conseguem apagar do coração do povo brasileiro a história e a trajetória do Presidente Lula e o legado que esse homem deixou ao Brasil em matéria de inclusão social, de um governo que governou para todos e para todas, mas que teve um olhar voltado de maneira muito especial para os mais humildes, para os mais pobres, para os excluídos da cidadania.

Por isso, repito, pesquisas são feitas, mas não conseguem, de maneira alguma, esconder a realidade. Lula continua imbatível, liderando todos os cenários, seja no primeiro turno, seja no segundo turno. O instituto Datafolha divulgou uma pesquisa ontem, no seu jornal, edição de domingo, assim como também o instituto Ipsos fez pesquisa recentemente e a divulgou.

Na pesquisa do Datafolha, simplesmente Lula tem o dobro das intenções de votos daquele que, inclusive, aparece em segundo lugar. Está aqui a pesquisa. Esta aqui é a pesquisa do Datafolha: Lula com mais de 30% e o segundo colocado com em torno de 16%. No chamado cenário de segundo turno, Lula ganha disparado de todos os seus eventuais adversários. Lula e Alckmin, do PSDB – esta é uma pesquisa do Datafolha –: Lula com 49% e Alckmin com 30%. Lula e Bolsonaro: Lula com 49% e Bolsonaro com 32%. Lula e Marina: Lula com 47% e Marina com 32%. Ou seja, Sr. Presidente, essas pesquisas deixam um recado muito claro de que, como diz o Presidente Lula, sonhos e ideias não se prendem, Senador Elmano. Volto a repetir: os sonhos e as ideias não podem ser aprisionados de maneira nenhuma. E é isso...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora Fátima, a senhora me permite um instante?

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu queria aqui... Estão, aqui nas nossas galerias, os estudantes do Ensino Fundamental da Escola Classe 303, de Samambaia, Distrito Federal. Sejam bem-vindos!

Vocês chegaram na hora da fala da maior defensora da educação e das mulheres aqui, a Senadora Fátima.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Meu abraço a vocês. (*Palmas.*)

E sigamos firmes na luta em defesa da democracia e da educação, certo?

Como eu ia colocando, os sonhos e as ideias, como diz o Presidente Lula, não podem ser aprisionados, porque eles falam muito alto. Eles falam de maneira muito forte, muito significativa.

Essas pesquisas expressam, repito, o reconhecimento que a maioria do povo brasileiro tem de que deve ser feita justiça a um homem que é considerado até hoje como o melhor e o maior Presidente que este País já teve. Isso deve ser considerado na história desse homem a quem nós devemos todas as homenagens pelo quanto ele dedicou a sua vida, seja como o menino retirante



nordestino que saiu com a família naquele pau de arara para não morrer de fome, para não morrer de subnutrição em decorrência das consequências tão impiedosas da seca naquele tempo, Senador Elmano; seja, depois, esse menino que vira o militante, o metalúrgico, o operário; seja, depois, esse rapaz que se torna um dirigente sindical, que se torna um dirigente partidário, que foi, inclusive, Parlamentar.

E, de repente, esse homem chega à Presidência de um país da dimensão do Brasil, com todas as dificuldades que o País enfrentava naquele momento, com desemprego altíssimo, inflação descontrolada. O número de pessoas excluídas da cidadania era cada vez maior. Eram tempos, inclusive, em que as nossas universidades, as que existiam, sofriam problemas de funcionamento. Eram tempos em que a educação infelizmente era tratada como se fosse gasto e não investimento. E esse homem chegou à Presidência da República, e a que o País assistiu? O País assistiu à maior revolução, do ponto de vista democrático, que o Brasil poderia vivenciar nos seus governos e no governo, inclusive, da Presidenta Dilma.

Fala, por si só, o combate ao desemprego, com mais de 20 milhões de empregos que foram gerados no governo dele. Falam, por si só, os investimentos na área de educação, com as centenas de escolas técnicas povoando, principalmente, as macro e microrregiões do interior deste Brasil, levando cidadania para a nossa juventude. Falam, por si só, as centenas, mais de uma centena de *campi* de universidade que foram abertos, 18 novas universidades, repito, fazendo com que a universidade passasse a ser também um espaço onde o filho do agricultor, do lavrador, do pedreiro, da empregada doméstica, onde o negro pobre, da periferia também tivesse o direito de realizar o seu sonho, de fazer um curso de nível superior e de ser doutor.

Então, quando coloco que esses sonhos e ideias que o Presidente Lula defende, defendeu e continua defendendo ao longo de toda a sua trajetória, são esses sonhos e essas ideias, repito, que não podem ser simplesmente aprisionados. Por quê? Porque eles estão no coração e na mente do povo brasileiro.

É por isso que a maioria do povo brasileiro, repito, inclusive, não concorda com essa prisão arbitrária do Presidente Lula, é por isso que a maioria do povo brasileiro... Pesquisa divulgada pelo instituto Ipsos revela que 73% da população acredita que os poderosos do País querem tirar Lula das eleições. E um dado aqui, inclusive, do próprio Datafolha: metade da população brasileira considera que Lula está sendo alvo de uma injustiça.

Então, quero aqui colocar, Senador Elmano, que as mobilizações populares em defesa da liberdade do ex-Presidente Lula e da democracia continuam fortes, presentes em todo o País, merecendo, claro, destaque, sem dúvida nenhuma, o acampamento levantado no chão de Curitiba, onde trabalhadores, militantes, artistas, dirigentes partidários, personalidades as mais diversas têm estado presentes – lá em Curitiba, repito, que é hoje a capital da resistência, que é hoje a trincheira da defesa da democracia no nosso País.

Quero aqui, inclusive, registrar também que amanhã estarei ao lado de diversos Senadores e Senadoras em Curitiba, onde a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que integro, conforme requerimento aprovado no último dia 11 de abril, fará uma diligência lá na Superintendência da Polícia Federal, de modo a verificar as condições de prisão do ex-Presidente Lula. Enquanto durar esse encarceramento político, nós faremos de tudo – de tudo mesmo – que for necessário para tentar assegurar a segurança do ex-Presidente Lula.

Essa comissão, repito, de integrantes da Comissão de Direitos Humanos daqui do Senado que vai estar amanhã em Curitiba foi fruto, inclusive, de um requerimento apresentado pelo Líder da



nossa Bancada, o Senador Lindbergh Farias, que já se encontra em Curitiba, num acampamento em defesa da democracia, em defesa da liberdade do Presidente Lula.

Vale aqui ressaltar que essa comissão, o Senador Lindbergh, o Senador Paim, nosso Vice-Presidente da CDH, a Senadora Regina, nossa Presidente da CDH (Comissão de Direitos Humanos) vão estar presentes. Vão estar presentes também Senadores e Senadoras de outros partidos, é uma comissão formada por 12 Senadores e Senadoras.

O que nos move, neste exato momento, é o compromisso que a gente tem com a democracia, é o compromisso que a gente tem com a liberdade. Portanto, a gente não pode se omitir de maneira nenhuma, repito, diante desse ato brutal de violência política e judicial praticado contra o Presidente Lula, com essa prisão injusta e arbitrária.

Quero dizer, Senador Elmano, que seguiremos aqui firmes, independentemente de divergências partidárias, lutando em defesa da liberdade do ex-Presidente Lula. Defender Lula, como eu já disse aqui, significa defender a democracia, defender a Constituição, até porque, fora do terreno da democracia, reina o caos e a convulsão social. Volto a repetir: fora do terreno da democracia, o que nos espera é o caos e a convulsão social. Somente no território, no terreno da democracia é que nós poderemos pacificar o País e forjar um novo projeto de desenvolvimento nacional.

É por isso, Senador Elmano, que nós continuamos firmes. Lula continua sendo o nosso pré-candidato. Nós temos até o dia 15 de agosto para inscrever a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. O Partido dos Trabalhadores, através das suas instâncias partidárias, reafirma que Lula é o nosso candidato às eleições de 2018.

Segundo, seguiremos firmes nessa luta em defesa da democracia, nessa marcha em prol da liberdade do Presidente Lula. Por isso, todas essas atividades em curso no País afora, seja no acampamento em Curitiba, aqui em Brasília, em Fortaleza, sejam atos e mais atos, sejam várias e várias iniciativas de mobilização pelo País afora, só cessarão quando, finalmente, a justiça for reparada, quando o Supremo Tribunal Federal, como guardião da Constituição Federal, julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, que tem como Relator o Ministro Marco Aurélio, e restabelecer o respeito à Constituição, ao art. 5º, que trata do princípio da presunção de inocência; portanto, a justiça ser feita, ser reparada e Lula ser libertado.

Por fim, Senador Elmano, eu pediria a V. Ex^a só um pouquinho de tempo, porque eu queria agora, evidentemente, tratar também dos problemas lá do meu Estado, Senador Paim, porque, assim como no resto do Brasil, é o que não falta, até porque vivemos tempos de um governo que não tem compromisso com a maioria da população brasileira, um governo que, infelizmente, vem adotando uma agenda de retirada de direitos, de ataque à soberania nacional. Um governo cujo olhar é para a banca, é para os banqueiros. Tudo aos banqueiros. E para a maioria do povo brasileiro nada!

É bom lembrar que nós vivemos tempos de Emenda 95, o ajuste fiscal mais cruel da história política, econômica, do nosso País. Eu falo de um ajuste fiscal calcado numa lógica que foi a Emenda 95, aprovada pela maioria do Congresso Nacional, que simplesmente congelou os gastos, nas áreas sociais, pelos próximos 20 anos. Que tirou, inclusive, o piso mínimo da educação e da saúde.

É por isso que... Ao que é que nós estamos assistindo, nesse exato momento, por exemplo, lá no meu Rio Grande do Norte? A um problema que, desde o início do ano, vem afligindo e revoltando a população lá, do Rio Grande do Norte. Eu me refiro ao fato de o Rio Grande do



Norte ter sido excluído do plano de trabalho do chamado Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido, por parte do Ministério do Desenvolvimento Social.

Veja bem, Senador Elmano: o Estado do Rio Grande do Norte, através da ASA, que o senhor conhece, a Articulação do Semiárido, a seção potiguar, participou de uma Chamada Pública de nº 3, de 2017...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e essa chamada pública foi exatamente para selecionar projetos de implementação de tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano, não só nas casas localizadas na zona rural, mas também para as escolas, porque esse é o perfil, exatamente, do Programa Um Milhão de Cisternas, programa esse vitorioso, programa esse iniciado no governo do Presidente Lula, programa esse premiado internacionalmente, pelo caráter, do ponto de vista social, que esse programa tem, de simplesmente contribuir decisivamente para a população do Semiárido nordestino, uma população que passa por um ciclo, Senador Paim, de seis anos seguidos de seca.

Aliás, as consequências dessa seca não foram tão impiedosas, como eram no passado, como aqui me referi, graças a políticas como essa, Um Milhão de Cisternas, Bolsa Família, legados dos governos do PT, que não podem ser apagados da história, em prol da cidadania e da dignidade do povo nordestino e do povo do Brasil.

Pois bem. Simplesmente, repito, o Rio Grande do Norte participou dessa chamada pública, foi selecionado, e simplesmente, agora, sem nenhuma explicação plausível, o Ministério do Desenvolvimento Social excluiu o Rio Grande do Norte. A ASA potiguar nos procurou, junto com a Bancada Federal do nosso Estado – é importante aqui dizer isso. Estivemos duas vezes, já, no Ministério do Desenvolvimento Social. Conversamos lá, inclusive com o Sr. Caio, que é o titular da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Fomos lá cobrar. Isso é um absurdo! Como é que o Rio Grande do Norte é selecionado no Programa Um Milhão de Cisternas, através da ASA potiguar, e agora, simplesmente, ele foi excluído do programa?

Estivemos lá duas vezes, Senador Elmano: precisamente em fevereiro e agora, em março. É evidente que o Secretário Nacional de Segurança Alimentar foi bastante atencioso, mas, infelizmente, colocou-nos que o problema é falta de dinheiro, é falta de orçamento. E até o presente momento o problema não foi solucionado.

Tanto é, Paim, que eu quero aqui dar conhecimento de duas cartas: na primeira, os bispos do meu Estado, Senador Paim, estão aqui, em carta... Bispos potiguares cobram do Governo Federal e da Bancada federal esforços para a liberação de R\$10 milhões do Programa de Cisternas; a outra carta é da Femurn. A Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte e a Assembleia Legislativa devem-se somar à luta dos bispos potiguares, para que o Rio Grande do Norte não seja excluído do Programa Um Milhão de Cisternas.

Aliás, o Deputado Fernando Mineiro, meu companheiro do Partido dos Trabalhadores, estará pautando esse tema na sessão desta terça-feira, na Assembleia Legislativa, quando esta, a exemplo dos bispos e da Femurn, também vai se posicionar, exigindo uma solução imediata por parte do Governo Federal.

Eu quero concluir, Senador Elmano – permita-me aqui –, trazendo ao conhecimento alguns trechos da carta assinada pelos nossos arcebispos de Natal e do Rio Grande do Norte.



Diz a carta dos arcebispos: "Excluir o Rio Grande do Norte de mais uma oportunidade de executar as tecnologias sociais de convivência com o Semiárido é contribuir para o agravamento ainda mais da escassez de águas para as famílias que vivem da agricultura familiar, no momento em que o Estado atravessa um dos piores ciclos de seca, que já perdura por seis anos."

Tanto é, que eu já disse aqui diversas vezes: dos 163 Municípios do Rio Grande do Norte, nada mais nada menos que 95 estão sem água, já que suas fontes de abastecimento entraram em colapso total.

É importante aqui ressaltar também que, por diversas vezes, o Rio Grande do Norte tem decretado estado de emergência – repito –, em decorrência da estiagem, desse período prolongado de seca...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– ... lá no Semiárido nordestino.

Por isso, dizem os bispos:

O Programa de Cisternas, sem dúvida nenhuma, tem se mostrado eficiente e eficaz, não somente para armazenar a águas das chuvas, mas também para dar suporte na distribuição de água transportada pelos carros-pipa. Por essa razão é que reconhecemos a necessidade de somarmos esforços com todas as forças vindas da sociedade civil e os agentes políticos do nosso Estado, para reivindicar, do Ministério do Desenvolvimento Social, os recursos financeiros necessários para a execução das cisternas, conforme [aquilo que tinha sido] previsto no edital.

Então, eu quero aqui colocar que há pouco falei com o coordenador da Bancada federal do Rio Grande do Norte, o Deputado Felipe Maia, que inclusive faz parte da Base que dá sustentação ao Governo que está aí, e...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– ... disse a ele da necessidade imperiosa que ele solicite, em nome da Bancada, novas audiências, desta vez com o Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, e com o novo Ministro do Planejamento. Que nessa ocasião possamos entregar a carta dos bispos, que fala em nome do povo potiguar, fala em nome especialmente da população da zona rural, bem como entregar a carta da Femurn, a carta da Assembleia Legislativa, e exigir uma resposta.

Nós não podemos, de maneira nenhuma, Senador Paim, aceitar mais esse ato criminoso do Governo ilegítimo que está aí para com o Nordeste, em especial para com o povo do meu Estado. Tenham vergonha! Dinheiro não falta! Quando é para abrir as portas para os banqueiros, o Governo do Sr. Michel Temer sabe fazer isso muito bem. Tanto é, que através de medidas provisórias enviadas a esta Casa...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– ... eles patrocinaram o perdão de dívidas para os grandes banqueiros, para os poderosos... *(Fora do microfone.)*... através dos chamados Programas de Refinanciamento das Dívidas, de isenções, de anistias, de perdão para os grandes banqueiros, para os poderosos. Aí, de repente, está negando



R\$10 milhões apenas, que vão atender à população da zona rural do meu Estado, através de um programa tão importante como esse, que é o Programa Um Milhão de Cisternas.

Então, aqui repito mais uma vez todo o nosso compromisso, somando-nos com a carta dos bispos, da Femurn, da Assembleia Legislativa. E mais uma vez quero dizer que a Bancada federal, especialmente a que dá sustentação ao Governo, cobre deste Governo uma posição definitiva, para que o Rio Grande do Norte tenha esse convênio liberado, para que o Programa...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... Um Milhão de Cisternas possa não só ter continuidade no Rio Grande do Norte, mas também para que ele possa ser ampliado.

Nós não estamos falando aqui dos recursos que foram destinados para o Governo do Estado. Isso é uma coisa importante. Nós estamos falando aqui é do calote que o Governo Federal, ilegítimo, que está aí, está querendo dar, nesse exato momento, nos agricultores do meu Estado, na população que habita na zona rural, bem como nos estudantes cujas escolas precisam dessas cisternas. Por isso é que nós não vamos aceitar esse calote, mais esse descaso do Governo ilegítimo. E esperamos que isso seja resolvido o mais breve possível e que os recursos sejam liberados para a ASA Potiguar, para que o Programa Um Milhão de Cisternas possa ter continuidade e ser ampliado.

Obrigada, Senador Paim, Senador Elmano.

Desculpem-me. Eu me estendi. É porque...

(Durante o discurso da Sr^a Fátima Bezerra, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

(Durante o discurso da Sr^a Fátima Bezerra, o Sr. Elmano Férrer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Ficou dentro do limite. Ficou no limite.

Passamos a palavra de imediato, porque ele tem um compromisso em seguida, ao Senador Elmano Férrer.

Enquanto ele vai à tribuna, eu vou ler mensagem que está sobre a mesa.

A Presidência lembra aos Senadores e Senadoras que o Senado Federal está convocado para uma sessão de debate temático, a realizar-se no dia 17 de abril, destinada a discutir "Proteção, tratamento e uso de dados pessoais", referente ao Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2013, nos termos do Requerimento nº 133, de 2018, do Senador Ricardo Ferraço e outros Senadores.

Mensagem da Presidência da República nº 20, de 2018 (161, de 2018, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Sr^a Carolina de Assis Barros, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

A matéria vai à CAE.

Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Elmano Férrer, para o seu pronunciamento, pelo tempo necessário.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores.



Ocupo hoje esta tribuna, Sr. Presidente, para fazer algumas considerações sobre a situação dramática que muitos piauienses vivem neste exato momento.

Após sete anos de profunda estiagem, estamos experimentando uma drástica realidade oposta. Verdadeiros temporais têm castigado grande parte do Estado, quase que diariamente. Ainda que demasiadas, as chuvas são bem-vindas. Fazem ressurgir a vida e a esperança no campo, sobretudo e especialmente no Semiárido piauiense.

Em novembro passado, fiz uma viagem expedicionária a diversas barragens do Piauí e encontrei situações calamitosas. As chuvas deste ano estão transformando aquele cenário que eu vivi no final do ano próximo passado. Cito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, três exemplos: o Açude Cajazeiras, em Pio IX, que, por sinal, é um açude que armazenava uma capacidade máxima de 24,7 milhões metros cúbicos, há três anos está seco, profundamente seco. Inclusive, eu estive na bacia, onde deveria estar a parte hidráulica. E, hoje, esse açude tem armazenado, depois de muitas chuvas, apenas 4% de sua capacidade. No Açude Estreito, em Padre Marcos, o volume foi de 6% para 21%. E em Piaus, que é outra grande barragem, de 104 milhões de metros cúbicos, passou de 4% de sua capacidade para 17%. É um alívio para as dezenas de cidades onde o racionamento e a falta de água são uma constante rotina.

Apesar disso, Sr. Presidente, a situação do Semiárido continua crítica. Infelizmente, as chuvas intensas têm incidido em poucas regiões do nosso Estado. O período chuvoso no sertão cessará nas próximas semanas, e os volumes das barragens não atingiram níveis minimamente aceitáveis. É o caso das barragens de Cajazeiras, no Município de Pio IX, com os já citados apenas 4% de seu volume máximo de água, e do da Barragem de Barreiras, na cidade de Fronteiras, com apenas 3% de sua capacidade máxima.

Aliás, grandes dramas têm acompanhado essas chuvas torrenciais. A fragilidade de nossas barragens está, sobretudo, colocando em risco uma significativa parcela da população.

Nos últimos dias, o risco de arrombamento da Barragem do Bezerro, no Município de José de Freitas, a 54km de Teresina, com 10 milhões de metros cúbicos de água, foi destaque na mídia nacional.

Essa ameaça e o aumento no nível do Rio Poti e do Rio Parnaíba já puseram em alerta 11 Municípios no norte do Estado. Já são mais de 34 mil pessoas em situação de risco nos Municípios de José de Freitas, Lagoa Alegre, Cabeceiras, Barras, Batalha, Esperantina, Luzilândia, Joca Marques, Madeiro, Piracuruca e Buriti dos Lopes.

Nos últimos dias, Sr. Presidente, entrou também em situação de alerta a Barragem do Emparedado, em Campo Maior, com seus 10 milhões de metros cúbicos. Essa barragem, devido a infiltrações na parede do sangradouro, entrou na lista de barragens a serem objeto de ações emergenciais do Governo do Estado, através do Instituto do Desenvolvimento Econômico do Piauí.

A maior preocupação agora talvez seja o risco de rompimento da gigantesca Barragem de Pedra Redonda, cujo nome hoje é Joaquim Mendes, na cidade de Conceição do Canindé, com capacidade de 216 milhões de metros cúbicos, que já está com 81% do seu volume máximo. Ou seja, estão armazenados naquela barragem 175 milhões de metros cúbicos. Essa barragem apresenta sérios problemas estruturais em suas paredes, em seu barramento. E, caso uma tragédia ocorra, até 37 mil moradores podem ser afetados gravemente não só na cidade de Conceição do Canindé, mas em outros Municípios, como Simplicio Mendes, Isaías Coelho e São Francisco de Assis.



A Região Nordeste, meu nobre Presidente Paim, é marcada pelas limitações impostas pelas irregularidades pluviométricas. Isso nos faz dependentes dos grandes reservatórios de acumulação de água para sustentar e promover o bem-estar da população. Mas, mesmo diante de inquestionável importância, percebe-se um desleixo inconcebível com essas obras hídricas.

A falta de compromisso da administração e as constantes restrições financeiras culminam em manutenção precária ou abandono das barragens. Aliás, Sr. Presidente, é bom que nós destaquemos aqui um relatório feito pela ANA, Agência Nacional de Águas.

Esse relatório, que se refere ao período, aliás, ao ano de 2016, traz contundentes preocupações. Sabemos que, ao longo dos últimos 100 anos, se construíram barragens importantes, uma barragem – no caso específico de uma barragem lá do Ceará, cujo nome não me ocorre aqui – de 6,7 bilhões de metros cúbicos.

São grandes barragens. Constroem-se essas barragens e se fazem investimentos maciços de bilhões de reais, e essas barragens são abandonadas. Ou seja, não há, por parte do Governo Federal nem do Governo estadual, pessoas para se manterem naquele local e fazer os devidos serviços de manutenção e conservação.

Hoje, nós temos, segundo esse relatório da ANA, encaminhado a esta Casa no ano passado, por exemplo, que, no nosso caso, do Estado do Piauí, foram monitoradas, fiscalizadas, acompanhadas, vistoriadas 39 barragens, das quais 31 estão em situação de risco, de risco iminente. Temos hoje o serviço emergencial na Barragem do Bezerro. Temos também, na iminência, duas outras barragens: uma, na Região Norte, emparedada, no Município de Campo Maior; e uma outra barragem, com 216 milhões de metros cúbicos, como eu citei, no Município de Conceição do Canindé.

Vejamos, há exatamente 9 anos, em 2009, a Barragem de Algodões 1, lá no norte do Estado, foi arrombada, e várias pessoas morreram. Hoje, ainda outras estão sendo indenizadas, e não se toma nenhuma providência.

Essas barragens são construídas com investimento altíssimo da sociedade. Feita e concluída a obra... Aliás, nem os objetivos que fundamentaram a aplicação dos recursos, a viabilidade econômica mereceu o destaque que deveria ter. Ou seja, do investimento feito, do retorno que deveria haver que são exatamente, à jusante da barragem, os projetos de irrigação.

Então, Sr. Presidente, dando continuidade...

Aliás, isso traduz uma grande preocupação não só nossa do Piauí, mas do Ceará. Por sinal, o Ceará tem a melhor política de recursos hídricos do Nordeste. É um exemplo, inclusive, para o Brasil. (*Pausa.*)

Se V. Ex^ª quiser registrar a presença...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço, Senador Elmano Ferrer, que é Senador pelo Piauí do Podemos.

Estão aqui conosco alunos do Curso de Direito da Facape de Petrolina, Pernambuco. Sejam bem-vindos à Casa. Vocês estão ouvindo neste momento o Senador Elmano. Em seguida, já anunciou que vai falar o Senador Paulo Rocha.

Sintam-se em casa.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Desejando também boas-vindas às esperanças do Brasil de amanhã, eu queria dar continuidade, Sr. Presidente.



Na sessão de abertura, Sr. Presidente, deste ano legislativo, eu fiz um pronunciamento em que elenquei uma série de mazelas que o Piauí enfrenta e indiquei possíveis caminhos para enfrentá-las. Destaquei que a palavra-chave dessa transformação é planejamento, aquele a que me referi há pouco tempo.

O desastre a que nós estamos assistindo... Aliás, já que estamos tratando de um grupo de estudantes de Direito, lembro-me de que a Sudene, concebida àquela época por Celso Furtado, em um momento como este, tinha programas emergenciais, quer seja para secas, quer seja para enchentes. E é o caso específico que estamos vivendo: estamos saindo de um momento de seca e, agora, de inundações.

Hoje, o planejamento não existe mais em nosso País; vivemos de improvisação – há um fato, e nós agimos como bombeiros, e não como planejadores. O planejador antecede a catástrofe, e é o que está acontecendo lamentavelmente em nosso País, em muitos Estados da nossa Federação.

O planejamento é uma ideia simples, mas que parece ter sido esquecida pelas administrações públicas há muito tempo, quer seja na União, quer seja nos Estados-membros da Federação, e até aqui na Capital da República, aqui no Distrito Federal.

A falta de planejamento, Sr. Presidente, produziu um quadro crítico. Nossas barragens, nossos açudes representam hoje sérias ameaças à população. Em 2009, uma tragédia, aliás, já repeti, a tragédia na Barragem de Algodões, no Município de Cocal, com 50 milhões de metros cúbicos de água, deixou um rastro de destruição e mortes.

Hoje, Sr. Presidente, ações emergenciais são tomadas para evitar a ruptura da Barragem do Bezerro, a que me referi aqui há poucos instantes. Situações como essas não são acidentes; são problemas decorrentes da gestão pública, que é o grande drama deste País – gestão, sobretudo, da coisa pública – e da governança, que contribuem para a grave crise que nós estamos atravessando no momento.

O Relatório de Segurança de Barragens, Sr. Presidente, da Agência Nacional de Águas, avaliou 35 – aliás, já me referi a isso – barragens no Piauí e classificou 31 delas como em situação de risco, o que traduz em um preço que pagamos por não termos um plano de segurança hídrica adequado, como o nosso vizinho, o Estado do Ceará, o tem.

É urgente, portanto, a implantação efetiva de um amplo programa de segurança de barragens, englobando vistorias periódicas, projetos de recuperação, de execução de obras, de recuperação e implantação, também e sobretudo, de uma estrutura institucional, com corpo técnico qualificado para realizar as ações de operação e manutenção desses barramentos.

É inadmissível, Sr. Presidente, gastarmos milhões na construção de uma barragem e não dispormos sequer de vigias para a preservação do patrimônio. Infelizmente, a tragédia de Algodões, que se deu, repito, no ano de 2009, não foi suficiente para conscientizar os governantes da necessidade de manutenção dos barramentos ou reservatórios.

Resultado, Sr. Presidente: agora, após nove anos, enfrentamos a mesma angústia de não sabermos se a Barragem do Bezerro resistirá a este período chuvoso. Acrescento: não só, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Barragem do Bezerro, mas também a Barragem de Pedra Redonda e a Barragem do Emparedado, uma na zona norte, outra na zona sul do Estado do Piauí.

É um caso simbólico, que vem sendo alertado às autoridades do Estado e do Governo Federal há mais de um ano. E só agora, na iminência de uma tragédia, são tomadas providências, em



caráter emergencial. Quase 400 famílias já abandonaram suas casas em áreas de risco e estão provisoriamente abrigadas em escolas públicas.

Vem, então, a pergunta: além da Barragem do Bezerro, quantos e quais outros barramentos também apresentam problemas graves? E o Relatório, Sr. Presidente, da Agência Nacional de Águas está aqui. Esse Relatório já foi encaminhado a esta Casa, e nenhuma providência tem sido tomada. Nova Mariana poderemos ter no Nordeste; não como reservatório de rejeitos minerais, mas reservatório de água para abastecer cidade e abastecer pessoas. Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia e o próprio Piauí têm barragens, muitas na iminência de serem tragadas pela não recuperação e providências por parte do Governo.

Na expedição, Sr. Presidente, que eu fiz recentemente – aliás, foi em janeiro –, detectamos falhas estruturais graves, como fissuras, em barragens, no barramento – barragens que contêm 50 milhões de metros cúbicos de água, 106 milhões de metros cúbicos de água; barragens construídas na seca de 1958 e que não tiveram, ao longo de dezenas de anos, a assistência que deveriam ter. Quer dizer, é grave essa situação, o que traduz a falta de planejamento e a falta de continuidade administrativa que tem infelizmente caracterizado a Administração Pública nos Estados e, sobretudo, na União. Daí a importância do planejamento, repito.

Por fim, Sr. Presidente, eu me referia aqui a um caso que, aliás, é simbólico e que vem sendo alertado às autoridades... Aliás, eu já fiz esta colocação de que, na expedição que fiz, detectei falhas nas barragens. Já fiz aqui esse rápido comentário.

De outra parte, Sr. Presidente, a falta de manutenção de nossas barragens é um problema crônico no Piauí, e, sem um programa estruturado de segurança de barragens, nunca teremos informações precisas de salvaguarda do povo piauiense. Tal quadro é inaceitável e exige um enfrentamento rápido e responsável.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, feitas essas colocações, concluo reforçando o pedido para que as autoridades do meu Estado e do Governo Federal protejam nossa população e planejem os próximos passos no sentido de antever e prevenir situações como esta.

Sr. Presidente, eram essas as nossas palavras pronunciadas na tarde de hoje.

Obrigado pela atenção e pela tolerância em relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Elmano Férrer, pelo seu pronunciamento, com a competência de sempre.

De imediato, passo a palavra ao Senador Paulo Rocha para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqueles que estão nos acompanhando e nos ouvindo pelos nossos serviços de comunicação, eu quero comentar os últimos acontecimentos, principalmente pós-prisão do companheiro Lula e, agora, com as recentes pesquisas feitas, que são matéria e instrumento de análise dos vários grupos de comunicação, cada um com a sua visão e cada um com a sua estratégia de, a partir da sua análise, fortalecer esse ou aquele grupo, ou enfraquecer o nosso Partido e enfraquecer o próprio Lula.

Está claro para todo mundo, inclusive para os "paneiros" e aqueles que foram às ruas brigar contra o nosso governo: que eles foram mobilizados pela narrativa da questão da corrupção desenfreada no País, e que, portanto, a sociedade deveria movimentar-se porque a corrupção tinha tomado conta do governo e do nosso País, etc. Essa foi a narrativa para depois justificar o golpe



parlamentar, que ao final se deu, tirando a Presidenta legitimamente eleita pelo povo brasileiro. E aqueles que perderam as eleições – principalmente o Senador Aécio Neves, que, não se conformou com a perda – usaram métodos e um processo conspirativo para mobilizar, combinado com a narrativa da Globo de combate à corrupção, setores da sociedade contra nós. Processou-se uma maioria parlamentar, mobilizada naquela época e articulada pelo Presidente de então da Câmara Federal, Sr. Cunha, para, com as chamadas pautas-bombas, dificultar o início do segundo mandato da nossa Presidenta Dilma.

O que aconteceu de lá para cá está ficando muito claro: esse processo foi exatamente para arrancar do poder um governo e uma frente de partidos vanguardada pelo PT para promover mudanças importantes no nosso País. Daí, quando nós iniciamos a governar o País, com o *slogan* Governo para Todos, foi exatamente para mostrar para o nosso País, para o nosso povo que este País, com tanta riqueza, tem condições de ter um processo de desenvolvimento e de crescimento econômico com distribuição de renda, geração de emprego, com políticas públicas para o cidadão. Nós não aceitamos a ideia de que haja cidadãos de primeira, de segunda, de terceira, de quarta categoria no nosso País. Um país com condições de riqueza, desenvolvimento e um grande potencial de crescimento econômico pode, sim, criar as condições para se tornar uma nação onde todos sejam cidadãos.

Esse sempre foi o nosso objetivo. Essa sempre foi a nossa proposta de governar o País. E o fizemos. Estão aí as políticas públicas que nós conseguimos implementar, como o Bolsa Família. A elite que pediu o golpe já nos condenou desde o início porque dizia que aquela era uma política para alimentar vagabundos, preguiçosos. Pois bem, era uma política para poder criar condições para as famílias pobres manterem os filhos na escola. Havia critérios, inclusive, para receber o benefício: as crianças tinham que obter uma nota mínima para continuarem com o Bolsa Família. Há gente até que virou doutor: adicionado com outras políticas públicas, a partir do Bolsa Família, chegou à universidade, recebeu o ProUni, o Fies. Foram políticas públicas que permitiram muitos cidadãos terem acesso aos estudos e se tornarem doutores.

Por isso é que hoje estão aparecendo muitos engenheiros, muitos médicos, enfim, muitos profissionais de todas as profissões, filhos de pedreiros, filhos de negros, que saíram da periferia beneficiados pelas políticas públicas. E é por isso que há o aumento do número de universidades, porque nós criamos mais de 18 universidades no País, além dos institutos federais, para também avançarmos na interiorização da formação de técnicos. Só lá no meu Estado, Senador Paim, há cem anos nós só tínhamos uma universidade, e foi a partir do governo Lula que nós criamos mais três e criamos o Instituto Federal, que agora está localizado no interior afora do Pará em cerca de dez polos de Municípios estratégicos para a formação de técnicos com nível superior.

E avançamos em políticas públicas com o Minha Casa, Minha Vida; o Luz Para Todos; o Mais Médicos; o Mais Creches. Foram políticas públicas de inclusão e um processo de desenvolvimento que gerou 22 milhões de empregos.

E fomos mais longe. Para a gente recuperar essa possibilidade de também estar incluído no desenvolvimento mundial, nós fomos vanguarda de um processo de desenvolvimento mundial inclusive na questão da soberania do nosso País, evitando a criação da Alca na América Latina, ajudando a criar o G20. E ousamos mais ainda: avançamos e criamos os BRICS. Não é à toa que o B de BRICS é B de Brasil. Portanto, somos um país que chegou a este nível de se aliar em BRICS: B de Brasil, R de Rússia, I de Índia, C de China e S de África do Sul. E avançamos num



processo inclusive da criação de outro banco mundial de desenvolvimento, para poder alavancar outros países em desenvolvimento.

Então, foram esses avanços e conquistas que nós construímos no nosso País a partir dos nossos governos.

Pois bem, agora está muito claro que o golpe, apesar da narrativa da Globo, não foi para combater a corrupção, mas exatamente para resgatarem o poder político do País e para eles voltarem a implementar as suas políticas do velho neoliberalismo, que também já estava caindo em outros países centrais, como na América do Norte, a partir dos Estados Unidos, e na Europa, a partir do chamado núcleo do Euro, que estava falido.

Por isso eles precisam tomar conta de novo dos países que são ricos em *commodities*. Eles querem impor uma política interna para os nossos países, através do processo de exportação no controle dos bancos internacionais, do capital financeiro; querem impor políticas no nosso País se contrapondo a uma política de capital nacional, que fortalece o setor produtivo.

É o setor produtivo que gera emprego, é o setor produtivo que gera a possibilidade de desenvolvimento nacional. Por isso, nosso País está aí.

Aliás, a receita que logo o Temer implementou pós-golpe foi exatamente isto. Qual é? Aquela velha cartilha: reduzir orçamento – por isso a PEC que apelidamos de "fim do mundo", para cortar orçamento público – e reduzir direitos. É aquela velha máxima, Paim – e nós entramos para o movimento sindical exatamente para nos contrapormos a isto –, de que os trabalhadores têm muitos direitos neste País e isso impede o desenvolvimento.

Então, é essa velha máxima contra a qual nós nos rebelamos desde lá, no chão da fábrica, no processo de construir um sindicalismo forte, para processar, cada vez mais, a proteção da relação capital e trabalho. Pois bem, essa é a cartilha que está sendo implementada.

Então, companheiros e companheiras, aqueles que estão nos assistindo, outra coisa que eles queriam fazer é acabar com a nossa raça. Isso veio, num primeiro momento, lá na época do mensalão, e foi dito pelo Bornhausen. Ele disse assim: "Nós vamos aproveitar este momento e vamos acabar com essa raça".

Então, eles querem acabar com a nossa raça, querem acabar com o PT, querem abater... Tiraram a Dilma e queriam – como se chama? – a taça. A taça que eles queriam era exatamente a prisão do Lula. E foram fazendo isso.

Para isso, eles ganharam parte do Judiciário e parte do Ministério Público, para poder criminalizar a política e principalmente os políticos que estavam no poder, principalmente o Partido dos Trabalhadores, principalmente o Lula. Tem que se criminalizar, tem que se mostrar na narrativa que eles é que são corruptos. "Foi, a partir do governo do PT, que surgiu a corrupção no País", dizem eles, diziam eles. Então, escancarou-se toda essa investigação contra nós, de uma forma seletiva, de uma forma organizada, combinada com a propaganda.

Naquela prisão, naquela condução coercitiva do companheiro Jaques Wagner, a Globo chegou antes de a Polícia Federal chegar. Não combinaram direito o horário – "Olha, nós vamos chegar a tantas horas, chegue depois". Então, tal era a combinação do processo.

E não é à toa que eles já foram para cima do Lula. Como já estavam criminalizando o Lula e se dizia que Jaques Wagner poderia ser o substituto do Lula, eles foram para cima do Jaques Wagner.

Então, isso tudo está ficando às claras, está sendo desmascarado o próprio Judiciário. Quando o Lula, lá no início, disse que o nosso Supremo estava acuado, todo mundo, até



internamente, achou isso muito forte – estava acuado. Está aí: a Rede Globo é que dita os votos dos nossos ministros, antecipa o voto dos nossos ministros.

E agora fica mais claro ainda que, depois da prisão do Lula, o Santo, que é o principal... Parece que eles estão encontrando um candidato que possa disputar com a gente, que é o Alckmin, porque já experimentaram o Doria, já experimentaram o Huck, já experimentaram não sei quem mais. E agora parece que estão tentando consolidar o Alckmin. A Justiça já tirou o Alckmin da lista dos investigados da Lava Jato, para que ele seja investigado lá no TRE de São Paulo.

Então, está muito claro que o centro da questão do nosso País que levou ao *impeachment*, às investigações da Lava Jato e a esse processo que se implementou contra o companheiro Lula, que foi um processo dirigido...

Olha só, nas instâncias superiores, um julgamento desse, uma investigação dessa passa cinco, dez, vinte anos para chegar às instâncias superiores. O caso mais gritante foi o do Maluf, passou cinquenta anos. O do Mensalão do PSDB, que aconteceu antes do PT... Todos nós fomos condenados. Agora, chegou à segunda instância o do PSDB de Minas Gerais, está condenando, mas não foi preso, depois de quinze anos. E o processo do Lula chegou às instâncias superiores em apenas seis meses. E já o prenderam.

Então, tudo isso – o poder econômico, principalmente do capital financeiro; o poder de manipulação das opiniões públicas, principalmente vanguardado pela Rede Globo; o poder policial e autoritário de parte do Judiciário e de parte também do Ministério Público – levou a esse processo. Mas mesmo assim não nos abatem, não nos calam, não acabam com a nossa raça. Está aí o resultado das pesquisas: Lula, mesmo preso, ganha as eleições neste País.

Os outros aí, o tal de Santo, está lá na rabeira, como a gente diz no meio da peãozada, ele é o fona, ele é o derradeiro, enquanto o companheiro Lula vanguarda e aparece nas pesquisas em qualquer cenário que eles colocam, inclusive no primeiro e no segundo turno, e pode correr o risco de ganhar no primeiro turno.

Por isso, a gente reafirma, e não são as pesquisas que dizem, é o povo brasileiro: o Lula é candidato a Presidente da República. Não há plano B, plano C, plano D, é plano L, plano Lula...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... para ver se a gente resgata, primeiro, a democracia; segundo, a soberania do nosso País perante outros povos; terceiro, a possibilidade de este País ser realmente um país para todos, em que a gente não veja de novo nos jornais ou nas pesquisas do próprio Governo que a miséria está voltando ao lar dos pobres brasileiros. As ruas das grandes capitais estão enchendo de novo de pedintes, estão enchendo de moradores de rua, estão enchendo de novo de crianças pedindo nos sinais deste nosso País.

Por isso, companheiros e companheiras, nós queremos dizer para vocês e para todos aqueles que estão nos assistindo que nós...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... vamos enfrentar este momento difícil por que o PT está passando, por que a nossa Liderança maior está passando, numa prisão, inclusive, solitária.



Aliás, amanhã, nós vamos, cerca de dez ou doze Senadores, a Curitiba, representando uma comissão que nós conseguimos passar aqui no Senado, uma comissão externa, a partir da Comissão de Direitos Humanos, que vocês dois presidem. Hoje a Senadora Regina preside essa Comissão. Nós vamos lá averiguar as condições humanas e de prisão em que o companheiro Lula está vivendo lá, porque eles querem isolá-lo, querem calá-lo, querem impedir que o Partido dos Trabalhadores volte a governar este País, porque eles sabem que, se colocarem o nome do Lula nas urnas e as abrirem, ele será o novo Presidente da República deste País. É isso que incomoda alguns.

E nós estamos aqui de cabeça erguida, porque nós podemos ter cometido alguns erros, como Parlamentares, como prefeitos onde nós fomos prefeitos, como governadores onde nós fomos governadores, o próprio Lula como Presidente da República, mas nós não traímos a classe trabalhadora, nós não mudamos de lado, nós não cedemos aos poderosos. Nós cumprimos o nosso papel a que nós nos propusemos como Partido dos Trabalhadores, que era transformar este País numa nação...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... onde todos fossem cidadãos, com dignidade. O que nós queremos é que o trabalhador tenha dignidade e que a sua família tenha felicidade. É por isso que nós brigamos e é isso que nós queremos.

É por isso que nós queremos que o Lula seja livre para ter condições de disputar essas eleições de igual para igual com todos, para que possamos voltar a governar este País e que a relação entre as pessoas, a relação entre as entidades, a relação entre as estruturas sejam uma relação de solidariedade, uma relação de uma sociedade onde as relações sejam voltadas para o respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha, eu queria convidar V. Ex^ª, porque eu tenho uma gravação às 16h10, se puder, para presidir para a Senadora Regina usar a palavra.

Antes, porém, quero fazer, aqui da Presidência, o registro de uma mensagem que recebi do Sindicato dos Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais do Estado do Rio Grande do Sul (Sagers), que pede ajuda sobre o prejuízo que será causado ao Estado e à agricultura gaúcha com a extinção da Companhia Estadual de Silos e Armazéns. Eu faço esse apelo aqui, pois o prejuízo é enorme. A sociedade agrícola do Rio Grande do Sul não quer o fechamento da Cesa. Por esse motivo, pedimos a retirada, lá no Rio Grande, do regime de urgência do PL 248, de 2017, que está tramitando na Assembleia Legislativa. Isso só trará prejuízos para o Estado e para a União.

Deixo também por lido aqui, meu querido Presidente, Paulo Rocha, a minha visão sobre o salário mínimo. Se chegou a R\$1002, foi devido à política que nós adotamos no passado, da inflação mais PIB. É claro que queremos muito mais. Mas aqui nós registramos que, se ultrapassou os R\$1000, foi porque, nos governos Lula e Dilma, nós aprovamos que o salário mínimo cresceria a inflação mais PIB. Isso é lei e tem que se cumprir.

Passo a palavra ao meu querido amigo e a partir de agora Presidente da sessão, Senador Paulo Rocha.



(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Vamos dar continuidade à sessão, tendo como a próxima oradora a Senadora Regina Sousa, do PT, do Piauí.

Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, na verdade, eu quero fazer algumas comunicações.

Acabei de desembarcar do meu Estado. A primeira delas é uma preocupação nossa, ou seja, nós que rezamos tanto para chover agora estamos sofrendo com o excesso de chuvas. Nós estamos com alguns Municípios em que algumas famílias estão sendo retiradas de suas casas porque os rios tomaram... Isso ocorre no Município de Esperantina, no Município de Campo Maior. No Município de José de Freitas, foi a Barragem do Bezerro que estava ameaçando romper, mas, felizmente, foram tomadas providências com relação à barragem em si, mas isso não impediu que as pessoas também sofressem alagamentos, porque a barragem pegou muita água. E outros Municípios já começam a se preocupar, como Luzilândia, por exemplo. Os que estão na beira do Rio Parnaíba começam a se preocupar se o rio continuar ganhando água como está.

Ontem, houve a visita do Ministro da Integração lá – o Governador levou o Ministro para ver –, que se comprometeu a ajudar. Inclusive, o Governador tem uma reunião de trabalho aqui amanhã, já a partir dessa visita do Ministro da Integração. Então, só solidarizar.

O que é mais lamentável é que a gente está com tanta água, mas, em setembro, a gente sabe que o carro-pipa vai estar de novo distribuindo água para a população, porque a gente não tem mecanismo, tecnologia para guardar água da chuva. A única tecnologia que existe é a cisterna. E nem todas as pessoas da zona rural, principalmente, têm cisterna e, por isso, a água não é guardada. As cisternas encheram em fevereiro. Elas estão cheias desde fevereiro. Então, precisamos também pensar nisto: uma forma de armazenar água da chuva.

Hoje eu queria falar também da ocupação do triplex que dizem que é do Lula. O MTST fez muito bem. Aliás, o Lula tinha dito a eles: "Já que estão dizendo que é meu, podem ocupar. Eu dou para vocês." Então, hoje o MTST ocupou o triplex lá no Guarujá. E agora eu quero ver. Botou a Justiça numa saia justa, porque, se é do Lula, só o Lula pode pedir para eles saírem. Ninguém mais. Então, se os expulsarem de lá, eles estão dizendo que não é do Lula. Então, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto botou a Justiça numa saia justa, porque ela vai ter que dizer agora, de verdade, de quem é aquilo ali. Se expulsar o movimento de lá, está dizendo que ele não pertence ao Lula, porque o Lula jamais iria expulsá-los. Então, eu quero parabenizar o MTST pela atitude, porque fazia tempo que estava precisando de uma atitude assim.

Quero também falar das pesquisas, de que o senhor já falou aqui, Presidente. Acho que a direita vai entrar em desespero, porque nem Lula preso o fez cair nas pesquisas, porque a queda que eles estão falando aí é margem de erro. Aliás, estranhamente, o Datafolha não mostrou pesquisa espontânea. Eu não vi. Normalmente há pesquisa espontânea, mas parece que deve ter dado muito boa e aí... E, em segundo turno, Lula ganha em todos os cenários, todos, com grande diferença. Não é pequena.



Então, eu temo, inclusive, pelo que possa vir acontecer ao Lula. E, amanhã, uma delegação de Senadores e Senadoras vai exatamente lá conversar com ele para ver como está aquilo lá, como ele está se sentindo naquela solitária, porque não é fácil para o Lula, que vive da palavra, passar 24 horas sem falar com ninguém. É tortura psicológica, sim. A gente vai conversar com ele amanhã.

Anima-nos a pesquisa para mostrar que, se há alguma coisa errada, algum lado errado, não é o nosso. O nosso lado é o lado do povo. E o povo está mostrando. Inclusive, a própria pesquisa da *Folha* diz que 73% da população diz que os poderosos estão perseguindo o Lula. Não é pesquisa encomendada por nós, porque, na nossa pesquisa encomendada, deu 50%. O Vox Populi vai divulgar também a pesquisa.

Mas quero comunicar também que, em função dessa situação do Lula, resolvemos, no Piauí, fazer caravanas. Nós fizemos a primeira caravana, esse fim de semana, em 12 Municípios. É uma coisa maravilhosa de se ver. Chegávamos aos Municípios, descíamos, e as pessoas nos acompanhavam e participavam dos atos. Ondem passávamos, nas estradas, o pessoal buzina. Quando chegávamos às cidades e dávamos uma volta nelas, antes de irmos ao local do ato, as pessoas estavam com bandeira na porta, sacudindo a bandeira para nós.

Então, tem sido animador esse trabalho, e acho que temos que continuar com ele, porque todos os Estados... Inclusive, havia 6 mil pessoas, em média, acompanhando na internet, ao vivo. Estávamos transmitindo ao vivo.

Então, eu acho que todos os Estados têm que começar a fazer, para mostrar que, com certeza, Lula só vai crescer mais, na opinião da população, e para mostrar que esse pessoal está com a tática errada de perseguição e que a população está percebendo. Esse resultado é a população percebendo que há um tratamento desigual, um tratamento diferenciado para o Lula. A partir do processo. O processo começou em 2015 e já foi concluído, enquanto há outros aí que têm dez anos e que, agora, voltam para o TRE, como é o caso do Alckmin. O mesmo delator da Odebrecht. Para o Alckmin foi dinheiro de campanha não contabilizado. Para os outros foi propina. Que história é essa? Então, a Justiça mesmo está-se desmoralizando a cada dia.

Há uma coisa também, ainda da semana passada, sobre a qual eu queria falar aqui.

Fizeram um escândalo nas redes, até aqui mesmo algumas pessoas falaram sobre a pichação que foi feita na residência, no prédio onde mora a Presidente do Supremo Tribunal.

Depois que eu saí daqui é que eu fui ver umas fotos. Ninguém fez escândalo pelo fato de um cara ter dado cerveja de graça, um dono de um bordel, para os clientes e colocado uma foto da Presidente do Supremo e do Juiz Sergio Moro na frente do bordel. Aquilo, sim, é ofensivo. E nem a Ministra, nem o juiz, nem ninguém, nem nas redes sociais, falou disso. Todo mundo só falava da pichação no prédio em que a Ministra mora.

Agora, entre uma pichação de revolta de alguém, sendo que o pichador tem toda a condição de ser identificado, entre uma pichação e se colocar a foto da Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Juiz Sergio Moro na frente de um bordel e comemorar a prisão do Lula, com a foto deles dois lá, na frente do bordel, dando cerveja de graça para todos os clientes, eu acho que isso é muito mais ofensivo. E a gente não ouviu uma palavra de ninguém, nem dos próprios retratados, que estavam com suas fotos penduradas lá.

Então, eu queria registrar isso aqui, para mostrar também a parcialidade. Porque um pichador pichou, pronto: caiu o mundo. Foram discursos, a rede social só falava disso, que se deveria pegar o pichador, colocar na cadeia, que pichação é crime... Então, que ele pague pelo



crime. Mas vamos ver: aquilo lá não é crime não? Colocar foto de uma presidenta do Supremo Tribunal Federal e de um juiz federal que está comandando uma operação na frente de um bordel, na fachada de um bordel?

Então, estamos esperando essa resposta. Estão nos devendo essa resposta os senhores retratados, lá, e o pessoal da rede social também.

Reafirmo nossa ida amanhã. Sairemos daqui amanhã cedo.

Amanhã, às 14h, nós estaremos lá na Polícia Federal, em Curitiba, para fazer a nossa visita ao nosso ex-Presidente Lula. E vão 12 Senadores – dez daqui, e dois já estão lá. Acho que a Gleisi e o Requião já estão lá. E nós devemos, às 14h, estar com eles.

Vamos visitar o acampamento também, que está lá, que está sendo ameaçado de multa de 500 mil por dia. É uma sentença até ridícula. Um juiz que dá uma sentença dessas, de R\$500 mil por dia... Acho que ele não tem nem a intenção de cobrar, porque não tem como cobrar R\$500 mil por dia. Mas está lá a sentença.

O Prefeito está pedindo para limpar a cidade, porque a cidade está suja... E a nossa companheira Gleisi visitou os arredores, fez visita às casas, perguntando às pessoas se elas estavam incomodadas. E as pessoas diziam que não, que o acampamento se comporta muito bem, que eles não atrapalham à noite, que terminam cedo as atividades – responderam as casas que foram visitadas.

Então, há uma animosidade, porque nenhum outro tem o apoio que o Lula tem. Nenhum outro teria aquele pessoal, na chuva e no sol, ali plantado. Houve um aí que se internou num hospital, e não foi ninguém na porta gritar por ele. Então, deve ser isso.

Houve um aí que, quando estourou a denúncia dele, os amigos correram para apagar as fotos na internet. Ninguém queria mais a foto dele ao seu lado. Com o Lula é o contrário: todo dia surgem mais fotos de pessoas, mostrando as suas fotos com o Lula, e as pessoas botando o seu nome no Facebook, nas suas redes, botando o nome Lula no seu nome, nas casas legislativas...

Então, isso deve realmente deixar doida essa direita, que não sabe o que fazer, porque nem candidato tem ainda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senadora Regina.

Quero dizer aos que estão na nossa galeria que hoje é uma sessão de debates e, conforme as inscrições de oradores, como a nossa Senadora Regina é a última inscrita, nós vamos encerrar esta sessão.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta sessão de debates.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 14 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 47^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicação



00100.046025/2018-69

à presidente
em 16 04.18
[Signature]



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador WILDER MORAIS

Memo nº 013/2018 - GSWMOR

Brasília, 12 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Ao cumprimenta-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que, em 05 de abril de 2018, filiei ao Partido Democratas, conforme registro e ficha de filiação partidária anexa.

Atenciosamente,

Senador WILDER MORAIS

Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete 13, Anexo II – Senado Federal
Brasília-DF – CEP: 70165-900
Telefone: (61) 3303-2092 a 3303-2099



SIGAD
Recebido em 13/04/18
Hora 13:18
Paula Póvoa
Costa Póvoa Dantas - Mat. 256149
SGM - Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA680F270022A5F8.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sinadweb/v.aspx>



**Documento encaminhado à publicação pelo
Senador Paulo Paim, nos termos do art.
210 do Regimento Interno**





CÂMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DE SANTA MARIA
Centro Democrático Adelmano Simas Genro

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES

*A Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, acolhendo indicação da Vereadora Celita da Silva, nos termos do artigo 168 do Regimento Interno, manifesta congratulações ao **Senador Paulo Paim**, em reconhecimento aos benefícios conquistados por Santa Maria através do seu trabalho.*

Santa Maria, 12 de abril de 2018.

Alexandre Vargas
Vereador Alexandre Vargas
Presidente CMVSM



Mensagem do Presidente República



- Nº 20, de 2018 (nº 161/2018, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora CAROLINA DE ASSIS BARROS para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

A matéria vai à CAE.

É a seguinte Mensagem:





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 20, DE 2018

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome da Senhora CAROLINA DE ASSIS BARROS, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 161

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea *d*, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora CAROLINA DE ASSIS BARROS para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

Brasília, 29 de março de 2018.



Aviso nº 146 - C. Civil.

Em 29 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora CAROLINA DE ASSIS BARROS para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Carolina de Assis Barros**Data de Nascimento:** 20/01/1977**Naturalidade:** Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**RG:** M 9260-428 (SSP/MG)**CPF:** 035.613.586-16**Endereço:** SQS 114 Bloco E apto 203, Asa Sul, Brasília, DF, CEP 70377-050**Celular:** (061) 98114-3654**Filiação:** Edson Marcelino Barros e Regina Coeli Henriques de Assis Barros**1. Formação Acadêmica**

- Mestrado em Administração Pública e Políticas Públicas (2002/2003)
Universidade de York, Departamento de Política, Reino Unido
- MBA em Administração Financeira (2001/2002)
Fundação Getúlio Vargas – Brasília
- Graduação em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior (1995/1999)
Centro Universitário UNA, Belo Horizonte – MG

2. Experiência Profissional

- Banco Central do Brasil, Brasília, desde 2000.
- a) Chefe do Departamento de Comunicação – desde setembro/2012
- b) Representante do Banco Central no Conselho Fiscal da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus), de agosto de 2013 a novembro de 2014
- c) Chefe de gabinete do Diretor de Administração – maio/2011 a setembro/2012
- d) Secretária Executiva – agosto/2010 a maio/2011
- e) Chefe de Gabinete da Presidência – dezembro/2009 a janeiro/2011
- f) Consultora do Diretor de Administração – novembro/2004 a dezembro/2009
- g) Departamento de Planejamento e Orçamento – de agosto/2000 a novembro/2004:
 1. Assessora pleno - Consultoria de Planejamento Estratégico (outubro/2003 a outubro/2004)
 2. Assessora júnior - Consultoria de Custos e Informações Gerenciais (janeiro a agosto de 2002)
 3. Analista - Divisão de Orçamento (de agosto/2000 a dezembro/2001)

Carolina Barros

1



- American Express Brasil, escritórios em Uberlândia (MG) e São Paulo (SP), de janeiro a agosto de 2000. Líder de Projetos - Área de Engenharia de Negócios
- Nortel Networks, Belo Horizonte (MG), de janeiro a dezembro de 1999. Estagiária - Área de Gerência de Projetos

Carolina de Assis Barros

Carolina de Assis Barros



DECLARAÇÃO

(Ato nº 02 de 2011-CAE, Art. 1º, inciso III)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Para fins do disposto no Art. 383, Inciso I, Alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, apresento a argumentação a seguir, que demonstra minha experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, conforme indicação do Exmo. Sr. Presidente da República, Michel Temer.

Entendo que a minha trajetória acadêmica e profissional me credencia para o exercício da função de Diretora do Banco Central, na área de Administração. Os últimos dezessete anos de minha vida profissional foram dedicados ao trabalho no Banco Central. Nesse período, por cerca de nove anos, atuei na área de Administração, contribuindo diretamente para que o Banco Central alcançasse sua missão de controlar a inflação e de garantir a estabilidade e a solidez do sistema financeiro.

Iniciei minha atuação na área de planejamento, orçamento e gestão. A natureza dessas atividades relacionadas à gestão e à governança da Instituição me proporcionou visão ampla acerca da necessidade de otimizar a utilização dos recursos públicos, com o objetivo de alcançar os melhores resultados em benefício da sociedade brasileira.

Na sequência, por seis anos, atuei como Consultora e Chefe de Gabinete de quatro Diretores de Administração, tendo auxiliado esses executivos com os seguintes temas: gestão de pessoas; contabilidade e execução financeira; infraestrutura e gestão patrimonial; segurança; tecnologia da informação; educação corporativa; gestão do meio circulante; e planejamento, orçamento e gestão. Hoje, percebo que a experiência acumulada ao longo do exercício dessas funções propiciou reflexão profunda sobre os temas com os quais terei que lidar, caso o Senado Federal aprove minha indicação.

Vale também mencionar que, nesse período, representei o Banco Central em eventos internacionais (reuniões técnicas e de capacitação) da Área, envolvendo organismos internacionais e outros bancos centrais. O período em questão permitiu-me construir sólido conhecimento e experiência nos mais diversos aspectos relacionados com a administração da Casa.

Tive a oportunidade de exercer, por um ano e dois meses, a função de Chefe de Gabinete do Presidente do Banco Central, tendo ocupado cumulativamente a posição de Secretária Executiva da Casa, nos últimos seis meses do período. Nessa privilegiada posição, pude edificar sólidos conhecimentos acerca da atuação da Autoridade Monetária em suas diversas frentes de atuação. Ao assessorar diretamente autoridade de primeiro escalão, com status de Ministro de Estado, e participar semanalmente das reuniões da Diretoria Colegiada, consolidei visão estratégica acerca dos desafios do Banco Central do Brasil.



Nos últimos seis anos, estive à frente do Departamento de Comunicação, experiência que me permitiu aprimorar meu desempenho como líder de equipe e também aprofundar meus conhecimentos em comunicação de política monetária. Nesse período, o Banco Central passou a utilizar as chamadas redes sociais para se comunicar e interagir diretamente com a população, divulgando informações sobre a atuação da Autoridade Monetária em linguagem simples e acessível ao cidadão comum. Além disso, por exemplo, conseguimos incrementar ainda mais a transparência e a prestação de contas da Autarquia por meio da página do Banco na internet e da elaboração do Relatório da Administração, com recursos visuais como infográficos e redigido em linguagem cidadã.

Tenho sólida formação acadêmica, centrada fundamentalmente na área de Administração. Sou graduada em Administração, cursei pós-graduação em Administração Financeira e tenho o título de Mestre em Administração Pública e Políticas Públicas.

Escolhi estudar e me aprofundar em temas relacionados à administração pública, pois acredito que a superação das dificuldades enfrentadas pelo nosso País passa obrigatoriamente pela implementação das boas práticas administrativas. Em minha visão, temos exemplos internacionais que merecem atenção. Países que passaram por reformas administrativas nos anos 80 conseguiram aprimorar a máquina estatal e gerar benefícios para seus cidadãos. Conhecer mais diretamente a experiência britânica foi o impulso que me fez realizar o mestrado na Inglaterra.

Tenho convicção que minha formação acadêmica e minha trajetória profissional me habilitam para o desempenho do cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, caso me seja concedida essa honra pelo Senado Federal.

É o que submeto à apreciação de Vossas Excelências.

Brasília, 23 de março de 2018



CAROLINA DE ASSIS BARROS



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS



4 1º **Ofício de Notas e Protesto de Brasília**
CRS Quadra 505 - Bloco C - Lotes 1, 2 e 3 | CEP: 70.350-530 | Brasília - DF
Fone: (61) 3799-1515 | www.cartorjok.com.br
Cartório JOK
Tabelião, Me. Arthur D. Andrade, Camargo

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)
Brasília-DF, 20 de Março de 2018
ROGERIO SARDANHA
ESCREVENTE NOTARIAL
Consultar selbs: www.tdfn.jus.br
303 - Seo: TJDF/20180010433372AKFO

AA 1373931



CERTIFICADO

O Diretor da Escola de Pós - Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas e o Diretor da Escola Brasileira de Administração Pública conferem a **Carolina de Assis Barros** este certificado, referente ao **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Administração Financeira**, nível Especialização, com 420 horas-aula, realizado em Brasília - DF, no período de 09 de abril de 2001 a 21 de junho de 2002.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2003.


Clovis de Faro
Diretor da EPGE/FGV


Bianor Scelza Cavalcanti
Diretor da EBAP/FGV



ESCALA ARTES GOMECAS





FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

HISTÓRICO ESCOLAR



BRASILA-0/AE/FUJF01000-00/949/2003

Nome do aluno: Carolina de Assis Barros		BRASILA-0/AE/FUJF01000-00/949/2003			
Naturalidade: Conselheiro Lafaiete - MG		Data de nascimento: 20/01/1977			
Curso: Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Administração Financeira		Total de Horas-Aula: 420			
Critérios de Aprovação: Grau igual ou superior a 7,00 (sete) / Frequência mínima de 75,00% na carga horária total do curso.		Período: 09/04/2001 a 21/06/2002			
Coeficiente de Rendimento: 8,87					
Disciplina	Docente Responsável	Titulação / Instituição	H / A	Frequência	Média Final
Fundamentos de Administração	Caio Marcelo Marini Ferrelira	Graduado em Administração de Empresas / Fundação Getúlio Vargas	30h	80%	9,00
Matemática Financeira	Massashi Tegoshi	Especialista em Administração Financeira / Fundação Getúlio Vargas	30h	100%	9,10
Contabilidade Financeira e Gerencial	Amaro Luiz de Oliveira Gomes	Mestre em Contabilidade e Finanças Públicas / Universidade de Lancaster	45h	93,33%	9,90
Tópicos Especiais em Administração Financeira	Jandir de Moraes Feitosa Júnior	Mestre em Economia / Fundação Getúlio Vargas	15h	80%	S/A
Estatística Aplicada	Renê Sarda	Mestre em Estatística / Universidade de São Paulo	45h	100%	8,70
Fundamentos de Finanças	Joel Bogdanski	Graduado em Engenharia Mecânica / Universidade Federal do Paraná	30h	100%	9,40
Teoria Econômica Aplicada	Jandir de Moraes Feitosa Júnior	Mestre em Economia / Fundação Getúlio Vargas	45h	80%	8,30
Orientação para Elaboração de Trabalho Final	Jacksonwilliam Nagomni	Mestre em Economia Rural / Fundação Universidade Federal de Viçosa	30h	90%	9,50
Investimento em Renda Variável	Gil Ari Deschatre	Mestre em Economia / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	30h	100%	10,00
Derivativos	Murilo Castellano	Mestre em Engenharia / Universidade Federal do Rio de Janeiro	30h	100%	9,50
Mercados e Produtos Financeiros	Jandir de Moraes Feitosa Júnior	Mestre em Economia / Fundação Getúlio Vargas	30h	100%	7,30
Administração Financeira	Otávio Angelo da Veiga Neto	Graduado em Administração / Faculdades Integradas Candido Mendes	30h	90%	8,00
Finanças Internacionais	Ricardo Franco Moura	Mestre em Administração / Universidade Federal do Rio de Janeiro	30h	80%	7,10
Trabalho de Conclusão do Curso: A metodologia de custeio baseado em atividades e sua aplicabilidade no Banco Central do Brasil.			30h	80%	9,50

S/A: Disciplina sem avaliação



Carolina de Assis Barros
 Maria do Socorro Magalhães Vieira de Carvalho
 Coordenador(a) do Núcleo Brasília - FGV Management

Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 2003.

Este curso cumpre as disposições da Resolução CNE/CES 01/2001 e tem validade nacional. Credenciamento MEC: Portaria nº 2830, publicada no D.O. de 11.09.2002

10

001169



VERSO

UNA
FACULDADE DE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS

O Diretor da Faculdade de Ciências Gerenciais da Una, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Conclusão do Curso

de ADMINISTRAÇÃO em 19 de abril de 2000 confere o título de BACHAREL a

CAROLINA DE ASSIS BARROS

filho de Edson Marcelino Barros e Regina Coeli Henriques de Assis Barros nascido a 20 de janeiro de 1977

natural de Conselheiro Lafaiete - MG e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Belo Horizonte, 27 de Abril de 2000

Handwritten signature of Maria Elizabeth Souza, Secretária

Handwritten signature of the Director of the Faculty

Handwritten signature of the President of the Council

Handwritten signature of the graduate, Carolina de Assis Barros

Confere Com o Original

9.8034-28-7 Zélio Sérgio de Moraes



FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DA UNA
CURSO: ADMINISTRAÇÃO
HABILITAÇÃO: COMÉRCIO EXTERIOR
 Reconhecida pela Portaria MEC n.º 038, de 09-02-84
 (Diário Oficial da União de 13-02-84)
 REGISTRO AS FOLHAS 6810 DO LIVRO 28
 S: 1 H: 6810 AOS 27 DE 04 DE 2000

Secretário Geral da FCG / UNA
Adairton Gomes Badurto
 Diretor do Registro

LEI N.º 7088, DE 23/03/83
 O ~~DIPLOMA~~ **DIPLOMA** É DE NACIONALIDADE Brasileira
 PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE N.º M-9.260.428
 Expedida pela SBP-MG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 DIPLOMA REGISTRADO POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, NOS TERMOS DAS PORTARIAS DAU N.º 71 DE 21/10/77 E SESU N.º 30 DE 23/08/79 SOB O N.º 1295 LVR. ACE-24 FLs. 130
 PROC 23072 030515100.011
 BELO HORIZONTE, 03 de maio de 2000

Luz Antonio Almeida de Oliveira
 LUIZ ANTÔNIO ALMEIDA DE OLIVEIRA
 Diretor de Defesa de Registro

Ana Lúcia Ribeiro Diniz
 ANA LÚCIA RIBEIRO DINIZ
 Diretora do Departamento de Registro e Controle Acadêmico

AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS FINS,
 QUE A PRESENTE CÓPIA É REPRODUÇÃO
 FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL.
 BRASIL/DF, 19 de março de 2018

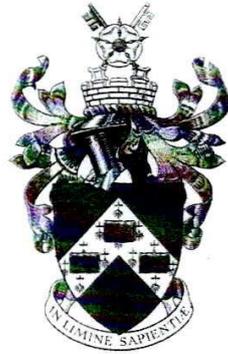
[Assinatura]

2.268.204-X Danilo Trademar Acosta
 Chefe Adjunto do Depes

INSCRIÇÃO NO CNPJ
 00 038 166/0001-05
 BANCO CENTRAL DO BRASIL
 SBS, QUADRA 3, BLOCO B
 CEP 70074-900
 BRASÍLIA - DF



UNIVERSITY OF YORK



The Degree of

Master of Arts

in

Public Administration and Public Policy

was conferred upon

Carolina Barros

on the eighth day of July 2004

Registrar and Secretary

Vice-Chancellor

9303198A / A

1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
 CRS Quadra 305 - Bloco C - Lotes 1, 2 e 3 | CEP: 70.340-530 | Brasília - DF
 Fone: (61) 3796-1515 | www.cartoriojk.com.br
 22 Bellão, M. Arthur Di Andrade Camargo

CARTÓRIOJK

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original. (Cert. nº 8.935/94)
 Brasília-DF, 20 de Março de 2018
ROGERIO SALDANHA
 ESCRIVENTE NOTARIAL
 Consultar selos: www.tjdft.jus.br
 303 - Selo TJDFT20180010433374LNRF

AA 1373932



DECLARAÇÃO

(Art. 383, Inciso I, Alínea "B", do Regimento Interno do Senado Federal)

1. Existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.

Não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional.

2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais com a discriminação dos referidos períodos.

Não participei em tempo algum como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

3. Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Conforme atestam as certidões anexas, não consta em meu nome qualquer pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais.

4. Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual.

Não figuro como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

5. Quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Nos últimos 5 (cinco) anos, não tive atuação em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.



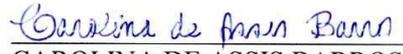
CAROLINA DE ASSIS BARROS



DECLARAÇÃO

(Ato nº 02, de 2011-CAE, Art. 1º, inciso II, alínea “e”)

Declaro NÃO ter atuado, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu minha indicação ao cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, em instituição que estava ou está sujeita a fiscalização dessa Autarquia, nos termos das informações constantes de meu currículo.


CAROLINA DE ASSIS BARROS





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CAROLINA DE ASSIS BARROS
CPF: 035.613.586-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:23:14 do dia 19/03/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/09/2018.

Código de controle da certidão: **BC16.A705.1A8F.FB1C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 100-00.411.509/2018
NOME : CAROLINA DE ASSIS BARROS
ENDEREÇO : SQS 114 203
CIDADE : ASA SUL
CPF : 035.613.586-16
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 17 de Junho de 2018.

Brasília, 19 de Março de 2018.

Certidão emitida via internet às 11:27:18 e deve ser validada no endereço
www.fazenda.df.gov.br







**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 18500555

IDENTIFICAÇÃO:

NOME: **CPF-MF**
VALIDA PARA O CPF INFORMADO NESTE DOCUMENTO **035.613.586-16**

DESPACHO:

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.
A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereço:
<http://www.sefaz.go.gov.br>.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.587.252.568

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 20 MARCO DE 2018

HORA: 10:19:46



.: Sistema de Emissão de Certidões Negativas da 1ª Região .:

http://portal.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/trf1_emitecertidao.php

Nº 624136



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **CAROLINA DE ASSIS BARROS** nem contra o **CPF: 035.613.586-16**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Não foram incluídos na pesquisa os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/03/2018 às 11:19 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/03/2018, 11h19min.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900. Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



**TJDFT**Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 23/03/2018, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CAROLINA DE ASSIS BARROS

035.613.586-16

(REGINA COELI HENRIQUES DE ASSIS BARROS / EDSON MARCELINO BARROS)

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- Cumprindo medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 27/03/2018

Data da última atualização do banco de dados: 23/03/2018

Selo digital de segurança: 2018.CTD.S19H.WENN.VJFU.TLA4.JDKF

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***





tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **109467380240**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente : CAROLINA DE ASSIS BARROS
Nome da Mãe : REGINA COELI HENRIQUES DE ASSIS BARROS
Data de Nascimento : 20/01/1977
CPF : 03561358616

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) somente positavam ações penais e execuções penais;
- e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na AUDITORIA MILITAR e nos JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **109467380240**

Certidão expedida em 27 de março de 2018, às 09:09:01
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 27 de março de 2018



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 27/03/2018 - 09:09:01
Validação pelo código: 109467380240, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>

Página 21 de 23

Parte integrante do Avulso da MSF nº 20 de 2018.



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **109167320202**

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente : CAROLINA DE ASSIS BARROS
Nome da Mãe : REGINA COELI HENRIQUES DE ASSIS BARROS
Data de Nascimento : 20/01/1977
CPF : 03561358616

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **109167320202**

Certidão expedida em 27 de março de 2018, às 09:07:19
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 27/03/2018 - 09:07:19
Validação pelo código: 109167320202, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>

Tribunal Superior Eleitoral - Certidão de Quitação - Emissão

<https://apps.tse.jus.br/sae/emissaoCertidaoQuitacao.do>

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **CAROLINA DE ASSIS BARROS**

Inscrição: **118251490205** Zona: 87 Seção: 6

Município: 43656 - CONSELHEIRO LAFAIETE UF: MG

Data de Nascimento: 20/01/1977 Domiciliada desde: 27/12/1995

Filiação: REGINA COELI HENRIQUES DE ASSIS BARROS
EDSON MARCELINO BARROS

Certidão emitida às 09:59 de 20/03/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

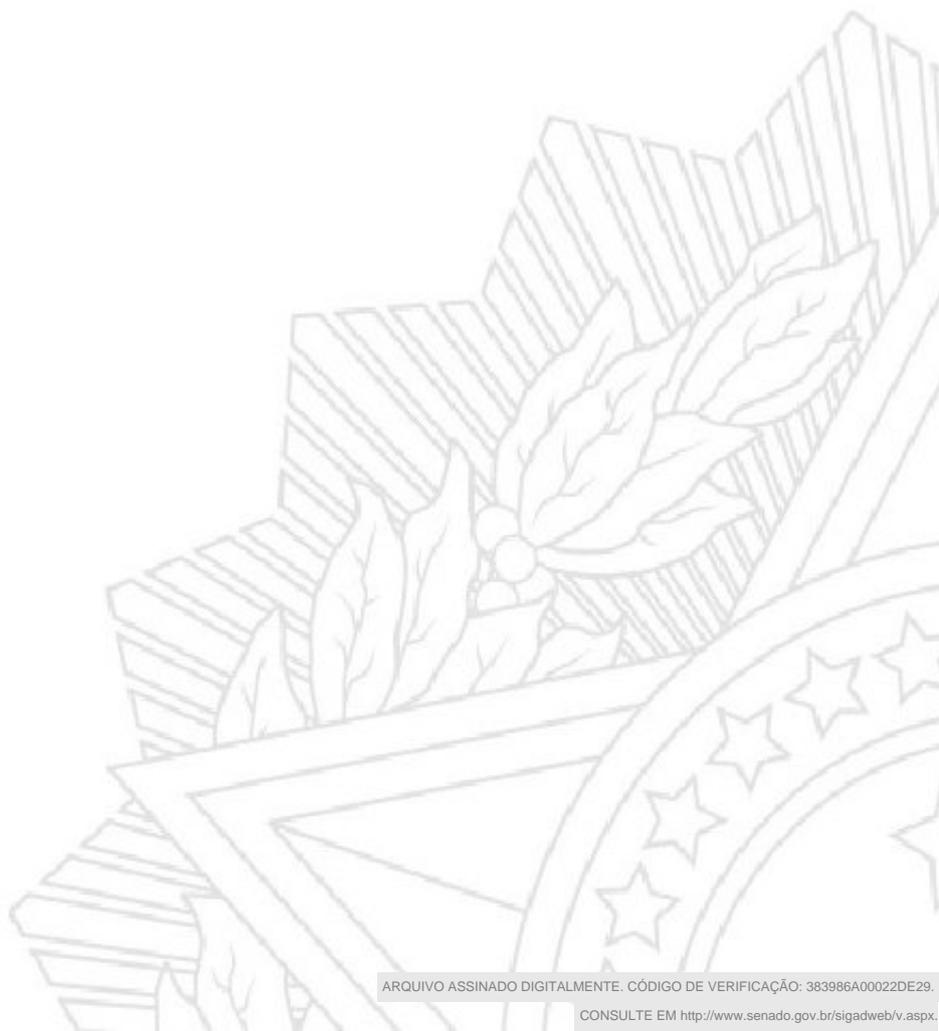
"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **HRIP.Y9P7.1UJK.FRBG**



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2018

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso.

AUTORIA: Senador Elmano Férrer (PODE/PI)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 112 e 123 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 112.** A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior, tiver coletado material biológico para obtenção do perfil genético e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

.....” (NR)

“**Art. 123.**

IV – coleta de material biológico para obtenção do perfil genético.” (NR)

Art. 2º Os arts. 44, 77 e 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 44.**

.....



IV – o réu tiver coletado material biológico para obtenção do perfil genético.

.....” (NR)

“Art. 77.

IV – o condenado tenha coletado material biológico para obtenção do perfil genético.

.....” (NR)

“Art. 83.

VI – tenha coletado material biológico para obtenção do perfil genético.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei do Senado (PLS) tem como objetivo condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso.

Para a obtenção de tais benefícios, o preso terá o seu perfil genético adicionado ao banco de perfis genéticos previsto na Lei nº 12.654, de 28 de maio de 2012, que alterou a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009 – Lei de Identificação Criminal.

A Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, implantada há alguns anos, tem várias utilidades, como propiciar a identificação de pessoas desaparecidas, demonstrar a inocência de pessoas indevidamente acusadas de



crimes e permitir a determinação da autoria de crimes em que há vestígios biológicos (ex.: crimes sexuais).

É possível imitar a letra, mas não o DNA de uma pessoa. O padrão facial de uma pessoa pode sofrer alterações com o passar dos anos ou mesmo em razão de cirurgias plásticas, mas seu perfil genético é imutável. O exame de DNA é baseado em diversas comparações objetivas do tipo “coincide” ou “não coincide”, oferecendo resultados muito conclusivos e precisos.

Como muitas infrações penais deixam vestígios biológicos (cabelo, esperma, saliva, sangue), é importante o cadastro do perfil genético de presos, para, entre muitas outras aplicações, ajudar na resolução desses crimes.

O Projeto não viola a honra, a intimidade ou a vida privada do condenado, pois as informações armazenadas no banco são classificadas como sigilosas, além de não revelarem etnia, orientação sexual, origem, ou traços físicos ou de personalidade. O Projeto também não viola o direito à não autoincriminação, pois o cidadão já foi condenado a uma pena pela infração cometida, como já decidiram o STF (Rcl 24.484) e o STJ (HC 407.627).

É bom salientar que a técnica de coleta é indolor e não invasiva, consistindo em passar um suabe estéril na mucosa bucal da pessoa.

Em face do exposto, convidamos os Parlamentares a discutir, aperfeiçoar e aprovar este Projeto.

Sala das Sessões,

Senador ELMANO FÉRRER

MDB/PI



LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: [\(Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998\)](#)

I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; [\(Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998\)](#)

II - o réu não for reincidente em crime doloso; [\(Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998\)](#)

III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

Art. 77 - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

I - o condenado não seja reincidente em crime doloso; [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício; [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código. [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que: [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes; [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso; [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)



III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto; [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração; [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

V - cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza. [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)



LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

Institui a Lei de Execução Penal.

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão. [\(Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003\)](#)

§ 1º A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor. [\(Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003\)](#)

§ 2º Idêntico procedimento será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitadas os prazos previstos nas normas vigentes. [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003\)](#)

Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I - comportamento adequado;

II - cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;

III - compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>
 - artigo 44
 - artigo 77
 - artigo 83
- urn:lex:br:federal:lei:1940;2848
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1940;2848>
- Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 - Lei de Execução Penal - 7210/84
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1984;7210>
 - artigo 112
 - artigo 123
- Lei nº 9.714, de 25 de Novembro de 1998 - Lei das Penas Alternativas - 9714/98
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9714>
- Lei nº 10.792, de 1º de Dezembro de 2003 - LEI-10792-2003-12-01 - 10792/03
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10792>
- Lei nº 12.037, de 1º de Outubro de 2009 - LEI-12037-2009-10-01 - 12037/09
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;12037>
- Lei nº 12.654, de 28 de Maio de 2012 - LEI-12654-2012-05-28 - 12654/12
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2012;12654>
- Lei nº 13.344, de 6 de Outubro de 2016 - LEI-13344-2016-10-06 - 13344/16
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2016;13344>





SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 180, DE 2018

Dispõe sobre a implementação do Portal da Transparência da Saúde.

AUTORIA: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Dispõe sobre a implementação do Portal da
Transparência da Saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as diretrizes de transparência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da implementação do Portal da Transparência da Saúde.

Art. 2º O Portal da Transparência da Saúde consiste em uma plataforma nacional digital de dados que disponibilizar ao cidadão o direito ao acesso a informações relativas ao fluxo de atendimento das unidades de saúde e à saúde do paciente, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tais como:

I – disponibilidade de profissionais na unidade e suas respectivas funções;

II – relatório diário de frequência e os afastamentos dos profissionais lotados na unidade;



III – exames, procedimentos, medicamentos e materiais hospitalares disponíveis;

IV – ordem de atendimento e tempo de espera estimado para a realização de consultas, exames e procedimentos por unidade de atendimento à saúde;

V – histórico de saúde, número do prontuário, resultados de exames complementares, consultas agendadas, vacinas e relatórios, entre outras informações médico-hospitalares do paciente.

§ 1º O acesso ao portal, no que se refere ao disposto no inciso V, dar-se-á por meio de senha pessoal, na forma do regulamento.

§ 2º O Portal da Transparência da Saúde contará com recursos tecnológicos para notificação do usuário de informações médico-hospitalares, tais como lembrete de consultas, exames, procedimentos, vacinação, entre outras.

§ 3º Incumbe ao Poder Executivo regulamentar o procedimento de acesso e de alimentação das informações do Portal da Transparência da Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 63, de 2017, originária do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 2, de 2017, que *estabelece diretrizes de transparência no âmbito do Sistema Único de Saúde*.

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 63, de 2017, fruto da aprovação, no âmbito do Projeto Jovem Senador, de proposição de autoria de nove Jovens Senadores e Senadoras, consubstanciada no Projeto de Lei do Senado Jovem nº 2, de 2017, que *estabelece diretrizes de transparência no âmbito do Sistema Único de Saúde*.

A proposição é constituída por três artigos. O primeiro deles determina o objeto da lei que se pretende instituir, qual seja, dispor sobre diretrizes de transparência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da implementação de um “Portal da Transparência da Saúde”.

A art. 2º define a natureza do referido portal e determina o seu conteúdo de informações:





- i. disponibilidade de profissionais na unidade e suas respectivas funções;
- ii. relatório diário de frequência e afastamentos dos profissionais de saúde;
- iii. exames, procedimentos, medicamentos e materiais hospitalares disponíveis;
- iv. ordem de atendimento e tempo de espera estimado para a realização de consultas, exames e procedimentos por unidade de saúde;
- v. histórico de saúde, tipo sanguíneo, número do prontuário, exames, resultados, vacinas, laudos e relatórios, entre outras informações médico-hospitalares do paciente.

O referido dispositivo contém ainda regras sobre o acesso às informações disponibilizadas, que serão protegidas por senha, e sobre o serviço de notificação do usuário a respeito de informações médico-hospitalares (§§ 1º e 2º). O § 3º incumbe ao Poder Executivo a tarefa de regulamentar o “procedimento de acesso e de alimentação das informações do Portal da Transparência da Saúde”.

Na justificção do projeto, os autores argumentam que o acesso às informações relativas à saúde dos pacientes e o fluxo de atendimento nas unidades hospitalares serão facilitados com a implementação das medidas propostas. Em consequência, espera-se conseguir a diminuição das filas de atendimento e permitir aos cidadãos fiscalizar de forma direta o SUS, no que diz respeito ao trabalho dos profissionais e à disponibilidade de recursos médico-hospitalares.

A proposta foi aprovada pela Comissão Cecília Meireles, que seguiu o voto favorável da relatora, a Jovem Senadora Vanessa Secchi. O



projeto seguiu então para o plenário, onde foi aprovado por unanimidade pelos Jovens Senadores no dia 1º de dezembro de 2017.

II – ANÁLISE

Nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, tem tratamento de sugestão legislativa – previsto no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) – a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada no âmbito dos trabalhos realizados pelos Jovens Senadores. Estão, portanto, atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 63, de 2017.

Os demais aspectos referentes a mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição serão oportunamente apreciados quando de sua tramitação nesta Casa, na forma do inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Risf.

É importante registrar neste momento, contudo, a pertinência do tema abordado pelos Jovens Senadores. Com efeito, a questão da participação da sociedade no controle do SUS não pode ficar restrita à atuação dos conselhos de saúde, disciplinada pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que *dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências*.

O desenvolvimento de novas oportunidades de participação efetiva dos usuários na fiscalização e no controle da gestão do sistema público de saúde é imprescindível, a nosso ver, para o seu aprimoramento. Dessa forma, é certo que a SUG nº 63, de 2017, trará relevantes contribuições para o debate a respeito da matéria no âmbito do Senado Federal.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** da Sugestão nº 63, de 2017, na forma do seguinte Projeto de Lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição da CDH.





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CDH, 11/04/2018 às 14h - 29ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
MARTA SUPPLY PRESENTE	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ PRESENTE	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	3. PAULO ROCHA PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	4. JORGE VIANA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM PRESENTE	1. VAGO
JOSÉ MEDEIROS PRESENTE	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CIRO NOGUEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. KÁTIA ABREU

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE	1. RANDOLFE RODRIGUES
ROMÁRIO	2. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA	1. CIDINHO SANTOS
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. PEDRO CHAVES PRESENTE

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
 RONALDO CAIADO
 ROMERO JUCÁ
 WELLINGTON FAGUNDES
 ACIR GURGACZ
 VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 63/2017)

NA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR TELMÁRIO MOTA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI DO SENADO. A MATÉRIA PASSA A TRAMITAR COMO PROPOSIÇÃO DE AUTORIA DA CDH.

11 de Abril de 2018

Senadora REGINA SOUSA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



Encerrada a instrução da Sugestão nº 63/2017, com a apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2018, como conclusão do Parecer nº 25, de 2018–CDH.

O Projeto ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.



Requerimentos



Apresentados os Requerimentos n^{os} 211 e 212, de 2018, de informações ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao Ministro de Estado da Fazenda, como conclusão do Parecer n^o 11, de 2018–CTFC.

Os Requerimentos vão à Mesa, para decisão.

São os seguintes os requerimentos:



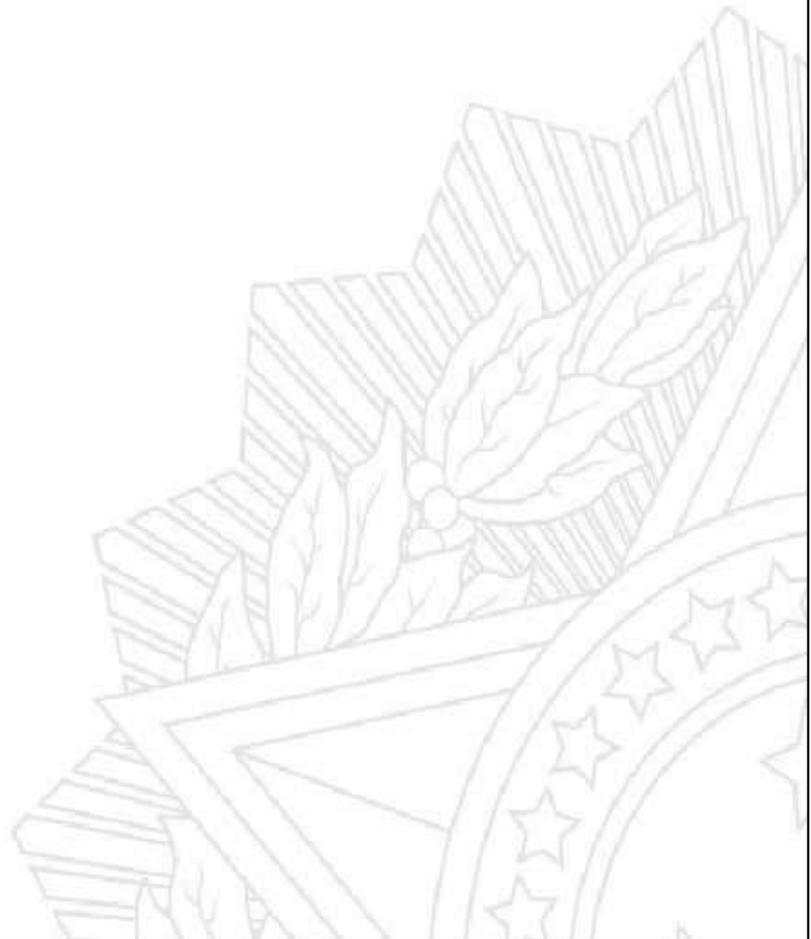


SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 211, DE 2018

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República informação atualizada sobre o desenvolvimento e implantação do plano de ação a que se refere o item 9.1 do Acórdão do TCU 2.973/2016, que trata o Aviso nº 57, de 2016.

AUTORIA: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



RTG
00011/2018

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº DE 2018

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República informação atualizada sobre o desenvolvimento e implantação do plano de ação a que se refere o item 9.1 do Acórdão TCU 2.973/2016 – Plenário; tudo em conformidade ao parecer proferido pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal no Aviso nº 57/2016, em reunião realizada no dia 21/03/2018.

Sala da Comissão, 21 de março de 2018.

Senador Airton Sandoval
(PMDB/SP)



2



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

PARECER Nº , DE 2017

Da **Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor**, sobre o Aviso TCU nº 57, de 2016, que *Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).*

Relator: Senador **EDUARDO LOPES****1 Relatório**

Em exame nesta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) o Aviso TCU nº 57, de 2016, que *Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).*

A matéria foi encaminhada à então existente Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e reencaminhada a esta Comissão em 17/04/2017 em função do desdobramento daquele colegiado. Não foram apresentadas emendas.

Em 22 de maio de 2017, fui designado relator.

2 Análise

Nos termos do inciso I, alínea 'a' do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos



SF/17525.96590-05

1





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

3

projetos e programas de governo no plano nacional, no regional e no setorial de desenvolvimento, emitindo parecer conclusivo.

A matéria recebida envolve aspectos de política pública de grande relevância. O Acórdão recebido traz os resultados de um trabalho conjunto dos Tribunais de Contas brasileiros em todos os Regimes Próprios de Previdência Social dos entes federativos, indicando uma série de falhas sistêmicas de grande impacto sobre a atividade previdenciária. Quando a discussão previdenciária que hoje ocupa o centro das atenções do Congresso Nacional, torna-se inteiramente pertinente a atenção da Comissão para verificar eventuais lacunas legislativas, providências de fiscalização ou reflexos sobre as condições previdenciárias sendo discutidas no Parlamento.

2.1 – O envolvimento da União Federal

A um primeiro exame, poderia surgir o receio de que não se trata de temas da competência do Senado Federal, por envolver os regimes de previdência estaduais. No entanto, o acompanhamento da situação financeira e atuarial dos RPPS e de seus investimentos, bem como da governança nos arranjos institucionais entre entes federativos instituidores de RPPS e gestores dos planos de previdência, são pontos sob responsabilidade do Ministério da Fazenda (atualmente, exercendo-a pela sua Secretaria de Previdência). De fato, pelo art. 9º da Lei nº 9.717/1998, compete à União a orientação, a supervisão e o acompanhamento dos RPPS e dos respectivos fundos previdenciários constituídos, além do estabelecimento e publicação dos parâmetros e diretrizes gerais nela previstos. Além disso, como Casa da Federação, o Senado deve também proteger os Estados e Municípios de eventuais dificuldades financeiras decorrentes da má gestão previdenciária, e estas são dificuldades severas. O ente federativo que não dispuser do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), documento instituído pelo Decreto nº 3.788/2001, emitido pela União, e que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998 pelo respectivo Regime Próprio de Previdência Social, encontra-se impedido de receber a maioria das transferências voluntárias federais, de celebrar acordos, contratos,



SF/17525.96590-05

2



4



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

convênios ou ajustes, de receber ou ter liberados de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; de receber compensações dos valores devidos pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS relativamente aos seus servidores, e por fim de ter aprovadas operações de crédito interno e externo. Ou seja, ao examinar a saúde na gestão previdenciária, esta Comissão está zelando pela própria viabilidade financeira dos nossos Estados e Municípios.

E o quadro global da questão previdenciária mostra-se preocupante: o diagnóstico apresentado pelo próprio TCU no Acórdão nº 1.331/2016 – Plenário demonstrou a rápida deterioração da situação atuarial dos estados e municípios da Federação, com tendência de crescimento (o déficit atuarial estimado dos estados mais que dobrou em valores correntes, superando os 50% do PIB, enquanto nos municípios o déficit já é superior a 10% do PIB).

2.2 – As constatações da auditoria

A auditoria cujos resultados ora examinamos teve um complexo processo de planejamento e execução coordenada por todos os Tribunais de Contas estaduais e municipais, junto com o próprio Tribunal de Contas da União, e teve por objetivo avaliar especificamente:

- a) a qualidade das bases cadastrais dos RPPS, sem o que os gestores não podem fazer projeções atuariais ou financeiras com segurança mínima;
- b) os elementos de boa governança e transparência na gestão de investimentos dos recursos financeiros dos fundos capitalizados dos RPPS;
- c) a qualidade e confiabilidade de parâmetros importantes das avaliações atuariais dos regimes, a saber: correspondência entre a rentabilidade real das carteiras de investimentos e os cenários projetados pelos avaliadores atuariais; fundamentos das projeções de crescimento salarial nos modelos atuariais; efetividade dos planos de amortização de eventuais déficits e



3





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

5

forma de contabilização desses déficits como provisões nos balanços dos planos.

Com base nesses elementos, o trabalho investiga se há riscos à sustentabilidade financeira dos RPPS estaduais e municipais no seu conjunto. Foram diretamente fiscalizados os RPPS de 23 Estados e 31 Municípios, representando 63% do total geral de segurados e 72% do resultado atuarial geral do conjunto.

Quanto às bases cadastrais, o primeiro problema encontrado foi surpreendente e transcende à própria questão previdenciária: muitos Estados sequer possuíam informações confiáveis sobre os servidores ativos, inativos e pensionistas que pudessem ser confrontados com os cadastros de gestão dos seus RPPS. Mesmo com essa lacuna, as bases de dados previdenciárias (em especial a dos outros Poderes que não o Executivo) são pesadamente sub-representadas – ou seja, os servidores e beneficiários que são considerados na administração previdenciária são muito menos que aqueles que constam da folha de pagamento efetiva dos Poderes estaduais. Portanto, os gestores das previdências não conhecem características básicas de sua população segurada – em praticamente metade dos RPPS examinados, a base cadastral “não apresenta elementos mínimos necessários para a realização das avaliações atuariais”. Essa ausência de segurados registrados fica mais grave quando se vê que grande parte dos RPPS não possui em suas bases de dados (mesmo para os segurados que nelas constam) o conjunto mínimo de variáveis demográficas e financeiras que devem constar das bases cadastrais utilizadas em uma avaliação atuarial completa e confiável segundo a autoridade reguladora federal, impedindo a realização de controles financeiros e projeções atuariais adequadas. Prosseguindo na avaliação das bases de dados, a auditoria encontrou um número muito significativo de situações de dados inválidos (por exemplo, “Idade maior que 75 anos na data de ingresso no serviço público”) ou nulos, situação que diminui a confiabilidade dos cálculos atuariais (pois obriga o atuário a usar nos seus cálculos valores arbitrados, que não correspondem à realidade). Para que se tenha uma ideia, o teste realizado com uma fração das bases examinadas encontrou que para apenas



4



6



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

6,5 % dos segurados as informações dos RPPS continham todos os elementos mínimos para estimar corretamente o momento da aposentadoria do servidor para efeitos de projeção financeira e atuarial.

Quanto à gestão do processo de cálculo atuarial, que é feito por consultorias especializadas em atuária, a auditoria constatou predominância de uma baixa qualidade da interlocução técnica entre os gestores dos RPPS e as empresas, bem como a remessa fragmentada dos arquivos com a base de segurados (impedindo um controle de qualidade dos dados) e muitos casos de demora e dispersão de esforços dentro de vários órgãos do Estado para obtenção e validação das bases de dados utilizadas no cálculo atuarial.

No que se refere à veracidade material dos dados, apenas 18% dos entes realizaram no período de 2011 a 2015 algum censo de servidores, aposentados ou pensionistas (uma exigência da Lei Federal 10.887/2004); mesmo se considerarmos qualquer procedimento em que os segurados foram chamados a apresentar-se pessoalmente ao RPPS, apenas 44% dos entes promoveram qualquer medida desse tipo (sempre destacando que trata-se de médias, sendo os números dos demais Poderes muito inferiores aos do Executivo). Como consequência, as informações que constituem as bases cadastrais ficam mais incompletas e desatualizadas, o que reduz a confiabilidade das projeções financeiras e resultados apurados nas avaliações atuariais.

Passamos agora à importantíssima questão da governança em investimentos, sem a qual os recursos destinados hoje ao RPPS não alcançam a rentabilidade mínima para assegurar os pagamentos futuros – e estamos falando de um total maiúsculo de R\$ 143,9 bilhões em dezembro de 2015. Em 87% dos regimes, vigora uma Política de Investimentos foi elaborada e aprovada segundo as exigências legais, mas apenas em 67% dos casos a composição da carteira de investimentos obedeceu à estratégia de alocação definida nesta Política aprovada. Quanto a resultados, somente em 15% dos casos o desempenho da carteira alcançou a meta de rentabilidade traçada pela mesma Política de Investimentos. Na implementação da



SF/17525.96590-05

5





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

7

Política, apenas 46 % dos entes têm Comitês de Investimento instalado e funcionando plenamente, o que constitui instrumento importante de redução de riscos e aperfeiçoamento dos controles gerenciais sobre a carteira de investimentos.

Do ponto de vista da transparência, 59% dos entes auditados não cumprem as exigências do regulador federal quanto à divulgação aos segurados das políticas de investimento e sua implementação – obstruindo o controle da gestão do RPPS por aqueles que mais incentivos têm no seu bom desempenho, ou seja, os próprios segurados. Ainda nesse quesito, considerando a contabilidade como o elemento mais relevante da publicidade das informações econômico-financeiras públicas, destaca-se uma diferença da ordem de mais de um trilhão de reais no registro da mesma grandeza (“provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo”) no total dos balanços dos RPPS, dos entes mantenedores, e na indicação do mesmo valor na sua fonte de cálculo (os demonstrativos de cálculos atuariais); tal diferença deve-se basicamente à indicação nos demonstrativos (e contabilização parcial nos RPPS) de um ativo a receber no futuro (valor presente da cobertura de insuficiências financeiras pelo ente mantenedor), que não foi lançado como provisão na contabilidade patrimonial dos Estados e Municípios. Outro indicativo de falha que compromete inclusive a eficácia da fiscalização do Ministério da Fazenda é a detecção de inconsistências entre os dados dos demonstrativos padronizados submetidos ao regulador (Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA) e o inteiro teor dos relatórios correspondentes recebidos dos atuários. Isso significa que as informações utilizadas pela fiscalização federal, e disponibilizadas de modo padronizado aos beneficiários, não correspondem integralmente à realidade dos estudos técnicos em torno dos quais as decisões de todos esses interessados são balizadas.

Outro ponto preocupante é a consistência das hipóteses usadas para as avaliações atuariais, ou seja, as hipóteses com base nas quais a situação atual e o futuro do regime previdenciário vão ser medidos. Caso sejam demasiadamente otimistas, essas premissas estarão escondendo insuficiências futuras de recursos



6



8



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

para cobrir os compromissos com os beneficiários. Uma das premissas é a taxa de juros: naqueles 1867 sistemas que mantém regimes de capitalização (no qual os rendimentos das contribuições de hoje são a fonte dos pagamentos de benefícios futuros), 91 % adotam como pressuposto a taxa de juros máxima permitida pelo regulamento federal, de 6 % reais (simplificadamente, assumem que todos os seus recursos renderão 6 % ao ano acima da inflação), e com base nesse pressuposto calculam a disponibilidade futura de recursos para pagamento dos benefícios. Ora, trata-se de uma hipótese evidentemente otimista em excesso, confirmada pelo fato de que todos esses RPPS auditados assumiam para o período de 2012 a 2015, na média, uma taxa de juros real de 5,8 %, enquanto o retorno de seus investimentos foi de 2,2 % ao ano (inferior à Selic e inferior até mesmo à rentabilidade que uma simples carteira de títulos federais prefixados permitiria). Mais ainda, as taxas de juros reais na economia brasileira estiveram consistentemente abaixo de 5 % no período (o referencial da Selic foi de 2,8 %), e esse é um importante objetivo de política econômica. Isso significa que esperar 6 % de rentabilidade por parte de toda a carteira dos RPPS significa acreditar que seus investimentos serão sistematicamente muito mais rentáveis que qualquer outro investimento no país; em outras palavras, essas premissas adotadas pelos entes são não apenas otimistas, mas provavelmente irrealistas ao extremo.

Como consequência, para cada ano em que essa defasagem ocorre, o total de recursos do plano previdenciário é capaz de pagar cada vez menos benefícios em relação àqueles que, em seu planejamento financeiro, pretendia pagar; em outras palavras, os recursos acumulados são cada vez mais insuficientes para manter os compromissos de benefícios assumidos com os participantes.

Há outra consequência ainda mais grave: como as taxas de juros superestimadas são usadas para projetar os resultados do plano atuarial ao longo do tempo, esses resultados são também superestimados, o que fornece justificativa para descapitalização do fundo no presente por parte do ente (seja retirando recursos do fundo sob capitalização para pagar os benefícios do regime de repartição, seja



SF/17525.96590-05

7





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

9

reduzindo as contribuições atuais de servidores ou empregadores). Essas práticas entre 2012 e 2015 envolveram sete Estados e um montante total de R\$ 5,8 bilhões. O resultado é cada vez menos disponibilidade das contribuições vertidas para o pagamento futuro dos benefícios, num regime para o qual somente esses recursos podem ser usados para arcar com os benefícios.

O mesmo comportamento de excessivo otimismo verifica-se com a premissa da evolução do salário real (do qual dependem os valores dos benefícios pagos pelo RPPS). Mesmo se descontados os valores em que simplesmente não há informação empírica fornecida ao atuário (quando este é obrigado a fazer simulações para estimar a taxa), a maioria dos casos tem a projeção mínima permitida pelo regulamento (1 %), sem qualquer relação com a realidade salarial do ente. Os efeitos desse viés são exatamente os mesmos da superavaliação de taxa de juros apontada acima¹.

A auditoria faz, em síntese final, um exercício de estimação dos resultados projetados dos regimes previdenciários públicos de natureza financeira ou de repartição simples (pagamento dos benefícios a cargo do Tesouro), resultando em uma projeção para 2030 de um acréscimo da despesa líquida dos Tesouros estaduais e municipais com benefícios previdenciários desses planos de R\$ 37,3 bilhões em relação a 2015, um crescimento de 39,6% em termos reais, ou de 8% da Receita Corrente Líquida desses entes.

Quanto a outros aspectos regulatórios, o trabalho reitera o alerta do anterior Acórdão 1.331/2016 – Plenário de que há uma judicialização crescente da concessão aos entes do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. O número de entes continua a crescer, sendo que atualmente 43 % dos segurados em todo o país estão vinculados a RPPS que obtiveram o CRP por decisão judicial, ainda que não exista

¹ Mesmo com as premissas sobreavaliadas, vários planos registram déficits atuariais, sendo que alguns casos (seis Estados e Municípios) têm sugeridas pelo relatório atuarial medidas de amortização com alíquotas aparentemente insustentáveis (alcançando até 63,8 % do salário do segurado), indicando possível inviabilidade do plano previdenciário, enquanto um deles sequer tem proposta técnica de amortização. Tais medidas sugeridas, diga-se, não foram objeto de qualquer providência concreta de adoção (à exceção de um único Estado).



8



10



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

posicionamento jurisprudencial uniforme. Esta tendência suscita, por um lado, insegurança jurídica, enquanto por outro tem o potencial de esvaziar completamente a possibilidade de regulação e fiscalização pela União Federal nos moldes da atual legislação, pois a autoridade reguladora ficaria desprovida de qualquer instrumento próprio de sanção ao descumprimento das normas e da legislação que rege os RPPS.

Diante do difícil quadro constatado, o Tribunal deliberou, na sessão de 23/11/2016:

- a) determinar à Casa Civil e ao Ministério da Fazenda a elaboração em 120 dias de um plano de ação para prevenir os riscos à sustentabilidade financeira dos RPPS subnacionais em função de fragilidades nas bases cadastrais, na gestão de investimentos e nos parâmetros de cálculos atuariais. (itens 9.1 e 9.2 do Acórdão);
- b) determinar aos Ministérios do Planejamento e da Fazenda informarem em 30 dias o atual estágio de implementação do sistema integrado de dados relativos às remunerações, proventos e pensões pagos aos servidores e militares, ativos, inativos e pensionistas da União, estados, Distrito Federal e municípios, nos termos do art. 3º da Lei 10.887/2004 (item 9.3 do Acórdão);
- c) propor aos tribunais de contas estaduais e municipais o desenvolvimento de regras e padrões de colaboração interinstitucional relativos à fiscalização conjunta em temas previdenciários e de interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal (item 9.4 do Acórdão).

2.3 – Conclusões – as possibilidades de atuação desta Comissão

A situação evidenciada pelo trabalho que ora examinamos é extremamente preocupante, e exige que esta Comissão contribua na plenitude das possibilidades a ela conferidas pela sua missão regimental de avaliar os projetos e programas de



SF/17525.96590-05





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

11

governo e propor ao Plenário do Senado Federal as medidas cabíveis em relação à avaliação.

Uma providência pode ser adotada de imediato: manifestar ao Tribunal de Contas da União e aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais que participaram do trabalho a satisfação e o incentivo desta Comissão em relação ao desenvolvimento de trabalhos conjuntos pelas instituições de controle, o que contribui para a otimização dos recursos públicos aplicados na fiscalização e para a qualidade e efetividade dos resultados das ações de controle.

Considerarei a possibilidade de transmitir também de imediato as informações objeto deste relatório à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos (CPIPREV). No entanto, consta dos registros daquela Comissão que a mesma já foi informada da existência e conteúdo do Acórdão ora examinado por meio do Aviso 358/GP/TCU, de 16/05/2017², o que torna dispensável essa providência.

Devemos somar os esforços do nosso colegiado na avaliação mais aprofundada dos vários problemas aqui levantados, colaborando assim tanto com a CPI ora em andamento quanto com as Comissões Permanentes com competência temática sobre as áreas de previdência social. A intervenção legislativa em função dos resultados de uma fiscalização eleva a expectativa do controle e garante ao Parlamento o protagonismo que deve exercer no debate das políticas públicas.

Para a avaliação que se propõe, é indispensável no momento presente um exercício de coleta de informação e diálogo com o agente federal regulador, tanto para atualizar o quadro apontado pelo Acórdão (que data de praticamente seis meses atrás), quanto para obter a posição do regulador federal sobre os problemas

² Documento disponível nos registros da CIPREV nas páginas Internet <http://legis.senado.leg.br/comissoes/docsRecCPI?codcol=2093> e <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/6f894d51-9a05-4453-9af7-da255a24d9d9>.



SF/17525.96590-05

10



12



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

levantados e as providências adotadas. Somente assim se poderá formar quadro de convicção para fundamentar a eventual adoção de proposições legislativas ou outras iniciativas da alçada da nossa Comissão. Para essa finalidade, poucas instâncias estarão melhor aparelhadas que este colegiado, cuja competência regimental prevê expressamente a prerrogativa de “solicitar, por escrito, informações à administração direta e indireta, bem como requisitar documentos públicos necessários à elucidação do ato objeto de fiscalização” (art. 102-A, inc. I, alínea ‘c’ do Regimento Interno do Senado Federal). Esta interlocução deverá ser bastante específica, salientando de forma explícita os pontos para os quais se quer um posicionamento das autoridades consultadas, pontos estes que abrangem os problemas levantados pela auditoria do TCU e seus possíveis desdobramentos em termos de lacunas legislativas.



3 Voto

Pelo exposto, voto por que esta Comissão:

- I. nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea ‘a’, do Regimento Interno do Senado Federal, faça chegar ao Tribunal de Contas da União e aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais manifestação de sua satisfação e incentivo em relação ao desenvolvimento de trabalhos conjuntos pelas instituições de controle, tais como o que resultou no Acórdão TCU 2.973/2016 - Plenário, por neles identificar relevante contribuição para a otimização dos recursos públicos aplicados na fiscalização e para a qualidade e efetividade dos resultados das ações de controle;
- II. nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea ‘c’, do Regimento Interno do Senado Federal, solicite aos Ministros de Estado da Casa Civil e da Fazenda informação atualizada sobre o desenvolvimento e implantação do

11





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

13

plano de ação a que se refere o item 9.1 do Acórdão TCU 2.973/2016 – Plenário;

III. nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea 'c', do Regimento Interno do Senado Federal, solicite à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda informações sobre os seguintes quesitos relacionados ao processo de regulação e fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social dos entes subnacionais:

- a) avaliação da adequação dos recursos materiais e informacionais hoje disponíveis ao órgão para o exercício das funções de regulação e fiscalização;
- b) providências atualmente adotadas para a fiscalização da consistência das bases cadastrais das unidades gestoras do RPPS frente aos cadastros de pessoal dos respectivos entes, bem como da suficiência e consistência das variáveis contidas nas respectivas bases cadastrais para efeitos de subsidiar as avaliações atuariais;
- c) providências atualmente adotadas para monitorar e exigir a realização periódica pelas unidades gestoras de RPPS de censos ou recadastramentos nos termos exigidos pela Lei federal nº 10.887/2004, de 18 de junho de 2004, e seus regulamentos;
- d) providências atualmente adotadas para monitorar e fiscalizar a implantação e observância dos instrumentos de governança de investimentos, em especial a Política de Investimentos e o Comitê de Investimentos, nos termos exigidos pela Lei federal nº 10.887/2004, de 18 de junho de 2004, e seus regulamentos;
- e) providências atualmente adotadas para regular e fiscalizar a consistência entre o registro das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo nos demonstrativos contábeis dos RPPS



12



14



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

e dos entes instituidores, bem como a sua adequação aos valores definidos nos pareceres atuariais;

- f) providências atualmente adotadas para criticar e regular a razoabilidade das premissas centrais do cálculo das projeções atuariais (em especial a taxa de juros real e o salário real dos servidores) à luz dos valores efetivamente observados na atuação de cada gestor previdenciário e das projeções reais do cenário macroeconômico;
- g) providências atualmente adotadas para criticar e regular a adequação dos cálculos de resultado atuarial e dos consequentes movimentos de descapitalização dos fundos previdenciários pelos entes a título de utilização de superávit atuarial;
- h) providências atualmente adotadas para monitorar a consistência entre as informações registradas nos Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial e o inteiro teor dos relatórios correspondentes recebidos dos atuários;
- i) dificuldades jurídicas e regulatórias que possam conduzir, na avaliação do órgão, a uma maior frequência da concessão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP por meio de liminares judiciais; e
- j) a identificação de qualquer outra medida legislativa que, na avaliação do órgão, possa ser adotada com vistas a elevar a qualidade e a efetividade do trabalho de regulação e fiscalização dos RPPS.

- IV. por fim, após o retorno das solicitações previstas nos itens anteriores, retorne o processado a este relator para a análise das informações e a elaboração das proposições que dela decorram.



SF/17525.96590-05

13





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Lopes

Sala da Comissão, em de de 2017.

Senador Ataídes Oliveira
Presidente

Senador Eduardo Lopes
Relator





16

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CTFC, 21/03/2018 às 11h - 4ª, Extraordinária

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
RENAN CALHEIROS	1. SIMONE TEBET
AIRTON SANDOVAL PRESENTE	2. GARIBALDI ALVES FILHO
DÁRIO BERGER PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROMERO JUCÁ PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
FÁTIMA BEZERRA	1. GLEISI HOFFMANN
PAULO PAIM PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA
REGINA SOUSA	3. JORGE VIANA
ACIR GURGACZ	4. LINDBERGH FARIAS

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES
DALIRIO BEBER PRESENTE	2. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE	3. RICARDO FERRAÇO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
SÉRGIO PETECÃO PRESENTE	1. ANA AMÉLIA PRESENTE
GLADSON CAMELI	2. WILDER MORAIS

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
JOÃO CAPIBERIBE	1. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
CIDINHO SANTOS PRESENTE	1. EDUARDO LOPES
ARMANDO MONTEIRO	2. VAGO

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
 RONALDO CAIADO
 VALDIR RAUPP
 PAULO ROCHA
 JOSÉ MEDEIROS



DECISÃO DA COMISSÃO

(AVS 57/2016)

NA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CTFC, NESTA DATA, FOI APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO PELA ADOÇÃO DAS MEDIDAS ELENCADAS NO VOTO DO RELATOR.

21 de Março de 2018

Senador ATAÍDES OLIVEIRA

**Presidente da Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 212, DE 2018

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informação atualizada sobre o desenvolvimento e implantação de ação a que se refere o item 9.1 do Acórdão TCU 2.973/2016, que trata o Aviso nº 57, de 2016.

AUTORIA: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



RTG
00013/2018

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº DE 2018

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministro de Estado da Fazenda informação atualizada sobre o desenvolvimento e implantação do plano de ação a que se refere o item 9.1 do Acórdão TCU 2.973/2016 – Plenário; tudo em conformidade ao parecer proferido pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal no Aviso nº 57/2016, em reunião realizada no dia 21/03/2018.

Sala da Comissão, 21 de março de 2018.

Senador Airton Sandoval
(PMDB/SP)



2



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

PARECER Nº , DE 2017

Da **Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor**, sobre o Aviso TCU nº 57, de 2016, que *Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).*

Relator: Senador **EDUARDO LOPES****1 Relatório**

Em exame nesta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) o Aviso TCU nº 57, de 2016, que *Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).*

A matéria foi encaminhada à então existente Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e reencaminhada a esta Comissão em 17/04/2017 em função do desdobramento daquele colegiado. Não foram apresentadas emendas.

Em 22 de maio de 2017, fui designado relator.

2 Análise

Nos termos do inciso I, alínea 'a' do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos

1





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

3

projetos e programas de governo no plano nacional, no regional e no setorial de desenvolvimento, emitindo parecer conclusivo.

A matéria recebida envolve aspectos de política pública de grande relevância. O Acórdão recebido traz os resultados de um trabalho conjunto dos Tribunais de Contas brasileiros em todos os Regimes Próprios de Previdência Social dos entes federativos, indicando uma série de falhas sistêmicas de grande impacto sobre a atividade previdenciária. Quando a discussão previdenciária que hoje ocupa o centro das atenções do Congresso Nacional, torna-se inteiramente pertinente a atenção da Comissão para verificar eventuais lacunas legislativas, providências de fiscalização ou reflexos sobre as condições previdenciárias sendo discutidas no Parlamento.

2.1 – O envolvimento da União Federal

A um primeiro exame, poderia surgir o receio de que não se trata de temas da competência do Senado Federal, por envolver os regimes de previdência estaduais. No entanto, o acompanhamento da situação financeira e atuarial dos RPPS e de seus investimentos, bem como da governança nos arranjos institucionais entre entes federativos instituidores de RPPS e gestores dos planos de previdência, são pontos sob responsabilidade do Ministério da Fazenda (atualmente, exercendo-a pela sua Secretaria de Previdência). De fato, pelo art. 9º da Lei nº 9.717/1998, compete à União a orientação, a supervisão e o acompanhamento dos RPPS e dos respectivos fundos previdenciários constituídos, além do estabelecimento e publicação dos parâmetros e diretrizes gerais nela previstos. Além disso, como Casa da Federação, o Senado deve também proteger os Estados e Municípios de eventuais dificuldades financeiras decorrentes da má gestão previdenciária, e estas são dificuldades severas. O ente federativo que não dispuser do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), documento instituído pelo Decreto nº 3.788/2001, emitido pela União, e que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998 pelo respectivo Regime Próprio de Previdência Social, encontra-se impedido de receber a maioria das transferências voluntárias federais, de celebrar acordos, contratos,



2



4



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

convênios ou ajustes, de receber ou ter liberados de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; de receber compensações dos valores devidos pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS relativamente aos seus servidores, e por fim de ter aprovadas operações de crédito interno e externo. Ou seja, ao examinar a saúde na gestão previdenciária, esta Comissão está zelando pela própria viabilidade financeira dos nossos Estados e Municípios.

E o quadro global da questão previdenciária mostra-se preocupante: o diagnóstico apresentado pelo próprio TCU no Acórdão nº 1.331/2016 – Plenário demonstrou a rápida deterioração da situação atuarial dos estados e municípios da Federação, com tendência de crescimento (o déficit atuarial estimado dos estados mais que dobrou em valores correntes, superando os 50% do PIB, enquanto nos municípios o déficit já é superior a 10% do PIB).

2.2 – As constatações da auditoria

A auditoria cujos resultados ora examinamos teve um complexo processo de planejamento e execução coordenada por todos os Tribunais de Contas estaduais e municipais, junto com o próprio Tribunal de Contas da União, e teve por objetivo avaliar especificamente:

- a) a qualidade das bases cadastrais dos RPPS, sem o que os gestores não podem fazer projeções atuariais ou financeiras com segurança mínima;
- b) os elementos de boa governança e transparência na gestão de investimentos dos recursos financeiros dos fundos capitalizados dos RPPS;
- c) a qualidade e confiabilidade de parâmetros importantes das avaliações atuariais dos regimes, a saber: correspondência entre a rentabilidade real das carteiras de investimentos e os cenários projetados pelos avaliadores atuariais; fundamentos das projeções de crescimento salarial nos modelos atuariais; efetividade dos planos de amortização de eventuais déficits e



3





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

5

forma de contabilização desses déficits como provisões nos balanços dos planos.

Com base nesses elementos, o trabalho investiga se há riscos à sustentabilidade financeira dos RPPS estaduais e municipais no seu conjunto. Foram diretamente fiscalizados os RPPS de 23 Estados e 31 Municípios, representando 63% do total geral de segurados e 72% do resultado atuarial geral do conjunto.

Quanto às bases cadastrais, o primeiro problema encontrado foi surpreendente e transcende à própria questão previdenciária: muitos Estados sequer possuíam informações confiáveis sobre os servidores ativos, inativos e pensionistas que pudessem ser confrontados com os cadastros de gestão dos seus RPPS. Mesmo com essa lacuna, as bases de dados previdenciárias (em especial a dos outros Poderes que não o Executivo) são pesadamente sub-representadas – ou seja, os servidores e beneficiários que são considerados na administração previdenciária são muito menos que aqueles que constam da folha de pagamento efetiva dos Poderes estaduais. Portanto, os gestores das previdências não conhecem características básicas de sua população segurada – em praticamente metade dos RPPS examinados, a base cadastral “não apresenta elementos mínimos necessários para a realização das avaliações atuariais”. Essa ausência de segurados registrados fica mais grave quando se vê que grande parte dos RPPS não possui em suas bases de dados (mesmo para os segurados que nelas constam) o conjunto mínimo de variáveis demográficas e financeiras que devem constar das bases cadastrais utilizadas em uma avaliação atuarial completa e confiável segundo a autoridade reguladora federal, impedindo a realização de controles financeiros e projeções atuariais adequadas. Prosseguindo na avaliação das bases de dados, a auditoria encontrou um número muito significativo de situações de dados inválidos (por exemplo, “Idade maior que 75 anos na data de ingresso no serviço público”) ou nulos, situação que diminui a confiabilidade dos cálculos atuariais (pois obriga o atuário a usar nos seus cálculos valores arbitrados, que não correspondem à realidade). Para que se tenha uma ideia, o teste realizado com uma fração das bases examinadas encontrou que para apenas



4



6



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

6,5 % dos segurados as informações dos RPPS continham todos os elementos mínimos para estimar corretamente o momento da aposentadoria do servidor para efeitos de projeção financeira e atuarial.

Quanto à gestão do processo de cálculo atuarial, que é feito por consultorias especializadas em atuária, a auditoria constatou predominância de uma baixa qualidade da interlocução técnica entre os gestores dos RPPS e as empresas, bem como a remessa fragmentada dos arquivos com a base de segurados (impedindo um controle de qualidade dos dados) e muitos casos de demora e dispersão de esforços dentro de vários órgãos do Estado para obtenção e validação das bases de dados utilizadas no cálculo atuarial.

No que se refere à veracidade material dos dados, apenas 18% dos entes realizaram no período de 2011 a 2015 algum censo de servidores, aposentados ou pensionistas (uma exigência da Lei Federal 10.887/2004); mesmo se considerarmos qualquer procedimento em que os segurados foram chamados a apresentar-se pessoalmente ao RPPS, apenas 44% dos entes promoveram qualquer medida desse tipo (sempre destacando que trata-se de médias, sendo os números dos demais Poderes muito inferiores aos do Executivo). Como consequência, as informações que constituem as bases cadastrais ficam mais incompletas e desatualizadas, o que reduz a confiabilidade das projeções financeiras e resultados apurados nas avaliações atuariais.

Passamos agora à importantíssima questão da governança em investimentos, sem a qual os recursos destinados hoje ao RPPS não alcançam a rentabilidade mínima para assegurar os pagamentos futuros – e estamos falando de um total maiúsculo de R\$ 143,9 bilhões em dezembro de 2015. Em 87% dos regimes, vigora uma Política de Investimentos foi elaborada e aprovada segundo as exigências legais, mas apenas em 67% dos casos a composição da carteira de investimentos obedeceu à estratégia de alocação definida nesta Política aprovada. Quanto a resultados, somente em 15% dos casos o desempenho da carteira alcançou a meta de rentabilidade traçada pela mesma Política de Investimentos. Na implementação da



SF/17525.96590-05

5





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

7

Política, apenas 46 % dos entes têm Comitês de Investimento instalado e funcionando plenamente, o que constitui instrumento importante de redução de riscos e aperfeiçoamento dos controles gerenciais sobre a carteira de investimentos.

Do ponto de vista da transparência, 59% dos entes auditados não cumprem as exigências do regulador federal quanto à divulgação aos segurados das políticas de investimento e sua implementação – obstruindo o controle da gestão do RPPS por aqueles que mais incentivos têm no seu bom desempenho, ou seja, os próprios segurados. Ainda nesse quesito, considerando a contabilidade como o elemento mais relevante da publicidade das informações econômico-financeiras públicas, destaca-se uma diferença da ordem de mais de um trilhão de reais no registro da mesma grandeza (“provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo”) no total dos balanços dos RPPS, dos entes mantenedores, e na indicação do mesmo valor na sua fonte de cálculo (os demonstrativos de cálculos atuariais); tal diferença deve-se basicamente à indicação nos demonstrativos (e contabilização parcial nos RPPS) de um ativo a receber no futuro (valor presente da cobertura de insuficiências financeiras pelo ente mantenedor), que não foi lançado como provisão na contabilidade patrimonial dos Estados e Municípios. Outro indicativo de falha que compromete inclusive a eficácia da fiscalização do Ministério da Fazenda é a detecção de inconsistências entre os dados dos demonstrativos padronizados submetidos ao regulador (Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA) e o inteiro teor dos relatórios correspondentes recebidos dos atuários. Isso significa que as informações utilizadas pela fiscalização federal, e disponibilizadas de modo padronizado aos beneficiários, não correspondem integralmente à realidade dos estudos técnicos em torno dos quais as decisões de todos esses interessados são balizadas.

Outro ponto preocupante é a consistência das hipóteses usadas para as avaliações atuariais, ou seja, as hipóteses com base nas quais a situação atual e o futuro do regime previdenciário vão ser medidos. Caso sejam demasiadamente otimistas, essas premissas estarão escondendo insuficiências futuras de recursos



6



8



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

para cobrir os compromissos com os beneficiários. Uma das premissas é a taxa de juros: naqueles 1867 sistemas que mantém regimes de capitalização (no qual os rendimentos das contribuições de hoje são a fonte dos pagamentos de benefícios futuros), 91 % adotam como pressuposto a taxa de juros máxima permitida pelo regulamento federal, de 6 % reais (simplificadamente, assumem que todos os seus recursos renderão 6 % ao ano acima da inflação), e com base nesse pressuposto calculam a disponibilidade futura de recursos para pagamento dos benefícios. Ora, trata-se de uma hipótese evidentemente otimista em excesso, confirmada pelo fato de que todos esses RPPS auditados assumiam para o período de 2012 a 2015, na média, uma taxa de juros real de 5,8 %, enquanto o retorno de seus investimentos foi de 2,2 % ao ano (inferior à Selic e inferior até mesmo à rentabilidade que uma simples carteira de títulos federais prefixados permitiria). Mais ainda, as taxas de juros reais na economia brasileira estiveram consistentemente abaixo de 5 % no período (o referencial da Selic foi de 2,8 %), e esse é um importante objetivo de política econômica. Isso significa que esperar 6 % de rentabilidade por parte de toda a carteira dos RPPS significa acreditar que seus investimentos serão sistematicamente muito mais rentáveis que qualquer outro investimento no país; em outras palavras, essas premissas adotadas pelos entes são não apenas otimistas, mas provavelmente irrealistas ao extremo.

Como consequência, para cada ano em que essa defasagem ocorre, o total de recursos do plano previdenciário é capaz de pagar cada vez menos benefícios em relação àqueles que, em seu planejamento financeiro, pretendia pagar; em outras palavras, os recursos acumulados são cada vez mais insuficientes para manter os compromissos de benefícios assumidos com os participantes.

Há outra consequência ainda mais grave: como as taxas de juros superestimadas são usadas para projetar os resultados do plano atuarial ao longo do tempo, esses resultados são também superestimados, o que fornece justificativa para descapitalização do fundo no presente por parte do ente (seja retirando recursos do fundo sob capitalização para pagar os benefícios do regime de repartição, seja



SF/17525.96590-05

7





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

9

reduzindo as contribuições atuais de servidores ou empregadores). Essas práticas entre 2012 e 2015 envolveram sete Estados e um montante total de R\$ 5,8 bilhões. O resultado é cada vez menos disponibilidade das contribuições vertidas para o pagamento futuro dos benefícios, num regime para o qual somente esses recursos podem ser usados para arcar com os benefícios.

O mesmo comportamento de excessivo otimismo verifica-se com a premissa da evolução do salário real (do qual dependem os valores dos benefícios pagos pelo RPPS). Mesmo se descontados os valores em que simplesmente não há informação empírica fornecida ao atuário (quando este é obrigado a fazer simulações para estimar a taxa), a maioria dos casos tem a projeção mínima permitida pelo regulamento (1 %), sem qualquer relação com a realidade salarial do ente. Os efeitos desse viés são exatamente os mesmos da superavaliação de taxa de juros apontada acima¹.

A auditoria faz, em síntese final, um exercício de estimação dos resultados projetados dos regimes previdenciários públicos de natureza financeira ou de repartição simples (pagamento dos benefícios a cargo do Tesouro), resultando em uma projeção para 2030 de um acréscimo da despesa líquida dos Tesouros estaduais e municipais com benefícios previdenciários desses planos de R\$ 37,3 bilhões em relação a 2015, um crescimento de 39,6% em termos reais, ou de 8% da Receita Corrente Líquida desses entes.

Quanto a outros aspectos regulatórios, o trabalho reitera o alerta do anterior Acórdão 1.331/2016 – Plenário de que há uma judicialização crescente da concessão aos entes do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. O número de entes continua a crescer, sendo que atualmente 43 % dos segurados em todo o país estão vinculados a RPPS que obtiveram o CRP por decisão judicial, ainda que não exista

¹ Mesmo com as premissas sobreavaliadas, vários planos registram déficits atuariais, sendo que alguns casos (seis Estados e Municípios) têm sugeridas pelo relatório atuarial medidas de amortização com alíquotas aparentemente insustentáveis (alcançando até 63,8 % do salário do segurado), indicando possível inviabilidade do plano previdenciário, enquanto um deles sequer tem proposta técnica de amortização. Tais medidas sugeridas, diga-se, não foram objeto de qualquer providência concreta de adoção (à exceção de um único Estado).



8



10



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

posicionamento jurisprudencial uniforme. Esta tendência suscita, por um lado, insegurança jurídica, enquanto por outro tem o potencial de esvaziar completamente a possibilidade de regulação e fiscalização pela União Federal nos moldes da atual legislação, pois a autoridade reguladora ficaria desprovida de qualquer instrumento próprio de sanção ao descumprimento das normas e da legislação que rege os RPPS.

Diante do difícil quadro constatado, o Tribunal deliberou, na sessão de 23/11/2016:

- a) determinar à Casa Civil e ao Ministério da Fazenda a elaboração em 120 dias de um plano de ação para prevenir os riscos à sustentabilidade financeira dos RPPS subnacionais em função de fragilidades nas bases cadastrais, na gestão de investimentos e nos parâmetros de cálculos atuariais. (itens 9.1 e 9.2 do Acórdão);
- b) determinar aos Ministérios do Planejamento e da Fazenda informarem em 30 dias o atual estágio de implementação do sistema integrado de dados relativos às remunerações, proventos e pensões pagos aos servidores e militares, ativos, inativos e pensionistas da União, estados, Distrito Federal e municípios, nos termos do art. 3º da Lei 10.887/2004 (item 9.3 do Acórdão);
- c) propor aos tribunais de contas estaduais e municipais o desenvolvimento de regras e padrões de colaboração interinstitucional relativos à fiscalização conjunta em temas previdenciários e de interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal (item 9.4 do Acórdão).

2.3 – Conclusões – as possibilidades de atuação desta Comissão

A situação evidenciada pelo trabalho que ora examinamos é extremamente preocupante, e exige que esta Comissão contribua na plenitude das possibilidades a ela conferidas pela sua missão regimental de avaliar os projetos e programas de



SF/17525.96590-05





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

11

governo e propor ao Plenário do Senado Federal as medidas cabíveis em relação à avaliação.

Uma providência pode ser adotada de imediato: manifestar ao Tribunal de Contas da União e aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais que participaram do trabalho a satisfação e o incentivo desta Comissão em relação ao desenvolvimento de trabalhos conjuntos pelas instituições de controle, o que contribui para a otimização dos recursos públicos aplicados na fiscalização e para a qualidade e efetividade dos resultados das ações de controle.

Considerarei a possibilidade de transmitir também de imediato as informações objeto deste relatório à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos (CPIPREV). No entanto, consta dos registros daquela Comissão que a mesma já foi informada da existência e conteúdo do Acórdão ora examinado por meio do Aviso 358/GP/TCU, de 16/05/2017², o que torna dispensável essa providência.

Devemos somar os esforços do nosso colegiado na avaliação mais aprofundada dos vários problemas aqui levantados, colaborando assim tanto com a CPI ora em andamento quanto com as Comissões Permanentes com competência temática sobre as áreas de previdência social. A intervenção legislativa em função dos resultados de uma fiscalização eleva a expectativa do controle e garante ao Parlamento o protagonismo que deve exercer no debate das políticas públicas.

Para a avaliação que se propõe, é indispensável no momento presente um exercício de coleta de informação e diálogo com o agente federal regulador, tanto para atualizar o quadro apontado pelo Acórdão (que data de praticamente seis meses atrás), quanto para obter a posição do regulador federal sobre os problemas

² Documento disponível nos registros da CIPREV nas páginas Internet <http://legis.senado.leg.br/comissoes/docsRecCPI?codcol=2093> e <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/6f894d51-9a05-4453-9af7-da255a24d9d9>.



SF/17525.96590-05

10



12



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

levantados e as providências adotadas. Somente assim se poderá formar quadro de convicção para fundamentar a eventual adoção de proposições legislativas ou outras iniciativas da alçada da nossa Comissão. Para essa finalidade, poucas instâncias estarão melhor aparelhadas que este colegiado, cuja competência regimental prevê expressamente a prerrogativa de “solicitar, por escrito, informações à administração direta e indireta, bem como requisitar documentos públicos necessários à elucidação do ato objeto de fiscalização” (art. 102-A, inc. I, alínea ‘c’ do Regimento Interno do Senado Federal). Esta interlocução deverá ser bastante específica, salientando de forma explícita os pontos para os quais se quer um posicionamento das autoridades consultadas, pontos estes que abrangem os problemas levantados pela auditoria do TCU e seus possíveis desdobramentos em termos de lacunas legislativas.



3 Voto

Pelo exposto, voto por que esta Comissão:

- I. nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea ‘a’, do Regimento Interno do Senado Federal, faça chegar ao Tribunal de Contas da União e aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais manifestação de sua satisfação e incentivo em relação ao desenvolvimento de trabalhos conjuntos pelas instituições de controle, tais como o que resultou no Acórdão TCU 2.973/2016 - Plenário, por neles identificar relevante contribuição para a otimização dos recursos públicos aplicados na fiscalização e para a qualidade e efetividade dos resultados das ações de controle;
- II. nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea ‘c’, do Regimento Interno do Senado Federal, solicite aos Ministros de Estado da Casa Civil e da Fazenda informação atualizada sobre o desenvolvimento e implantação do

11





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

13

plano de ação a que se refere o item 9.1 do Acórdão TCU 2.973/2016 – Plenário;

III. nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea 'c', do Regimento Interno do Senado Federal, solicite à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda informações sobre os seguintes quesitos relacionados ao processo de regulação e fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social dos entes subnacionais:

- a) avaliação da adequação dos recursos materiais e informacionais hoje disponíveis ao órgão para o exercício das funções de regulação e fiscalização;
- b) providências atualmente adotadas para a fiscalização da consistência das bases cadastrais das unidades gestoras do RPPS frente aos cadastros de pessoal dos respectivos entes, bem como da suficiência e consistência das variáveis contidas nas respectivas bases cadastrais para efeitos de subsidiar as avaliações atuariais;
- c) providências atualmente adotadas para monitorar e exigir a realização periódica pelas unidades gestoras de RPPS de censos ou recadastramentos nos termos exigidos pela Lei federal nº 10.887/2004, de 18 de junho de 2004, e seus regulamentos;
- d) providências atualmente adotadas para monitorar e fiscalizar a implantação e observância dos instrumentos de governança de investimentos, em especial a Política de Investimentos e o Comitê de Investimentos, nos termos exigidos pela Lei federal nº 10.887/2004, de 18 de junho de 2004, e seus regulamentos;
- e) providências atualmente adotadas para regular e fiscalizar a consistência entre o registro das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo nos demonstrativos contábeis dos RPPS



12



14



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

e dos entes instituidores, bem como a sua adequação aos valores definidos nos pareceres atuariais;

- f) providências atualmente adotadas para criticar e regular a razoabilidade das premissas centrais do cálculo das projeções atuariais (em especial a taxa de juros real e o salário real dos servidores) à luz dos valores efetivamente observados na atuação de cada gestor previdenciário e das projeções reais do cenário macroeconômico;
- g) providências atualmente adotadas para criticar e regular a adequação dos cálculos de resultado atuarial e dos consequentes movimentos de descapitalização dos fundos previdenciários pelos entes a título de utilização de superávit atuarial;
- h) providências atualmente adotadas para monitorar a consistência entre as informações registradas nos Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial e o inteiro teor dos relatórios correspondentes recebidos dos atuários;
- i) dificuldades jurídicas e regulatórias que possam conduzir, na avaliação do órgão, a uma maior frequência da concessão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP por meio de liminares judiciais; e
- j) a identificação de qualquer outra medida legislativa que, na avaliação do órgão, possa ser adotada com vistas a elevar a qualidade e a efetividade do trabalho de regulação e fiscalização dos RPPS.

- IV. por fim, após o retorno das solicitações previstas nos itens anteriores, retorne o processado a este relator para a análise das informações e a elaboração das proposições que dela decorram.



SF/17525.96590-05

13





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Lopes

Sala da Comissão, em de de 2017.

Senador Ataídes Oliveira
Presidente

Senador Eduardo Lopes
Relator





16

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CTFC, 21/03/2018 às 11h - 4ª, Extraordinária

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
RENAN CALHEIROS	1. SIMONE TEBET
AIRTON SANDOVAL PRESENTE	2. GARIBALDI ALVES FILHO
DÁRIO BERGER PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROMERO JUCÁ PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
FÁTIMA BEZERRA	1. GLEISI HOFFMANN
PAULO PAIM PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA
REGINA SOUSA	3. JORGE VIANA
ACIR GURGACZ	4. LINDBERGH FARIAS

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES
DALIRIO BEBER PRESENTE	2. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE	3. RICARDO FERRAÇO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
SÉRGIO PETECÃO PRESENTE	1. ANA AMÉLIA PRESENTE
GLADSON CAMELI	2. WILDER MORAIS

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
JOÃO CAPIBERIBE	1. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
CIDINHO SANTOS PRESENTE	1. EDUARDO LOPES
ARMANDO MONTEIRO	2. VAGO

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
 RONALDO CAIADO
 VALDIR RAUPP
 PAULO ROCHA
 JOSÉ MEDEIROS



DECISÃO DA COMISSÃO

(AVS 57/2016)

NA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CTFC, NESTA DATA, FOI APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO PELA ADOÇÃO DAS MEDIDAS ELENCADAS NO VOTO DO RELATOR.

21 de Março de 2018

Senador ATAÍDES OLIVEIRA

**Presidente da Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor**



Término de prazo



Encerrou-se em 13 de abril o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 10, de 2018.

Não foram oferecidas emendas.

O Projeto vai à CCJ, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que *institui o novo Regimento Interno do Senado Federal*.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-PMDB - João Alberto Souza*
-PRTB - Pastor Bel* (S)
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-PMDB - Airtton Sandoval* (S)
Maioria-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
-S/Partido - Raimundo Lira* (S)
Maioria-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Maioria-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-PMDB - Waldemir Moka*
Maioria-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19

PMDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval.	PMDB / SP
Dário Berger.	PMDB / SC
Eduardo Braga.	PMDB / AM
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	PMDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS
Zeze Perrella.	PMDB / MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12

PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kátia Abreu.	PDT / TO
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 11

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-4

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Raimundo Lira.	PB
Reguffe.	DF

PRTB - 1

Pastor Bel.	MA
------------------	----

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	11
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
PRTB.	1
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (Maioria-PMDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Raimundo Lira* (-S/Partido-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (Maioria-PMDB-PA)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Maioria-PMDB-MA)	Renan Calheiros* (Maioria-PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Requião* (Maioria-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Maioria-PMDB-PB)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Romero Jucá* (Maioria-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)	Rose de Freitas** (Maioria-PMDB-ES)
Dário Berger** (Maioria-PMDB-SC)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Maioria-PMDB-MS)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Braga* (Maioria-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (Maioria-PMDB-RO)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (Maioria-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (Maioria-PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Bel* (-PRTB-MA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Maioria-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco da Maioria (PMDB/PROS) - 19</p> <p style="text-align: center;">Líder Simone Tebet - PMDB (142,162)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 18 Simone Tebet (142,162)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PMDB Valdir Raupp (141)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,85,155)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Amorim - PSDB (71,100,140)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Ataídes Oliveira (74)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (105)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (75,86,112,159) Roberto Rocha (37,54,111,158,160)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (101)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder Ciro Nogueira - PP (165)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Benedito de Lira (103) Otto Alencar (49)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 7 Benedito de Lira (103)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,106)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Lindbergh Farias - PT (28,61,63,89,125,134,135)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,61,63,89,125,134,135)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,62,126)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (51,72,145,164)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PODE - 4 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,57,83,99,127)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (102)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Romero Jucá - PMDB (120)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,131,147) Wilder Morais (39,122,132,151)</p>	<p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,115)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



71. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
77. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicada Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Galdes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.
*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 14/03/2018

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) (6)	1. VAGO (6,7)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (4)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (5)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (5)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (1)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (2)	

Notas:

- Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Morais e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
- Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
- Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPDC).
- Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
- Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
- Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDB).
- Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 45/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE
LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) ^(1,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPRD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. VAGO (2,16,22,23,26)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDDB).
- Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4,28)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26)

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membros suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- ** Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾ (4,18)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(7,9,10,23)
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(7,15)	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁸⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(1,21)
^(1,16)	2.
VAGO ^(14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
VAGO ^(5,26)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(19,22,23,26)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airtton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO ⁽¹⁵⁾	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017**Notas:**

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

Atualização: 29/11/2016**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros: 19 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

